

REVISTA ESPAÇO LIVRE

V. 14, n 28, jul. dez./2019

ISSN 2316-3011

Nº 28

A REVOLUÇÃO DOS
TRABALHADORES

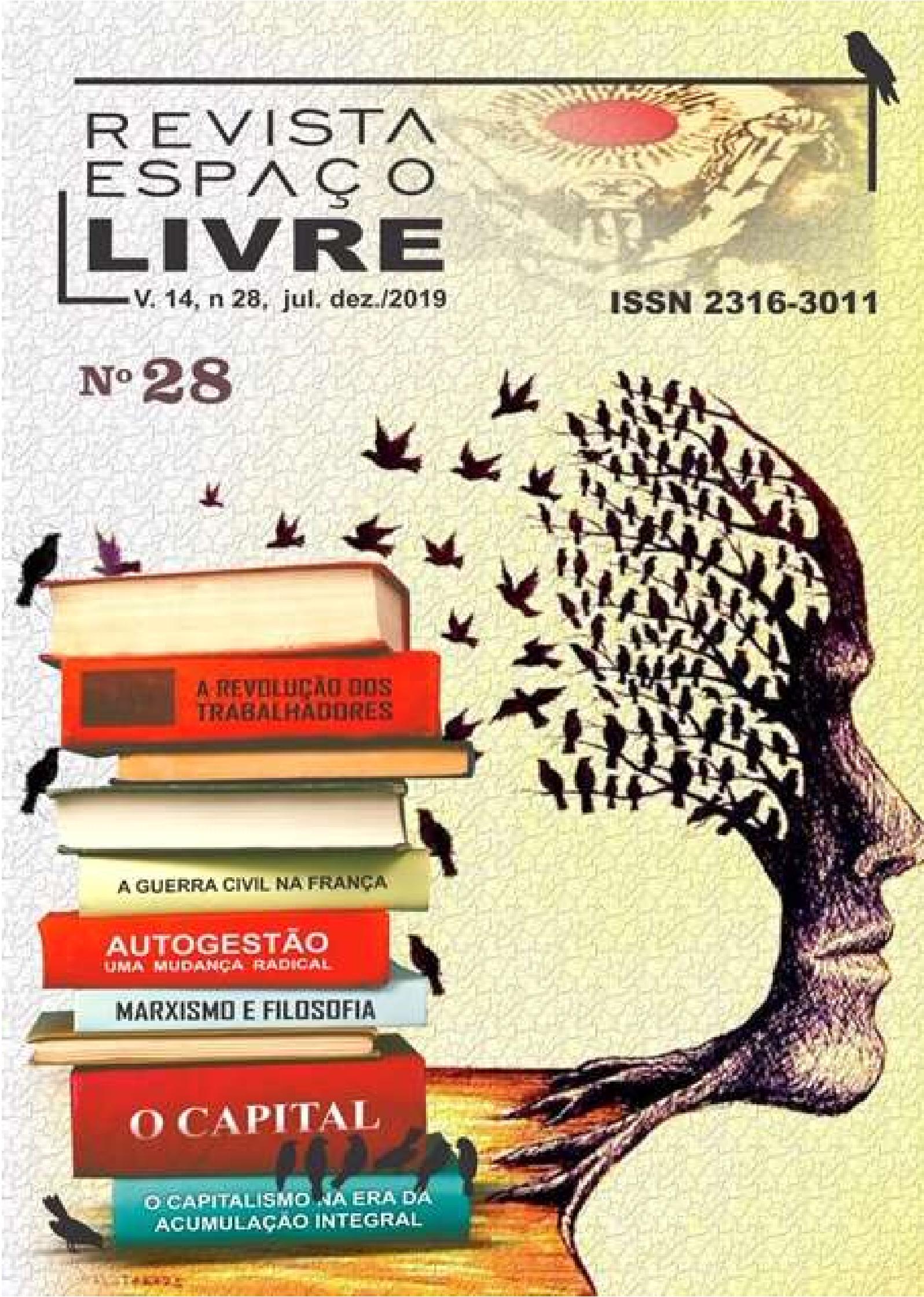
A GUERRA CIVIL NA FRANÇA

AUTOGESTÃO
UMA MUDANÇA RADICAL

MARXISMO E FILOSOFIA

O CAPITAL

O CAPITALISMO NA ERA DA
ACUMULAÇÃO INTEGRAL



REVISTA ESPAÇO LIVRE

Espaço Livre. Vol. 14, num. 28, jul. dez./2019.

<http://redelp.net/revistas/index.php/rel/index>

ISSN 2316-3011

Capa

Diney Vasco & Edmilson Marques

Conselho Editorial

Alexandra Viana/USP

André Melo/UFG

Edmilson Marques/UEG

Felipe Mateus/UFG

Jaciara Veiga/UFG

Conselho Consultivo

Adriano José/GDF

Aline Cristina Ferreira/UNESP

Alvinan Magno Lopes Catão/UNB

André de Melo Santos/UFG

Anna Christine Ferreira Kist/UFSM

Cássia Baldini Soares/USP

Celestino J. L. Catalán/Valência-Esp.

Célia Maria Sivalli Campos/USP

Cleinaldo Pereira dos Santos/SME

Cleito Pereira dos Santos/UFG

Diego Marques dos Anjos/UNB

Edmilson Borges/UFG

Edmilson Marques/UEG

Edinei Oliveira Vasco/UFG

Eliane Maria de Jesus/UNEMAT

Erisvaldo Souza/UEG-IFG

Felipe Mateus de Almeida/UFG

Fernando Lima Neves/USP

Flávio Pereira Diniz/UFG

Gabriel Teles Viana/UFG

Jean Isídio dos Santos/UFG

Jaciara Reis Veiga/UFG

José Nerivaldo Pimenta da Silva/IFG

José Santana da Silva/UEG

Juversino de Jesus Júnior/UEG

Leonardo Venicius Parreira Proto/UEG-UFG

Lisandro Braga/UFMS-UFG

Lucas Maia/IFG

Marcos Augusto Marques Ataídes/UEG

Maria Angélica Peixoto/IFG

Mateus Ório/UFG

Matheus de Araújo Almeida/UFMG

Nanci Valadares de Carvalho/UFRJ

Nildo Viana/UFG

Ovil Bueno Fernandes/UEG

Renan Mosege Araújo Lima/UFG

Renato Dias de Souza/UEG

Ricardo Vidal Golovaty/IFG

Rubens Vinícius da Silva/FURB

Thiago Lemos da Silva/UFU

Uelinton Barbosa Rodrigues/UEG

Veralúcia Pinheiro/UEG

Weder David de Freitas/IFG

Wellington Rodrigues/UFG

EXPEDIENTE

A Revista Espaço Livre é uma publicação eletrônica do NUPAC - Núcleo de Pesquisa e Ação Cultural, cujo objetivo é manter um espaço para divulgação de ideias e teses que possuam um caráter crítico e abram espaço para a reflexão sobre o mundo contemporâneo. O nome da revista ESPAÇO LIVRE é oriundo da ideia de um espaço que não seja comandado por regras formais e exigências rígidas, onde o conteúdo tenha proeminência sobre a forma e que esteja aberta a participação ampla e inovadora dos participantes, numa perspectiva crítica, libertária. Os artigos enviados espontaneamente por não membros do coletivo responsável por esta publicação serão avaliados e poderão ou não ser publicados, a partir dos critérios de qualidade, adequação à linha editorial, conformidade às normas de publicação, e não expressam o ponto de vista dos membros do conselho editorial e/ou do conselho consultivo. Os artigos deverão ter no mínimo uma página e no máximo dez páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço 1/5, margens padrão do Word. Deve-se utilizar o sistema autor-data (sistema de Chicago), com lista bibliográfica no final ou notas de fim no final do texto. Os textos devem ser digitados no programa Word for Windows e serem submetidos para avaliação através da página da revista, que pode ser acessada por este link: <http://redelp.net/revistas/index.php/rel/index>

SUMÁRIO

	Pág.
Apresentação	05
O caráter histórico da democracia em Marx e Engels: do Manifesto à Comuna de Paris de 1871	07
<i>Mateus Tuzzin de Oliveira</i>	
Estado e Migrações Internas: Um Programa "Antirreforma Agrária" no Centro-Oeste	17
<i>Marco Aurélio Corrêa de Araújo</i>	
Obstáculos para a Reconstituição da Tradição Oral	28
<i>Nildo Viana</i>	
Catolicismo Popular: Uma Herança Múltipla	42
<i>Edmilson Borges Silva</i>	
Monteiro Lobato, Racismo e Literatura: narrativas de um eugenista	53
<i>Neilson Silva Mendes</i> <i>Fernanda Nunes Maia</i>	
Educação do Futuro e Precarização do Presente: ensaio sobre a pedagogia empresarial no Brasil	66
<i>Evandro Ribeiro Lomba</i>	
O Código de Águas de 1934 como uma Estratégia Vargasista para Implantar um Novo Modelo Produtivo	77
<i>Leonice Aparecida de Fatima Alves Pereira Mourad</i> <i>Mariana de Assunção Rodrigues</i>	

Apresentação

A Revista Espaço Livre vem a público apresentar a sua vigésima oitava edição. Neste número destacamos na capa a necessidade da luta cultural para se constituir uma realidade onde a liberdade seja efetiva. A luta cultural perpassa primeiramente pela autoformação, pela formação para a liberdade, o que demanda a superação dos valores burgueses através dos quais fomos educados. É uma luta contra si mesmo. A educação que recebemos é uma educação para a conservação, para o imobilismo. É uma educação que limita a consciência e nos limita a pensar a vida no limite da sociedade burguesa. A liberdade exige a superação dos próprios limites da consciência, daí a necessidade da autoformação.

A superação dos valores burgueses pressupõe o desenvolvimento de novos valores, autênticos. Valores esses que fazem brotar no cotidiano o germe para a sociedade futura, germe este que assume a forma de solidariedade, coletividade, igualdade e autogestão coletiva. É na luta cotidiana, ao lado de indivíduos que mantêm acesa a esperança de uma nova vida, que encontramos os meios necessários para a luta revolucionária. A autogestão da luta aponta para a autogestão da vida que, conseqüentemente, revela que a autogestão é incompatível com a sociedade capitalista.

Na luta aprendemos que outra vida destituída de classes sociais é possível. Aprendemos que os limites que carregamos em nossa consciência nada mais é do que fruto da balbúrdia provocada pela burguesia através da produção e divulgação de uma cultura fundada em seus valores. Aprendemos também a superar esses valores e a constituir novos, fundados em relações autenticamente humanas. Na luta aprendemos que apenas através da luta é possível constituir uma nova sociedade.

Na luta aprendemos também que essa nova sociedade não será obra de nenhum partido político, de nenhum sindicato, nem mesmo do estado, ou de qualquer outra organização que se organize burocraticamente. Revela-se diante de nós a percepção de que não cabe a nenhum partido mudar a vida, pelo contrário, o seu objetivo é a reprodução da miséria para os produtores e para as demais classes inferiores, e ao contrário, objetivam a manutenção dos seus privilégios e da classe a quem representa, a burguesia.

Tudo nos levava a acreditar que este é o melhor dos mundos existentes; que é um mundo natural; que a desigualdade é natural e que devemos aprender a viver no meio do caos e da miséria, pois nunca irá mudar; acreditamos nas conversas fiadas de representantes de partidos políticos, que dizem nos representar após eleito, nas falácias de sindicalistas que representam os trabalhadores e na ideologia estatal de que representa os interesses universais;

acreditamos ainda que o destino da vida de todos é o mercado de trabalho e nossos desejos devem ser guiados pelo dinheiro; chegamos a um momento a acreditar verdadeiramente nessas coisas, todas elas, apresentadas pelo avesso.

Vê-las em seu sentido oposto, da forma como realmente são na realidade, exige um esforço e a leitura nos proporciona essa possibilidade. As descobertas que a leitura nos proporciona nos faz ver que o mundo que conhecemos está posto de cabeça para baixo. Começamos a perceber que o mundo que vivemos é o pior dos mundos existente na história humana; que a desigualdade não é natural e que a instauração de uma sociedade destituída de miséria é possível através da luta revolucionária; percebemos quais são os reais interesses dos burocratas de partidos que revelam um objetivo falso em suas conversas fiadas, torna-se evidente que almejam mudar apenas a sua vida em detrimento das classes empobrecidas; vemos que os sindicalistas seguem o mesmo caminho e engrossam a fileira dos oportunistas que querem abocanhar uma fatia do mais-valor extraído do proletariado. Já o estado, revela-se como o instrumento de dominação da burguesia que é utilizado para atender aos seus próprios interesses; a leitura nos faz desacreditar no mundo burguês e nos leva a acreditar em um novo mundo onde o destino da vida é ser vivida na sua forma coletiva, humana, solidária e pautada pela igualdade. O desejo de um é o desejo da coletividade, onde o dinheiro é inexistente e seu lugar é ocupado pela solidariedade.

A Revista Espaço Livre reforça e pauta por reflexões que caminham nesse sentido de negação da sociedade existente e de afirmação de uma nova vida. O próprio nome da revista, que deseja ser um espaço livre, é a expressão clara do que almejamos para a totalidade da sociedade, ou seja, de um espaço livre.

Com essa reflexão inicial, convidamos o leitor à leitura desta nova edição. Colocamos em público sete textos inéditos, produzidos por autores de várias universidades do Brasil. Desde já, agradecemos por acompanhar nosso trabalho. Aqui está mais um pouco da luta que travamos cotidianamente contra a miséria psíquica causada pela miséria da vida burguesa.

*Boa leitura!
Conselho Editorial
Revista Espaço Livre.*

O caráter histórico da democracia em Marx e Engels: do Manifesto à Comuna de Paris de 1871

Mateus Tuzzin de Oliveira*

Na segunda seção do *Manifesto*, publicado em 1848, intitulada “Proletários e comunistas”, Marx e Engels escreveram: “Vimos antes que a primeira fase da revolução operária é a elevação do proletariado a classe dominante, a conquista da democracia.” (MARX; ENGELS, 2010, p. 57). Nesse panfleto, portanto, os autores podiam tranquilamente declarar como objetivo político do proletariado a luta pela democracia, erigida a um dos primeiros passos, sem com isso proferir nenhuma novidade ou, como exprimiu Rosenberg (1986, p. 46), “[...] sem o temor de provocar equívocos ou confusões entre as massas.” Assim, a luta anticapitalista, programa máximo dos comunistas, tinha na luta democrática um de seus significativos momentos. Cerca de quatro anos depois, quando da publicação do *Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, obra que se dedicava ao desenvolvimento político da França desde 1848, Marx escrevia

[...] o democrata, por representar a pequena burguesia, ou seja, *uma classe de transição*, na qual os interesses de duas classes perdem simultaneamente suas arestas, imagina estar acima dos antagonismos de classes em geral. Os democratas admitem que se defrontam com uma classe privilegiada, mas eles, com todo o resto da nação, constituem o *povo*. O que eles representam é o *direito do povo*; o que interessa a eles é o *interesse do povo*. Por isso, quando um conflito está iminente, não precisam analisar os interesses e posições das diferentes classes. Não precisam pesar seus próprios recursos de maneira demasiado crítica. Têm apenas que dar o sinal e o *povo*, com todos os seus inexauríveis recursos, cairá sobre os *opressores*. Mas se na prática seus interesses mostram-se sem interesse, e sua potência, impotência, então ou a culpa cabe aos sofistas perniciosos, que dividem o *povo indivisível* em diferentes campos hostis, ou o exército estava por demais embrutecido e cego para compreender que os puros objetivos da democracia são o que há de melhor para ele, ou tudo fracassou devido a um detalhe na execução, ou então um imprevisto estragou desta vez a partida. (MARX, 1974c, p. 359)

O que mudou na percepção de Marx (e presumivelmente, de Engels) sobre a democracia depois de 1848, no caminho que vai da publicação do *Manifesto* ao *Dezoito Brumário*? Quais razões conduziram ao novo enfoque, aprofundado, sobre a orientação dos democratas? Esse trecho mostra-se essencial para nossa exposição por diferentes razões. Em primeiro lugar, Marx identificou claramente uma raiz classista na defesa da democracia. Ideologicamente, a luta pela democracia se alinhava aos interesses e constituía a bandeira da pequena burguesia. Esta seria uma classe de transição, na medida em que se achava espremida

* Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

entre o medo da proletarização e a vontade de aburguesamento. A explicação de Marx para a ideologia democrática pequeno burguesa era classista: por ocupar uma posição específica na estrutura de classes, abaixo da grande e média burguesia, a pequena burguesia aproximava-se do proletariado e apresentava seus interesses como sendo os de todo o povo. Adicionalmente, no trecho citado ficou esclarecido que a noção de *povo*, para Marx, surgia empregada por esse estrato de maneira mistificadora, pois escamoteava os conteúdos de classe e, conseqüentemente, os antagonismos presentes nas lutas políticas. Desse modo, identificamos a presença de um *subjetivismo* no ponto de vista do democratismo pequeno-burguês, tanto pelo fato de seus representantes se atribuírem uma posição exterior às lutas de classe quanto por superestimarem, na análise da situação, a força das circunstâncias e a influência dos elementos externos às suas fileiras. Assim, cremos ser possível destacar que, para Marx, na avaliação que faz do modo de proceder democrático pequeno-burguês encontram-se duas conseqüências: uma crônica incapacidade de *autocrítica* e a presença de uma determinada *ingenuidade* nos assuntos relacionados à política.

A ideia de povo indivisível e de interesse de toda a nação, alimentada pelos democratas pequeno-burgueses, era considerada por Marx uma abstração incompatível com a realidade das sociedades de classe. Essa característica de sua teoria distanciava-o do entendimento encontrado na obra política de Rousseau, por exemplo. Em parte, tal nuance se explica por terem os pensadores diante de si realidades histórico-sociais distintas. A época de Rousseau era ainda a época de afirmação do mundo burguês, com seu rol de conseqüências, contra as quais ele reagiu do ponto de vista dos despossuídos, dos grupos e classes sociais afetados negativamente pelo desenvolvimento capitalista, especialmente os pequenos camponeses e artesãos. O proletariado industrial, no entanto, dava ainda seus primeiros passos. Apesar de corretamente identificar o incremento das desigualdades sob a época capitalista, Rousseau ainda não apoiava a luta pela emancipação e o estabelecimento de uma ordem social legítima em uma classe social específica, e por isso tendia a exprimir a dinâmica da luta de classes nos termos de uma separação entre ricos e pobres.

Com Marx, a ótica tornou-se distinta. Vivendo à época do mundo convulsionado pela dupla revolução, Marx pôde acompanhar o surgimento dos movimentos políticos e sociais da classe operária e a validade e/ou inadequação das bandeiras democráticas. Em sua teoria social, eminentemente revolucionária, Marx apoiou sua interpretação da sociedade capitalista na noção de luta de classes. Essa noção simbolizou uma das três partes constitutivas do que veio a ser

designado por marxismo. Conforme o título de um breve texto de Lênin publicado em 1913¹, a luta de classes pode inclusive ser apresentada como uma das três fontes da concepção marxista do mundo. E suas implicações assim foram por ele resumidas nesse escrito:

Nenhum país capitalista se formou sobre uma base mais ou menos livre, mais ou menos democrática, sem uma luta de morte entre as diversas classes da sociedade capitalista. O gênio de Marx está em ter sido o primeiro a ter sabido deduzir daí a conclusão implícita na história universal e em tê-la aplicado conseqüentemente. Tal conclusão é a doutrina da *luta de classes*. (LENIN, 1982b, p. 38)

Da mesma forma, o emblemático começo do *Manifesto do Partido Comunista* trazia as seguintes palavras: “A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes.” (MARX; ENGELS, 2010, p. 40). Assim, a perspectiva classista pode ser apontada como um dos importantes elementos distintivos da compreensão marxista da questão democrática em relação ao entendimento presente na teoria política de Rousseau.

Não apenas a presença de uma teoria da luta de classes e a aposta no proletariado enquanto classe social revolucionária, mas a própria concepção de humanidade recebe contornos distintos do que nos expoentes da teoria clássica da democracia, como Rousseau. Com efeito, a partir de Marx, diferentemente da tradição contratualista, dificilmente pode-se sustentar a ideia de uma *natureza ou essência humana*, desvinculada das relações sociais, além ou aquém das mesmas. Isto significa que, para Marx, não se coloca a questão de saber se existe um estado anterior do homem, pré-social (estado de natureza), que a certa altura cede lugar a outro estado (estado civil), social, que conserva ou transforma as características presentes no estado anterior. Essa percepção, aliás, formou um dos pontos de divergência de Marx para com a filosofia materialista de Ludwig Feuerbach (1804-1872), na altura dos anos 1845-1846, quando ele e Engels escreveram *A ideologia alemã*.

A partir de seus estudos e críticas da religião, Feuerbach havia terminado por dissolver a essência religiosa na essência do ser humano real, concretamente existente, e levado a uma determinação de ser humano genérico. Nas *Teses sobre Feuerbach*, conjunto de anotações críticas de Marx sobre a filosofia do autor, publicadas por Engels em 1888, constava da sexta tese a seguinte elaboração: “Feuerbach dissolve a essência religiosa na essência *humana*. Mas a essência humana não é uma abstração intrínseca ao indivíduo isolado. Em sua realidade, ela é o conjunto das relações sociais.” (MARX; ENGELS, 2009, p. 125) Bem entendido: Marx e

¹ O texto *As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo* apareceu na revista bolchevique *Prosvchtchénie* (Educação) em 1913, no contexto da efeméride do trigésimo ano desde a morte de Marx, falecido em 1883.

Engels criticaram em Feuerbach a dimensão a-histórica de sua filosofia, que o conduzia a apreender de forma abstrata a atividade humana, reduzindo-a a contemplação. Baseados nessa crítica, os dois revolucionários alemães assentaram os fundamentos de uma nova concepção da atividade humana, designada posteriormente como *materialismo histórico*. Para eles, os seres humanos contraíram determinadas relações sociais e organizaram-se em sociedade de acordo com o modo de produzir e reproduzir sua existência ao longo da história. Isto significa que a produção, e o trabalho, que é o modo pelo qual os seres humanos se apropriam da natureza e a colocam a seu serviço, constituíram os fundamentos da concepção materialista da história de Marx e Engels. Assim é que na primeira parte d'*A ideologia alemã*, por exemplo, lê-se: “Como exteriorizam sua vida, assim os indivíduos o são. Aquilo que eles são coincide, portanto, com a sua produção, *com o que produzem e também com o como produzem.*” (MARX; ENGELS, 2009, p. 24-25)²

A nova concepção da atividade humana na história esposada por Marx e Engels em 1845-1846 acompanhou-os no correr das décadas posteriores. Mesmo nos estudos que levaram à elaboração d'*O capital* e dos quais sobreviveram anotações dos anos 1857-1858, publicadas integralmente apenas em 1939 sob o título *Esboços da crítica da economia política*³, Marx sustentava concepções distintas das de Feuerbach e dos autores contratualistas, como Rousseau. Ali se expunha que o indivíduo isolado, que os iluministas e os expoentes da economia política inglesa clássica consideravam “[...] como ponto de partida da História, porque o consideravam como um indivíduo conforme a natureza [...]” (MARX, 1974a, p. 109), passou a ser entendido por Marx como uma mistificação partilhada pelos pensadores mais representativos do século XVIII. Mistificação tornada possível pelas condições históricas e sociais abertas com a emergência da época burguesa, isto é, o modo de produção capitalista. Durante essa época, o espetacular desenvolvimento das forças produtivas materiais correspondeu, no terreno do pensamento, à percepção de que os seres humanos podiam valer-se do meio social com vistas

² Conforme também a conhecida síntese que Marx apresenta de sua concepção no prefácio ao texto *Para a crítica da economia política*: “[...] na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência.” (MARX, 1974b, p. 135-136)

³ Em alemão, na edição original: *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie (Rohentwurf)*.

à puramente satisfazer suas necessidades privadas. Alinhando-se a um entendimento que remontava a Aristóteles⁴, Marx, pelo contrário, sustentava que

O homem é no sentido mais literal, um *zoon politikon*, não só animal social, mas animal que só pode isolar-se em sociedade. A produção do indivíduo isolado fora da sociedade – uma raridade, que pode muito bem acontecer a um homem civilizado transportado por acaso para um lugar selvagem, mas levando consigo já, dinamicamente, as forças da sociedade – é uma coisa tão absurda como o desenvolvimento da linguagem sem indivíduos que vivam *juntos* e falem entre si. (MARX, 1974a, p. 110)

Assim, temos outro ponto de distinção do marxismo em relação ao liberalismo e aos expoentes da teoria clássica da democracia como Rousseau: a mais enfática afirmação da historicidade das relações sociais e atividades humanas.⁵

Outro momento onde podemos identificar o valor limitado e histórico conferido na vida e obra de Marx e Engels à questão democrática, e como esta se distancia do objetivo dos comunistas, acha-se em sua reação à experiência da Comuna de Paris, que teve lugar na França entre 18 de março a 28 de maio de 1871. A Comuna foi a primeira tentativa organizada de conquista do poder político pelos trabalhadores. A França, palco do movimento, havia atravessado o período correspondente ao Segundo Império (1852-1870), de Napoleão III – que Marx ridicularizou n’*O Dezoito Brumário* –, e após a queda deste em virtude das vitórias prussianas no conflito militar que então se desenvolvia⁶, proclamou-se uma nova república, que ficou conhecida por Terceira República Francesa e cuja hegemonia política foi exercida por moderados. Tais facções da política nacional francesa, que haviam derrubado Napoleão III, segundo Hobsbawm (2015b, p. 262) “[...] continuaram a guerra sem vontade, e desistiram ao perceber que a única resistência possível implicava a mobilização revolucionária das massas,

⁴ Cf. Aristóteles (2000, p. 146): “Por conseguinte, é evidente que o Estado é uma criação da natureza e que o homem é, por natureza, um animal político. E aquele que por natureza, e não por mero acidente, não tem cidade, nem Estado, ou é muito mau ou muito bom, ou sub-humano ou super-humano [...]. É evidente que o homem é um animal mais político do que as abelhas ou qualquer outro ser gregário.”

⁵ Não temos aqui o espaço para desenvolver as implicações dessa característica central do marxismo, que levou autores a nomeá-lo inclusive como um *historicismo absoluto*. Basta-nos, para esse aspecto, citar que um autor como Louis Althusser considerou a elaboração do materialismo histórico nos anos 1845-1846 como a concretização de uma nova ciência: “O que se anunciava nas *Teses sobre Feuerbach*, era, na linguagem necessariamente filosófica de uma declaração de ruptura com toda a filosofia ‘interpretativa’, uma coisa bem diferente de uma nova filosofia: uma ciência nova, a ciência da história, de que Marx vai estabelecer os fundamentos, ainda extremamente frágeis, em *A Ideologia Alemã*. [...] Marx inicia uma nova ciência, isto é, elabora um sistema de novos conceitos científicos, onde antes só havia a ordenação de noções ideológicas. Marx funda a ciência da história, onde não existiam senão filosofias da história.” (ALTHUSSER, 1970, p. 29, 30)

⁶ De 19 de julho de 1870 a 10 de maio de 1871, a França esteve em conflito com a Prússia, na chamada Guerra Franco-Prussiana, que terminou com a derrota francesa e a formulação do Tratado de Frankfurt, cuja principal cláusula consistia na anexação do território da Alsácia-Lorena por parte da Prússia (posteriormente Império Alemão), um dos fatores de deflagração da Primeira Guerra Mundial.

uma outra república social jacobina.” Nesse contexto, Paris sofreu o cerco de tropas prussianas e o poder político efetivo passou a ser exercido pelos prefeitos dos distritos (*arrondissements*) e integrantes da Guarda Nacional⁷, recrutados entre setores subalternos. A partir daí, o governo republicano recém estabelecido tentou o desarmamento da Guarda, atitude que provocou a formação da Comuna, no modelo de uma organização municipal independente baseada em Paris. As forças governamentais, por sua vez, agruparam-se em Versalhes e conduziram esforços para reprimir e terminar com a existência da iniciativa revolucionária dos *communards*. O governo que estes trabalhadores haviam estabelecido em Paris contava com número muito inferior de apoiadores e estava assim condenado ao desaparecimento. Não apenas cercados e em condição numericamente desvantajosa se encontravam os membros da Comuna, mas submetidos a uma campanha internacional de difamação e propaganda negativa. (HOBBSAWM, 2015b, p. 260) Assim, mais ou menos dois meses após sua formação e tentativa de resistência, e depois de formidáveis massacres, a Comuna de Paris foi enfim sufocada pelas tropas *versalhesas*.⁸

Forças populares de extrações diversas apoiaram a Comuna nos quase dois meses de sua existência; o grosso dos elementos, contudo, incluindo seus quadros dirigentes, era constituído por operários de diversos setores da atividade produtiva. Politicamente, os líderes do movimento podiam ser considerados democratas radicais pequeno-burgueses de diferentes colorações, consideravelmente influenciados pelas ideias de Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865). Nos métodos de governo e medidas políticas adotadas durante sua existência, dificilmente a Comuna podia ser considerada já um experimento de caráter socialista. O espírito que animava os operários parisienses era certamente democrático, no sentido do democratismo pequeno-burguês, e não propriamente anti-capitalista:

Na realidade, os operários de Paris não pensavam então, como demonstra a história da Comuna, na realização imediata do socialismo. Eram partidários, acima de tudo, da segurança da república democrática no sentido burguês, da criação da autonomia administrativa local e de uma total liberdade de movimento para as massas populares. (ROSENBERG, 1986, p. 195).

⁷ Sobre a Guarda Nacional, veja-se Rosenberg (1986, p. 191): “A Guarda Nacional parisiense, constituída durante a guerra, era um verdadeiro exército operário com mais de 100.000 homens, bem armados com fuzis, canhões e todo tipo de material bélico.”

⁸ Para esse aspecto do confronto, Hobsbawm (2015b, p. 262) apresentou os seguintes números: para as forças de Versalhes, entre mortos e desaparecidos contaram-se em torno de 1.100 indivíduos. Somados a estes, cerca de cem reféns executados pelos *communards*. Para as forças da Comuna de Paris, mais de 43 mil prisioneiros, cerca de 10 mil sentenciados e em torno de 17 mil mortos admitidos pelas forças governamentais. Cf. também Rosenberg (1986, p. 200)

Essa orientação democrática e pequeno-burguesa transparecia claramente na forma vacilante da luta conduzida pelos *communards* tão logo estabeleceram seu governo em Paris: em lugar de imediatamente organizar e dirigir a repressão contra as forças de Versalhes, organizaram-se eleições e cuidaram-se de questões puramente administrativas.⁹ Assim, em se tratando da perspectiva marxista e comunista, o principal legado da Comuna consistiu na lição fornecida aos revolucionários futuros quanto às condições de autogoverno dos trabalhadores ao assumir o controle do aparelho estatal, antes que na efetividade e exemplaridade da experiência. (HOBSBAWM, 2015b, p. 260; ROSENBERG, 1986, p. 198)

Até as vésperas da deflagração do movimento dos operários em Paris, a análise que Marx e Engels faziam da situação era resolutamente contrária a qualquer ação política imediata por parte dos trabalhadores. Eram os anos da Associação Internacional dos Trabalhadores, organização política fundada em 1864 que visava representar os interesses da classe operária além das fronteiras nacionais, e que ficou conhecida como Primeira Internacional. Marx era um dos membros do Conselho Geral da Associação. Nessa qualidade, era responsável pela redação de mensagens sobre a situação política francesa que exprimissem o posicionamento da organização. Em uma dessas mensagens, datada de 9 de setembro de 1870, no contexto da Guerra Franco-Prussiana e da recente proclamação da Terceira República, podemos identificar o quanto o autor d'*O capital* era cauteloso na avaliação das possibilidades da classe trabalhadora naquele contexto de guerra e ocupação:

A classe trabalhadora francesa se move, portanto, sob circunstâncias de extrema dificuldade. Qualquer tentativa de prejudicar o novo governo na presente crise, quando o inimigo está prestes a bater às portas de Paris, seria uma loucura desesperada. Os operários franceses devem cumprir seus deveres como cidadãos, mas, ao mesmo tempo, não se devem deixar dominar pelos *souvenirs* nacionais do Primeiro Império. Eles não têm de recapitular o passado, mas sim edificar o futuro. Que eles aperfeiçoem, calma e decididamente, as oportunidades da liberdade republicana para a obra de sua própria organização de classe. (MARX, 2011, p. 32)

A posição de Marx e Engels procurava espelhar a delicadeza da situação em que se encontravam os trabalhadores franceses; para eles, qualquer ação operária no sentido de uma tomada imediata do poder político poderia ser facilmente esmagada. Rosenberg (1986, p. 193-194) citou uma carta de Engels a Marx, datada de 12 de setembro de 1870, onde se afirmava explicitamente que um levante dos operários desembocaria numa situação de derrota para o

⁹ A esse título, uma vez mais, Rosenberg foi percuciente: “Ao invés de marchar sobre Versalhes, o governo de Paris convocou, em primeiro lugar, as eleições para a administração da cidade!” (ROSENBERG, 1986, p. 198).

movimento em geral, e por isso devia ser evitado.¹⁰ Após a proclamação da República, os dois revolucionários condicionavam a atuação política do proletariado parisiense à conquista de um tratado de paz com a Prússia de Otto von Bismarck (1815-1898). Para eles, um levante contra a república dos moderados e contrarrevolucionários, recém proclamada, no contexto de uma França ocupada, consistiria numa aventura que não se poderia sustentar. Os eventos de março de 1871, no entanto, precipitaram-se e levaram os trabalhadores ao poder em Paris. Pela primeira vez na história, a classe trabalhadora havia conquistado o poder político e assumia o controle da máquina estatal burguesa. Isso colocou, também pioneiramente, a questão concreta do encaminhamento a ser dado a esse enorme aparelho. Marx e Engels, apesar das divergências estratégicas e de princípio, saudaram o advento da Comuna. O primeiro dedicou inclusive um volume no calor da hora para fazer-lhe a defesa e narrar, segundo a perspectiva do materialismo histórico, o contexto daquilo que designou por *A guerra civil na França*.

Esse texto ampliou e desenvolveu a visão marxista dos problemas do Estado, da tomada do poder político pelos trabalhadores e o programa de transição ao socialismo. Ao escrever: “Mas a classe operária não pode simplesmente se apossar da máquina do Estado tal como ela se apresenta e dela servir-se para seus próprios fins” (MARX, 2011, p. 54), Marx ecoou uma posição de princípio já exposta em textos como *O Dezoito Brumário*. Nesse particular, outrossim, tal como havia ocorrido no período que vai do *Manifesto* ao *Dezoito Brumário*, o entendimento teórico se enriqueceu com a experiência histórica prática dos trabalhadores. No *Manifesto do Partido Comunista*, além de colocar a conquista da democracia como etapa no caminho da edificação socialista, o aparelho estatal ainda era compreendido segundo a formulação clássica, na qual “O executivo no Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa.” (MARX; ENGELS, 2010, p. 42). Quando da redação do *Dezoito Brumário*, entretanto, a concepção de Marx relacionada aos assuntos do Estado tornou-se matizada e recebeu novos desenvolvimentos. Destes, o mais significativo pode ser sintetizado na ideia de que, desenvolvendo-se o Estado moderno no sentido da afirmação crescente e burocratização dos mecanismos de manutenção do poder

¹⁰ “Após a paz, os operários terão mais *chances* favoráveis do que antes. Porém, será que não se deixarão arrastar novamente sob a pressão do ataque externo, procurando a república social nas vésperas da tomada de Paris? Seria terrível se os exércitos alemães tivessem que realizar uma luta de rua com os operários parisienses como último ato de guerra. Seria um retrocesso de cinquenta anos.” (ENGELS *apud* ROSENBERG, 1986, p. 194)

burguês, não bastava ao proletariado apoderar-se da máquina estatal e utilizá-la tal qual havia a conquistado.¹¹

Portanto, no caminho que foi de 1852, quando da publicação do *Dezoito Brumário*, a 1871, com o aparecimento de *A Guerra Civil na França*, ocorreu um movimento teórico nas concepções de Marx e Engels, baseado nos processos histórico-sociais reais, que os afastou ainda mais da posição assumida pelos defensores da democracia e da teoria democrática. A afirmação pura e simples da república, do sufrágio universal e do governo exercido em nome do interesse de todo o povo demonstrou sua insuficiência com a experiência da Comuna. Em carta enviada a Wilhelm Liebknecht (1826-1900), datada de 6 de abril de 1871, Marx explicitou o que permaneceu sombreado em *A Guerra Civil na França* – obra que tinha em vista os objetivos da agitação política e portanto estava mais enfaticamente comprometida com a defesa da Comuna –: a vacilação dos *communards*, imbuídos das concepções pequeno-burguesas, em instaurar a ditadura revolucionária do proletariado *contra* as forças burguesas colocou a perder a oportunidade de consolidação do poder operário. Marx resumiu a dois motivos centrais a derrota dos partidários da Comuna:

[...]1) porque simploriamente não quiseram iniciar a *guerra civil*, como se Thiers [líder político das forças *versalhesas*] já não a tivesse iniciado com sua tentativa de desarmar violentamente Paris, como se a Assembleia Nacional, apenas chamada a decidir sobre a guerra ou a paz com os prussianos, não tivesse imediatamente declarado guerra à *República*. 2) Não querendo assumir a aparência de um poder usurpado, perderem valiosos momentos (deviam ter se dirigido imediatamente a Versalhes após a derrota [...]). (MARX, 2011, p. 207)

Assim, temos visto o modo pelo qual Marx e Engels lançaram as bases de sua teoria política e social, erigida de acordo com a experiência histórica dos trabalhadores e situada, em relação ao problema da democracia, na equidistância tanto da concepção liberal-burguesa quanto daquela alinhada aos interesses pequeno-burgueses.

¹¹ “Esse Poder Executivo, com sua imensa organização burocrática e militar, com sua engenhosa máquina do Estado, abrangendo amplas camadas com um exército de funcionários totalizando meio milhão, além de mais meio milhão de tropas regulares, esse tremendo corpo de parasitos que envolve como uma teia o corpo da sociedade francesa e sufoca todos os seus poros, surgiu ao tempo da monarquia absoluta, com o declínio do sistema feudal, que contribuiu para apressar. [...] A primeira Revolução Francesa, em sua tarefa de quebrar todos os poderes independentes – locais, territoriais, urbanos e provinciais – a fim de estabelecer a unificação civil da nação, tinha forçosamente que desenvolver o que a monarquia absoluta começara: a centralização, mas ao mesmo tempo o âmbito, os atributos e os agentes do poder governamental. Napoleão aperfeiçoara essa máquina estatal. [...] Finalmente, em sua luta contra a Revolução, a república parlamentar viu-se forçada a consolidar, juntamente com as medidas repressivas, os recursos e a centralização do poder governamental. Todas as revoluções aperfeiçoaram essa máquina, *ao invés de destruí-la*.” (MARX, 1974c, p. 401, 402, *grifo nosso*)

Referências

ALTHUSSER, L. *Lenine e a filosofia*. Lisboa: Editorial Estampa, 1970.

ARISTÓTELES. Política. In: ARISTÓTELES. *Poética; Organon; Política; Constituição de Atenas*. São Paulo: Nova Cultural, 2000. p. 141-253.

HOBBSAWM, E. J. *A era do capital, 1848-1875*. 23. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015b.

LENIN, V. I. *Obras escolhidas em três tomos – 1*. 2. ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982b.

MARX, K. *A Guerra Civil na França*. Seleção de textos, tradução e notas Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011. (Coleção Marx-Engels)

MARX, K. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1974c. (Coleção Os pensadores; XXXV). p. 329-411.

MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto comunista*. Organização e introdução Osvaldo Coggiola; tradução de Álvaro Pina e Ivana Jinkings. 1. ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2010. (Coleção Marx e Engels)

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

ROSENBERG, A. *Democracia e socialismo: história política dos últimos cento e cinquenta anos (1789-1937)*. Introdução de Gian Maria Rusconi; apresentação de Antonio Roberto Bertelli; tradução Margaret Presser. São Paulo: Global, 1986.

Estado e Migrações Internas: Um Programa “Antirreforma Agrária” no Centro-Oeste

Marco Aurélio Corrêa de Araújo*

Introdução

O presente trabalho consiste em um esforço inicial em buscar através da investigação sobre a trajetória histórica da Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), compreender como a produção da região Centro-Oeste foi se adequando à lógica do capitalismo monopolista que havia se consolidado no território nacional. Destarte, entendemos que o processo de migração e o processo de modernização agrícola foram fundamentais para a consecução da lógica do capital monopolista em tal região. Neste ínterim, percebemos que migração e modernização agrícola foram processos que caminharam juntos e que fazem parte do amplo programa “antirreforma” agrária racionalizado pelo Estado brasileiro. O Estado esvazia regiões com grande concentração demográfica nas áreas rurais, o que poderia gerar tensões sociais devido a demanda por terra, e incentiva a ida dessas levas de pessoas pobres para outras regiões onde indústrias já haviam se assentado e que necessitam de mão de obra.

Para o Estado isso seria resolver dois problemas de uma vez só: ter controle social sobre aquela parcela que poderia se manifestar pela falta de terra e ao mesmo tempo atender a demanda por mão de obra que o avanço do capital monopolista¹ exigia. Essas ações do Estado através de seus diversos organismos, como por exemplo o INCRA, é o que consideramos um programa “antirreforma agrária”.

Especificamente na relação do Estado com as empresas multinacionais, estas últimas “não só precisam de um Estado, como de um Estado realmente mais forte que o Estado nacional ‘clássico’ que as capacite, ao menos em parte, a superar as contradições econômicas e sociais que periodicamente ameaçam seus gigantes capitais” (MANDEL, 1982, p. 232). O Estado militar, e também o Estado pós-ditadura, no Brasil serviu categoricamente a estas necessidades, e no que tange ao Centro-Oeste a afirmação é a mesma, pois garantiu às empresas monopolistas multinacionais e nacionais a reprodução de

* Doutorando em História pela Universidade Federal de Goiás.

¹ No contexto de nossa abordagem, entendemos que o capitalismo monopolista é aquele que ultrapassou os limites regionais e nacionais, ganhando uma configuração internacional, ou seja, quando se tem a busca crescente de exportação de capital. E esta exportação do capital, leva, cada vez mais, a uma maior centralização e concentração de capital nas “mãos” das grandes empresas que, aos poucos, monopolizam o mercado. São as chamadas empresas monopolistas.

seus grandes capitais na região, e ainda controlou qualquer reação social que manifestasse críticas ao sistema.

Em face disso, o presente artigo tem como proposta analisar e compreender, no intervalo de tempo entre 1967-1990, como as questões da modernização agropecuária, expansão das fronteiras, busca de mão-de-obra e conflitos agrários estão inseridas no contexto das migrações internas, contexto o qual se insere na trajetória da SUDECO. Diante disto, pode se ter uma apreensão de como as migrações internas foi de grande relevância para garantir a expansão do capitalismo monopolista em uma região, até então, considerada um “espaço vazio” no território nacional. A justificação da análise temporal entre 1967-1990 se assenta no fato de que a documentação que teremos como base para se investigar o processo de migrações fazer parte do acervo documental da SUDECO, instituição a qual teve seu período de existência entre estes anos.

Conhecendo o contexto das migrações no Centro-Oeste

Tentaremos conhecer a nível regional como ocorreu o processo de migração/colonização no Centro-Oeste; Qual foi o papel da SUDECO neste processo; E qual era o interesse do Estado em incentivar esta movimentação populacional no país, principalmente sobre a região em foco.

No que diz respeito às migrações internas no território nacional, é mister saber que o Ministério do Interior (MINTER) que era encarregado por toda movimentação populacional no país. Este Ministério foi criado pelo decreto lei número 200/1967, sendo-lhe atribuído o encargo de atuar na área de radicação de populações, ocupação de território e migrações internas (SUDECO 09. *Análise do projeto de reestruturação do SIMI e sugestões para o aperfeiçoamento do sistema*. Ministério do Interior. 1977, p. 03). Desde já é importante ressaltar que existem vários conceitos de “migração”, e neste caso adotaremos o seguinte: “Seu caráter essencial é que constitui uma mudança de lugar de domicílio, ou mudança de residência ‘usual’: o reinício da vida em um lugar novo e distinto” (ELIZAGA; MACISCO JR., 1975, p. 8 *apud* MACIEL, 2008). A adoção do conceito, neste sentido, se justifica pela adoção deste entre os principais estudiosos de migrações internas no Brasil, que aprofundaram, e aprofundam, de forma categórica - em nosso ponto de vista - a discussão da problemática em discussão.

Maciel (2008), que é uma de nossas referências para o desenvolvimento do trabalho, na referida obra faz uma análise em torno das migrações, e por isso é trabalho base para o desenvolvimento deste artigo. Entretanto, assim como em relação a sua outra obra (MACIEL, 2010), nesta também existem diferenças de objetivos e amplitude de nossa abordagem com a dela. Em sua obra voltada para a discussão das migrações, Maciel buscou entender até que ponto foi a intervenção do Estado militar sobre a distribuição da população no território nacional, para assim identificar os elementos que se traduziram em ações com vistas a garantir a segurança nacional. Neste sentido, a colonização oficial foi a base para a análise da autora. E é justamente neste ponto que existe a diferença de amplitude com seu trabalho, o que se justifica pela seguinte questão: como estamos analisando o avanço do capital monopolista, ou seja, dos grupos mais capitalizados da sociedade, a migração/colonização privada ganha maior destaque, já que foi uma das formas encontradas pelo Estado em aliança com a burguesia nacional e internacional, para expandirem suas terras e seus lucros. Analisaremos alguns casos de colonização oficial, porém, ver-se-á ao longo da discussão um maior grau de importância da colonização privada, a qual, no que tange a referida obra de Maciel, não identificamos, e que por isso ver-se o mesmo tema que são as migrações, mas com amplitude, objetivos e sentidos diferentes.

Dando então continuidade em nossa análise, deve-se mencionar que havia três tipos de migrações: a individual, a de grupo e a maciça (impulsionada). Ocorre que existe, também, uma tipificação para a colonização – o que acaba sendo uma coisa ligada à outra – as quais são: a colonização espontânea (que consideramos no mesmo sentido da migração individual), a dirigida pelo governo (ligado as migrações maciça), e a promovida por empresas privadas (migrações em grupo). Esta tipificação de migração/colonização é importante para que se tenha um esclarecimento das singularidades dentro deste processo que foi determinante para o avanço do capital monopolista.

O processo de ocupação (com a migração/colonização) intensificou-se na região Centro-Oeste a partir do final dos anos 1960 e início da década de 1970, porém as primeiras experiências de colonização são datadas na década de 1940. Em 1941, foi criada a Colônia Agrícola de Goiás (GO) e, em 1943, a Colônia Agrícola de Dourados (MS) (SUDECO 50. *Histórico de ocupação agrícola do Centro-Oeste*). Estudos Científicos e Técnicos. Sem data, p. 04). Portanto, este processo de colonização que se mistura com as migrações internas no

território brasileiro iniciou-se desde o período da Fundação Brasil Central (FBC)², em que a preocupação com a segurança nacional já era assunto que estava em pauta. Sendo assim, o Governo Federal buscou de todas as formas garantir a defesa da integridade territorial do país, e a primeira atitude, nesse sentido, foi a ocupação imediata das áreas vazias do seu interior. Junto com a questão das migrações passa a fazer parte da mentalidade do governo central a busca pelo desenvolvimento regional - o que acabam sendo processos que andam juntos e que se misturam - o que resulta na criação das superintendências regionais.

Estas diversas superintendências (SUDECO, SUDAM, SUDENE, e etc.) voltadas para o desenvolvimento de determinadas regiões brasileiras vinculavam-se ao MINTER. E voltando-se especificamente ao caso da SUDECO sabe-se que houve uma sobreposição de competência entre esta e a SUDAM³. Diante disto, competia ao MINTER coordenar o planejamento e a execução de ações conjuntas destes dois órgãos na vasta sub-região denominada Amazônia Legal.

Neste contexto da trajetória histórica da SUDECO é importante destacar que os temas migração/colonização e reforma agrária são problemáticas interligadas e que fazem parte de uma mesma realidade, que se resume em atender os interesses do Estado central militar que estavam à frente do capital monopolista. Diante da questão da baixa densidade demográfica encontrada na região Centro-Oeste o governo central vai investir na formulação de políticas de migração internas - as quais de fato são colocadas em prática – e conhecendo um pouco deste contexto fica mais fácil se entender o porquê de os temas migrações/colonização e reforma agrária serem interligados.

Neste sentido, é importante a compreensão da ideologia presente na doutrina de segurança nacional – no caso o controle da população e o combate aos movimentos de origem esquerdista - na qual se encontrava toda uma fantasia e um discurso inventado pelos militares. Este discurso se resumia em eles – os militares - combaterem seu “inimigo interno”, que eram os comunistas que se juntariam para acabar com a ordem da nação.

² Em 1943 foi criada a Fundação Brasil Central, primeira instituição brasileira veículo de intervenção do Estado sobre o Centro-Oeste, que veio promover a urbanização e a modernização econômica e sociocultural, favorecendo, deste modo, a integração dessa área, de grandes proporções geográficas e de incalculável potencial econômico ao contexto nacional brasileiro (MACIEL, 2005, p. 03). A Fundação Brasil Central existiu por quase 25 anos, sendo extinta já no regime militar, em 1967. Pelo mesmo decreto em que extingue a FBC é criada a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO). Sobre o assunto, ver: Araújo (2012).

³ Para maior esclarecimento ver em: Araújo (2012).

Antes de dar continuidade a este assunto do combate ao “inimigo interno”, deve-se destacar a relação entre a ótica da doutrina de segurança nacional com o “fenômeno” das migrações internas no território brasileiro. Segundo Maciel (2008, p. 05, 06, 07), todo o movimento de população pelo território nacional tem sido determinado pelo modelo de desenvolvimento econômico vigente, sendo que no início da década de 1970 as palavras de ordem do governo central do período eram “segurança e desenvolvimento”. O porquê deste período pode ser explicado pelo fato de ser neste início de década instituído o Programa Nacional de Apoio as Migrações Internas (vinculado ao Ministério do Interior), o qual tinha como “objetivos” (pelo menos na teoria) oferecer assistência ao migrante carente; atuar no sentido de orientar os fluxos migratórios para determinadas áreas do território nacional, as quais se encontravam parcamente habitadas e economicamente inexploradas, ou também, áreas onde iam-se implementar grandes empreendimentos governamentais (hidrelétricas, projetos de exploração mineral, rodovia Transamazônica, etc.); e, também, atuar em áreas de expulsão demográfica, no recrutamento, triagem e encaminhamento de trabalhadores para áreas carentes de mão-de-obra.

Voltando-se ao assunto do combate ao “inimigo interno”, em uma reflexão sobre a questão do combate aos movimentos de esquerda encontramos a ligação existente entre migrações e reforma agrária. Um exemplo modelar disto foi o combate às ligas camponesas do Nordeste que defendiam a reforma agrária, que foram “desintegradas” com o incentivo à migração para a região da transamazônica. Deve-se aqui destacar que a repressão dos militares no pós-64 já havia surtido efeito neste processo de “desintegração” das ligas camponesas, e as migrações entram como um dos instrumentos utilizados pelo governo central para reforçar este combate. A partir deste episódio o Governo Federal passou a ver as migrações como uma solução para o problema do combate às ligas camponesas, em que com a dispersão de seus componentes para outras regiões ficariam sem união necessária para terem força frente à sociedade e principalmente sobre o Estado. Deve-se salientar que estes migrantes tinham o papel fundamental de ocupar espaços vazios, regiões de fronteira e terras indígenas, papel este presente na ótica da doutrina de segurança nacional criada pela Escola Superior de Guerra – ESG.

O encarregado de efetuar a tramitação destes migrantes foi o INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – (1970), que era responsável pela colonização oficial que se resumia em assentamentos (agrovilas) de pessoas com baixa renda

(despossuídos marginalizados). Além da colonização oficial tinha-se também a colonização privada⁴, que cabia ao INCRA apenas orientar e que era feita pela iniciativa privada. Esta colonização se caracterizou com a migração individual ou em grupo, e não a maciça, a qual os militares tanto buscaram controlar. Havia duas formas de se efetivar uma colonização privada, que era através das cooperativas de agricultores ou de empresas, que eram compostas por pessoas com cabedais (com capital), sendo o oposto daquelas que faziam parte da colonização oficial. Contudo, através de exemplos de colonização particular e colonização oficial, buscaremos demonstrar como o Estado – neste caso representado fundamentalmente pelo INCRA – vai realizar, na verdade um programa “antirreforma agrária”, o que concomitantemente atendeu ao capital monopolizador.

No discurso do Estado central o INCRA deveria fazer um programa de reforma agrária, mas foi na verdade um programa “antirreforma agrária”. O processo de migração no Centro-Oeste explica isso. Na região verificamos vários exemplos de incentivo, por parte do Estado, para que ocorressem migrações, já que esta era considerada um “vazio demográfico/espço vazio”. Dentre as levas de migrantes mais relevantes que chegam à região podemos destacar: os nordestinos que se fixaram principalmente nas áreas urbanas de Brasília; e também paranaenses, gaúchos e paulistas que são incentivados pelo fato de que em suas regiões já se ter uma ocupação monopolizada das terras. A colonização, tanto oficial quanto particular, tirou excedentes populacionais das regiões do Nordeste, do Sul e do Sudeste, constituindo-se em uma saída para minimizar os problemas sociais do país. Assim, ocorreu uma corrida desenfreada para o Centro-Oeste e Norte do território nacional, proporcionada pela busca de uma nova opção de subsistência. Neste contexto houve a chegada de levas de posseiros, peões, gatos, grileiros, latifundiários, empresas, técnicos e etc.

Cabia, portanto, ao Centro-Oeste - até então uma região com grande quantidade de terras devolutas a serem exploradas e capitalizadas – atender a esta demanda de migrantes que vinham de regiões com “insuficiência”⁵ de terras ainda a se capitalizar. Com isto, o

⁴ A colonização particular/privada “é aquela realizada por empresas particulares de colonização, devidamente registrada no INCRA, em terras particulares ou públicas, submetendo à aprovação deste instituto os seus projetos de colonização para cada área. A clientela potencial dos Projetos de Colonização Particular é a do tipo empresarial, constituída por agricultores de média renda, com tecnologia mais avançada e possuidores de crédito bancário” (SUDECO 41. *Processo de ocupação em Rondônia*. Migrações/Colonização. Sem data, p. 26).

⁵ Colocamos insuficiência entre aspas pelo fato de que, havia esta falta de terras a grande parte desta população regional não pelo fato de fisicamente não ter suficiente para todos, mas sim por que os grandes latifundiários

Governo Federal resolveria dois problemas com uma única solução que foi a migração/colonização: controlar os movimentos, ou possíveis surgimentos de movimentos, que defendiam a reforma agrária em regiões com “insuficiência” de terras; e, também, modernizar/capitalizar regiões onde ainda não se tinha uma ocupação efetiva da terra nos moldes do capital monopolista, o que foi garantido com a colonização particular.

A partir dos exemplos de colonização particular e oficial no Centro-Oeste percebemos, então, o porquê de o INCRA fazer na prática um programa “antirreforma agrária”, pois suas ações foram no sentido de beneficiar o grande capital monopolista⁶. Beneficiamento este que foi no sentido de bloquear/sufocar qualquer movimento dos trabalhadores/proletários, os quais poderiam, através da organização e conscientização de seus movimentos, gerarem “problemas” para a expansão do capital.

Os trabalhadores eram explorados de forma compulsória, vivendo em condições de vida necessária para a sobrevivência, sem mínimas chances de ter uma digna qualidade de vida. No Centro-Oeste esta situação dos trabalhadores se intensifica na segunda metade da década de 1970, com o avanço do capital monopolista através das empresas nacionais e multinacionais que investiram na região.

As consequências para os descapitalizados

A atuação do Estado no processo de migração/colonização resultou em um bloqueio da reforma agrária no país – como já frisamos de um programa antirreforma agrária – o que efetivou uma maior concentração da terra e da riqueza na região. No “fluxo” deste processo os trabalhadores foram “reduzidos à condição de sem-terra, de sem-teto, de sem-emprego, de sem-escola, de sem-saúde, de sem-transporte...” (PICOLI, 2006, p. 69). Na busca desenfreada de preencher “os chamados ‘espaços vazios’, que na verdade eram povoados por índios, posseiros e garimpeiros, são loteados em mapas e vendidos aos barbatões pelo mundo afora” (KOWARICK, 1995, p. 31, *apud* PICOLI, 2006, p. 62).

e as grandes empresas – (também o capital monopolista, pois nem toda grande empresa é monopolista) – já haviam monopolizado quase totalidade delas.

⁶ Como foi colocado o INCRA beneficiava principalmente o grande capital, e por isso pode-se perceber o fato de uma das bandeiras mais importantes das elites ser a reforma agrária/ “antirreforma agrária”. Com isso, “o objetivo era aumentar a produtividade e os lucros, abrindo novos espaços à penetração do complexo agroindustrial de maquinário e fertilizante, além de fixar o camponês em sua área, vendo a diminuir os problemas decorrentes da migração aos centros urbanos” (PICOLI, 1996, p. 36).

Um modelo exemplar destes resultados negativos que surgem como consequência do avanço do capital monopolista sobre o Centro-Oeste, é a questão da população se tornar massivamente urbana. Silva (2003) destaca os motivos que levou a este alto índice de urbanização:

A população tendeu a se tornar massivamente urbana, motivada pelas crises na agricultura, pela expulsão dos camponeses determinada pela incorporação ou açambarcamento de suas terras pela produção comercial ou ainda pela especulação imobiliária e, finalmente, pela 'modernização conservadora' (autoritária e seletiva) imposta pela política agrária e agrícola do regime ditatorial instalado em 1964. (Idem, p. 145).

Verifica-se que a opressão e a exploração imposta aos trabalhadores do campo pelo grande capital e pelo Estado se generalizavam por todo território nacional, e na região Centro-Oeste não foi diferente. Intensificam-se os movimentos dos trabalhadores rurais (camponeses, sem-terra, assalariados), que são a expressão mais evidente da questão social no campo. Estes, por sua vez, se caracterizam pela existência de amplos contingentes da população rural subsistindo em condições de extrema pobreza, derivadas da expropriação e da impossibilidade econômica e jurídica de acesso à propriedade da terra, bem como da remuneração insuficiente do seu trabalho. Outra importante característica são as relações de dominação política a que estão submetidos os trabalhadores na agricultura, marcadas, em muitas situações, pela violência do poder privado dos grandes proprietários legitimados pela omissão ou conivência do Estado.

Sem oportunidade no campo, estes trabalhadores se deslocaram para os centros urbanos tornando-se, em grande parte, marginalizados desempregados. Com o êxodo rural se tem a proletarização de milhões de camponeses submetidos a relações de trabalho de superexploração, o que é o desdobramento mais grave no aspecto social.

Como afirma um estudo do departamento de geografia e história da UNB, voltado para a concentração capitalista no campo no caso do eixo Ceres-Anápolis (SUDECO 36. *Concentração capitalista no campo e migração populacional: o caso do eixo Ceres-Anápolis*. Estudos Científicos e Técnicos. 1983, p. 07-08), o êxodo rural no Brasil é um processo de expulsão com a concentração capitalista no campo, que se traduz pela concentração fundiária, transformação da lavoura em pastagem (pecuarização) e modernização da agricultura. Verifica-se que a pecuarização, modernização e a propriedade legal da terra estão estreitamente vinculadas à grande propriedade. De forma que a saída de

peças do campo resulta dessa interação. Com isso, percebe-se como o desenvolvimento capitalista no Brasil e na região Centro-Oeste levou a um grande processo de movimentação populacional pelo território, com idas e vindas de famílias, que em busca de uma melhor condição de vida acabaram atendendo as reivindicações do grande capital.

É importante chamar atenção de que o INCRA com os projetos de colonização oficial, em alguns casos, facilitou a aquisição de terras para os assentados, porém, como já relatamos, não ofereceu infraestrutura. Não interessava para o Estado central militar dar um apoio efetivo aos migrantes, pois o que realmente interessava eram os grandes projetos privados liderados pelos grupos econômicos nacionais e internacionais. Isto justifica a escolha do Estado em ter uma economia dependente, já que para a burguesia nacional obter seus benefícios foi necessário associar-se ao capital externo. Neste sentido, com a falta de apoio estes migrantes vendem suas pequenas glebas de terra – já que não tinham possibilidade de desenvolvê-las por questões financeiras e técnicas – se tornando mão-de-obra para as empresas nacionais e internacionais agregarem valor com seu trabalho (PICOLI, 2006, p. 59).

Vale destacar que nem todos saíram do campo e foram para o meio urbano, e por isso, grande parte daqueles que persistiram em ficar no campo foram submetidos a relações de trabalho escravo, como a escravidão por dívida, ou como também é conhecida *peonagem*.

A expansão do capital pelo Centro-Oeste através da modernização agropecuária e do processo de migração/colonização ocorreu de forma conservadora, ou seja, o Estado com suas políticas agrícolas e de colonização reforçou a tendência concentracionista. Portanto, aquele discurso de fixar o homem à terra não pôde ser atingido,⁷ antes pelo contrário, levou ao oposto com à expulsão do homem do campo.

Neste sentido, ressaltamos uma colocação de Martins (1980) esclarecedora deste processo:

É desse ponto de vista, ideológico, capitalista e dominante, que não se pode falar em distorção na execução dos planos. O homem é usado como desbravador do território, como amansador da terra. São na verdade pioneiros de formas sociais e econômicas de exploração e dominação

⁷ Em documento elaborado pelo MINTER (SUDECO 53. *Políticas de Migrações Internas*. Ministério do Interior. 1976), encontra-se o mencionado discurso por parte do Estado em fixar a população carente a terra. Destacavam que deveria haver uma “maior racionalização dos movimentos populacionais e um maior aproveitamento do dinamismo dentro do planejamento para o desenvolvimento.” E por isso, “as migrações internas deveriam solucionar o problema de emprego, basicamente no meio rural, prevalecendo a ideia de fixação do homem ao campo” (Idem, p. 16).

vinculadas às classes dominantes e ao Estado (MARTINS, 1980, p. 115, *apud* SUDECO 36, p. 24).

Enquanto a mão-de-obra do homem descapitalizado foi necessária para o avanço do capital no campo, esta foi utilizada como “ponta de lança” para a ocupação de regiões com pouca utilização de terras nos moldes capitalistas. Entretanto, com o avanço tecnológico, com a modernização agrária, sua força de trabalho não era necessária de forma integral, e por isso foram abandonados neste processo, e os resultados para estes foram os mais infelizes possíveis, sendo marginalizados pelo subemprego. Como destaca Silva (2003, p. 136), “os efeitos dessa modernização sobre a força de trabalho no campo foram: a ampliação da proletarização do camponês; o aumento de emprego temporário e a consequente deterioração das relações de trabalho.” Ainda segundo o autor,

a modernização da agricultura levou à ‘substituição das antigas e tradicionais formas de trabalho na terra, pela mecanização’, transformando ‘o antigo morador, agregado ou parceiro, e até mesmo o empregado permanente’ em ‘assalariado sazonal, safrista, volante’, mais conhecido como ‘boia-fria’ (HEINEN, 1996, p. 34, *apud* SILVA, 2003, p. 136).

Verificamos uma posição da SUDECO, e de outros órgãos representantes do Estado, em seu discurso, e uma posição inversa em suas ações práticas. Buscar-se-á mediar esta relação entre discurso e prática no que tange ao envolvimento do Estado na questão da reforma agrária na região Centro-Oeste.

Percebe-se muito discurso e muitas folhas gastas em documentos oficiais que trazem uma demagogia, planos que nunca foram realizados na íntegra. O Estado Federal, através de seus vários órgãos (MINTER, FUNAI, INCRA, SUDECO, SUDAM e etc.) apoiou, e apoia o avanço dos capitalizados em detrimento dos descapitalizados, em que os últimos, no encaminhamento do processo, continuam servindo de massa de manobra para a intensa exploração imposta a estes, tanto no meio rural como no urbano.

Referências

ARAÚJO, Marco Aurélio Corrêa de. *Estado e Planejamento: a Sudeco e o avanço do capitalismo monopolista na região Centro-Oeste (1967-1990)*. 2012. 164 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, 2012.

MACIEL, Dulce Portilho. *Atuação da SUDECO e seus efeitos (1967-1990): um olhar a partir de “dentro”*. Anápolis: 2010.

_____. *Migrações Internas no Brasil (1970-1990): questão de segurança nacional*. Anápolis: 2008.

_____. Fundação Brasil Central: sua conturbada trajetória e o desenvolvimento do Centro-Oeste brasileiro. *Artigo divulgado na revista Plurais*. 2005, p. 145-161.

MANDEL, Ernest. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982, p. 219-242.

PICOLI, Fiorelo. O capital e a devastação da Amazônia. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 36-69.

SILVA, José Santana da. *A CPT Regional Goiás e a questão Sociopolítica no Campo*. Goiânia: 2003.

Documentos da SUDECO

SUDECO 09. Ministério do Interior. Sem data.

SUDECO 36. *Concentração capitalista no campo e migração populacional: o caso do eixo Ceres-Anápolis*. Estudos Científicos e Técnicos. 1983.

SUDECO 41. *Processo de ocupação em Rondônia*. Migrações/Colonização. Sem data.

SUDECO 50. *Histórico de ocupação agrícola do Centro-Oeste*. Estudos Científicos e Técnicos. Sem data.

SUDECO 53. *Políticas de Migrações Internas*. Ministério do Interior. 1976.

SUDECO 58. *COOPERCANA: estatuto social*. Migrações/Colonização. 1985.

SUDECO 60. *Colonizadora Bandeirante (COBAN)*. Migrações/Colonização. Sem data.

SUDECO 61. *Colonizadora Bandeirante (COBAN)*. Migrações/Colonização. 1982.

SUDECO 62. *COOPERCANA: relatório da diretoria e balanço geral do exercício de 1984*. Migrações

Obstáculos para a Reconstituição da Tradição Oral

Nildo Viana *

A tradição oral existe na realidade concreta e cotidiana das coletividades. A sua existência concreta e presença no cotidiano de uma coletividade, bem como seu processo social de produção e reprodução, não lhe impede de ser recuperada¹ e ressignificada por outros. Quando ela é acessada por um pesquisador, geralmente ela é recuperada e ressignificada, passando a ser selecionada e relacionada com um objeto de pesquisa, com objetivos, problemas, hipóteses, metodologias e “teorias” que lhes são alheias e fazem parte do processo de pesquisa. Neste contexto, torna-se importante discutir a questão da reprodução da tradição oral, bem como de suas formas e condições de realização. No presente texto iremos apresentar uma discussão que se inicia com uma definição de tradição oral, para depois abordar a sua rememoração através da “reprodução natural”, realizada pela memória coletiva, e depois problematizaremos a sua “reprodução artificial”, expressa nas abordagens científicas, e por fim encerraremos com uma análise das condições de possibilidade da tradição oral ser reconstituída historicamente, ou seja, ser resgatada.

A primeira questão que levantamos é: o que é tradição oral? Em primeiro lugar, consideramos necessário distinguir entre tradição oral e outras formas de oralidade. A tradição oral é uma forma específica de oralidade. A sua especificidade se encontra justamente em seu caráter tradicional.

Podemos retomar a definição de tradição apresentada por Ginsberg (1966), segundo a qual ela seria a soma de todas as ideias, hábitos e costumes de uma população e que seria

* Professor da Faculdade de Ciências Sociais e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás; Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília.

¹ “O termo recuperação emergiu através de análises da realidade e das lutas políticas para expressar como algo que era de domínio da classe dominante e foi perdido, mas foi, novamente, reconquistado. A recuperação é a reconquista, pela classe dominante, do que foi perdido por ela. Assim, se o movimento operário nascente, em sua luta, cria os sindicatos, essa forma organizacional que não era de domínio da burguesia, ele foi recuperado, reconquistado, por ela, perdendo o seu propósito inicial. A burguesia perdeu o controle dos trabalhadores ao emergir essa forma organizacional, mas ao legalizá-lo e, dessa forma, inseri-lo no processo de burocratização e mercantilização, o recuperou. A recuperação memorial é semelhante. Recuperar a memória significa retomar o sentido das lembranças, os mecanismos de seleção e, por conseguinte, determinação do que deve ser lembrado e do que deve ser esquecido, a partir da perspectiva da classe dominante. A memória social sobre qualquer acontecimento histórico pertence à classe dominante, mas, em momentos de revolução social, ela pode perdê-la momentaneamente e, por isso, precisa recuperá-la. No entanto, como a sociedade capitalista se institui a partir das lutas de classes, mesmo em épocas não-revolucionárias, e, por conseguinte, a recuperação memorial é constante, pois é preciso marginalizar, esconjurar, apagar, as versões distintas da história” (VIANA, 2020, p. 78).

transmitida de geração em geração. Ela teria uma forte ligação com o passado, com relações afetivas, familiares e, principalmente nas sociedades pré-capitalistas ou rurais, teriam o peso de uma convicção, marcando a formação da mentalidade dos indivíduos (VIANA, 2008). Mannheim também contribui para compreender o significado da tradição ao discutir o tradicionalismo, no qual ele vê uma situação histórica e sociológica particular. Ele seria uma “atitude psicológica geral” que se manifesta nos indivíduos como uma tendência a se agarrar ao passado e a temer as inovações (MANNHEIM, 1986). A tradição seria, então, um conjunto de ideias, hábitos e costumes de uma população que seria transmitida de geração em geração e o tradicionalismo é uma predisposição mental de se agarrar ao passado e recusar as inovações, ou seja, um apego à tradição.

Assim, temos uma compreensão do significado do termo tradição, mas não da tradição oral. Ora, a tradição oral é uma forma de transmissão, via oralidade, que ocorre de geração em geração, das lembranças de uma determinada população ou parte dela. A tradição oral, portanto, é manifestação da memória coletiva de uma população, e contribui para a sua manutenção. Esta memória coletiva, expressa por ela, é repassada de geração em geração por meio da oralidade, da fala.

Ela ocorre no interior de um mesmo quadro linguístico, ou, segundo expressão de Bakhtin (1990), de uma “comunidade semiótica” e por isso possui um caráter coletivo, social. A palavra é um palco de lutas pelo significado. O conjunto de palavras que formam uma determinada manifestação da fala também é perpassada por significados, processos sociais, lutas sociais. Num mesmo quadro linguístico se manifesta o conflito de classes. Por isso Bakhtin afirma que “classe social e comunidade semiótica não se confundem” (BAKHTIN, 1990, p. 46). Na nossa perspectiva, o quadro linguístico de uma população possui uma base comum, ela mesma de origem social, mas também existe uma “estratificação social na língua” (GUIRAUD, 1976). Isto é, ao mesmo tempo em que existe uma unidade linguística perpassada por lutas também existe uma diversidade que, na verdade, também manifesta uma oposição, um conflito, entre coletividades e, principalmente, classes sociais.

O meio de transmissão da tradição via oralidade, a tradição oral, é geralmente expressão das relações sociais de determinada coletividade. A linguagem também está intimamente presa à sociedade que lhe origina, sendo expressão das relações sociais existentes (PERCHERON, 2002). A tradição oral, por ser manifestação da oralidade,

compartilha com ela esta característica. Além disso, ela é manifestação da tradição, possuindo, portanto, um significado de rememoração da memória coletiva, que realiza geralmente uma reprodução do mundo existente. No entanto, existem “muitas memórias coletivas” (HALBWACHS, 1990) e esta multiplicidade de memórias coletivas são expressões das coletividades, de seus valores, de suas formas de consciência. As coletividades² usam seus próprios mecanismos de ativação da memória coletiva.

Cada um desses grupos tem uma história. Neles distinguimos imagens e acontecimentos. Mas o que nos chama a atenção, é que, na memória, as similitudes passam, entretanto, para o primeiro plano. O grupo, no momento em que considera o seu passado, sente acertadamente que permaneceu o mesmo e toma consciência de sua identidade através do tempo. (...). Mas o grupo que vive originalmente e sobretudo para si mesmo, visa perpetuar os sentimentos e as imagens que formam a substância de seu pensamento (HALBWACHS, 1990, p. 87).

A memória coletiva é ativada pelas coletividades e suas lembranças são determinadas pelos seus valores, sentimentos, concepções. A tradição oral manifesta um conjunto de valores, sentimentos, que são reproduzidos pela população e pelas coletividades, manifestando elementos semelhantes e diferentes, isto é, possuem uma base comum convivendo com manifestações diferenciadas, que carregam em si não só a diversidade, mas o conflito. Mas além dos sentimentos e valores, a tradição oral reproduz também uma certa racionalidade, que também é marcada por este conflito. As coletividades e principalmente as classes sociais constituem suas próprias formas de racionalidade, ou, segundo expressão de Gurvitch (1969), “sistemas cognitivos”, que também são perpassados pela unidade e pela contradição³.

A tradição oral expressa os modos de vida dos indivíduos e coletividades, sendo, portanto, expressão das relações sociais presentes e passadas. Ela tem um apego ao passado que revela seu aspecto conservador, seu tradicionalismo, mas esta permanência e conservação estão ligadas ao processo social, no qual as mudanças sociais provocam mudanças na tradição, embora ela ofereça resistências às alterações históricas, o que lhe faz

² Halbwachs usa o termo grupos sociais e nós o substituímos por coletividades. A razão disso é que o conceito de grupos sociais, em nossa concepção, é mais restrito do que coletividades. Coletividades englobam os grupos sociais, mas também famílias, organizações profissionais, seitas, partidos, classes sociais, entre diversas outras (VIANA, 2020).

³ Sem dúvida, essa “forma de racionalidade” é pouco desenvolvida, sendo uma racionalidade rudimentar e que é sujeitada à episteme burguesa (VIANA, 2018; VIANA, 2019) e isso se desenvolve cada vez mais com o desenvolvimento capitalista, pois o aparato estatal, escolar, comunicacional, se alastra e passa a estar presente cada vez mais na vida cotidiana, inclusive das coletividades rurais e mais afastadas.

ser uma manifestação não estática, mas que possui uma tendência à manutenção da tradição, mesmo entrando em contradição com novas relações sociais.

Obviamente que em sociedades pré-capitalistas e rurais, a tradição oral é mais homogênea e conservadora, mesmo porque o ritmo das mudanças sociais nestas sociedades é muito mais lento do que na sociedade capitalista. Nesta, a tradição oral é mais heterogênea e seu conservadorismo é mitigado.

Aqui aparece a questão das razões pelas quais, na sociedade moderna, a tradição oral pode ser mais ou menos conservadora. Isto se deve às relações sociais concretas, marcadas pelos conflitos de classes. Vejamos um exemplo, fundado numa pesquisa sobre agentes de práticas de catolicismo popular numa cidade do interior de Goiás:

Em conversas com sujeitos dos grupos e práticas do catolicismo popular pude notar, nas suas falas, uma grande ênfase na ideia de que a cidade e o país “progrediram” muito. Assim sendo, vislumbrei uma suposição fundamental para esse estudo: os sujeitos dos grupos e práticas do catolicismo popular representam o “progresso” (dinamização socioeconômica) em dois tempos. Num primeiro, mítico e macro, acreditam que a sua cidade e o país melhoraram. Num segundo, específico e micro, entendem a sua situação específica como tendo piorado. Ou seja, eles acham que a cidade, a “nação”, o país, “progrediram” enquanto eles “regrediram”. A cidade e o país, como um todo, melhoraram. Hoje em dia tem bancos, asfalto, supermercado, escolas, energia elétrica, etc. Entretanto, os salários não obtiveram acréscimos. Alguns indivíduos chegam mesmo a falar que “para pobre não tem melhora”, “não tem solução” (ALVES, 2002, p. 86).

Aqui temos um exemplo de tradição oral marcada por uma determinada percepção do progresso. O progresso não é bom para a população trabalhadora. Ora, tal concepção só é possível a partir da posição de classe daqueles que a elaboram. Os trabalhadores, devido suas relações sociais, observam a existência de avanços tecnológicos, a construção de obras públicas e expansão do comércio, etc., e colocam isto como uma “melhora”, mas, ao mesmo tempo, também percebem que estas mudanças beneficiam outros e não eles mesmos. No entanto, a percepção disto é conformista (“para pobre não tem solução e nem melhora”), o que expressa o que Reich e Gramsci denominaram “consciência contraditória” (REICH, 1976; GRAMSCI, 1987; VIANA, 2008). Isto só pode ser compreendido através da análise dos agentes produtores desta percepção e sua posição social. Aqui temos o exemplo de um conservadorismo mitigado, o que é proporcionado pela heterogeneidade da memória coletiva na sociedade capitalista.

A tradição oral possui um meio de transmissão, a oralidade, e um conteúdo a ser transmitido, que é uma determinada tradição. Isto é complementado pelos agentes da

transmissão: as gerações. As gerações são um conjunto de pessoas nascidas mais ou menos na mesma época e submetidas a uma determinada uniformização. Assim, os jovens nos anos 1960 ou os adultos da comunidade rural do sertão baiano dos anos 1950 formam uma geração etária, pois nasceram em um mesmo período, e uma geração uniformizada, pois compartilharam relações sociais, experiências históricas semelhantes, incluindo a cultura de uma determinada época (VIANA, 2015a)⁴.

Isto quer dizer que não concordamos com a definição de geração de Sirinelli, segundo a qual “uma geração é uma reunião de homens marcados por um grande evento ou uma série de grandes eventos” (Apud. ROLLEMBERG, 1999, p. 2). Estas “gerações marcadas” são apenas manifestações de gerações e não elas mesmas. Também não se pode utilizar a geração como critério de periodização da história, tal como alguns propõem (SIRINELLI, 1998), pois se considerarmos as gerações como conjuntos de pessoas com idades próximas, temos uma dificuldade grave para perceber os marcos desta proximidade e, por conseguinte, é necessário reconhecer que a delimitação de uma geração é constituída socialmente em cima de uma classificação social quando não parte das relações sociais concretas. Além disso, as gerações etárias convivem lado a lado, com seus graus indefinidos de delimitação, pois na sociedade vivem pessoas de todas as idades e sem separação rígida e, mesmo para a geração uniformizada, há distinções (as distintas conformidades geracionais) e tal concepção de geração realiza um processo de cristalização do que não é tão cristalizado assim.

Dizer que a tradição oral é passada de geração para geração significa muito pouco. Na verdade, as gerações são os agentes da transmissão da tradição oral, mas é preciso ir mais longe e reconhecer que elas são constituídas socialmente e também o que elas transmitem. A compreensão das gerações requer a compreensão do desenvolvimento histórico e social. Daí a importância do alerta de Jaide: “Quando já se crê ser possível deduzir as necessidades e orientações de uma geração a partir das circunstâncias da época, não se deveriam simplificar as primeiras” (JAIDE, 1968, p. 20).

Neste sentido, assume importância fundamental a discussão sobre a formação das gerações e seu universo cultural, bem como o processo de ativação da memória via tradição oral. Em primeiro lugar, cabe recordar a distinção entre gerações nas sociedades pré-

⁴ A fonte de inspiração para essa concepção é Mannheim (1980), mas a concepção desse sociólogo carrega problemas que foram levantados e cuja crítica foi importante para elaborar uma nova concepção a respeito das gerações (VIANA, 2015a).

capitalistas e no capitalismo, bem como alertar que abordaremos apenas este último caso. Na sociedade capitalista, as gerações entram em conflito em determinados momentos históricos e não se caracterizam por ser um todo homogêneo. A juventude, uma geração, por exemplo, possui elementos comuns e divergentes (VIANA, 2014), e estas últimas são constituídas pelas relações sociais fundadas na divisão social do trabalho e no conflito de classes sociais. Assim, as gerações são divididas em distintas conformidades geracionais (VIANA, 2015a) e nesta divisão se formam diversas tradições orais distintas e algumas vezes antagônicas.

No entanto, apesar das diferenças e conflitos existe uma predominância na tradição oral, o que justamente a faz ser uma tradição, que é seu conservadorismo. Por isso, não tem muito sentido opor a tradição oral como memória coletiva não-oficial dos grupos oprimidos à historiografia, que seria a memória oficial desta sociedade. A tradição oral é geralmente conservadora, com variações de grau, e, quando os seus agentes são os membros das classes inferiores, temos uma consciência contraditória. Sendo assim, a concepção romântica da tradição oral apresentada por muitos historiadores deixa de ter sentido, mas voltaremos a isto mais adiante. Por outro lado, a historiografia também possui contradições. No fundo, essa oposição possui pouca concreticidade.

A tradição oral, como toda produção cultural, é uma forma de manifestação da memória coletiva e compartilha com esta os seus mecanismos de rememoração, tal como a seletividade (STOETZEL, 1976; HALBWACHS, 1990) e sua ligação com as coletividades e classes sociais que realizam sua produção e reprodução. O caráter seletivo é comandado pela escolha do que é significativo para a coletividade ou classe social. Cada nova geração pode reproduzir a mesma valoração da geração anterior, mas também pode elaborar nova valoração e buscar resgatar elementos marginais da memória coletiva. Coletividades e classes sociais diferentes também podem selecionar parte do universo cultural para valorar. Assim, uma determinada tradição oral é seletiva e o critério de seleção é constituído pelos grupos e classes sociais de acordo com sua posição e interesses sociais, ou seja, pelas relações sociais atuais e tudo que é derivado disso (mentalidade, personalidades, valores, interesses, etc.).

Após esta breve discussão sobre a tradição oral podemos passar para a questão de sua reprodução. Iremos distinguir dois tipos de reprodução da tradição oral: a reprodução espontânea (“natural”) e a reprodução artificial, realizada pelos cientistas sociais. A

reprodução espontânea já foi trabalhada anteriormente, pois faz parte da própria definição de tradição oral. Resta-nos agora abordar a reprodução artificial da tradição oral realizada pelos cientistas sociais.

Aqui podemos distinguir a posição do narrador e a do pesquisador, bem como seus modos de agir diferenciados. Segundo Queiroz, os relatos orais foram revalorados na historiografia contemporânea e o registro deles assumiu grande importância. A gravação passa a ser tida como um instrumento fundamental, mas sua fragilidade e custo a tornam problemática. Assim, a transcrição assumiria novamente o significado de instrumento fundamental para preservar os relatos orais. Isto está relacionado com a ilusão da necessidade de conservação da narrativa de forma mais próxima possível do que foi registrado, o que é conseguido com o mínimo de intervenção do pesquisador, que realizaria o mínimo de recortes possíveis, trazendo o relato em sua forma integral (QUEIROZ, 1988).

Tropeça-se aqui com algo que parece obstáculo intransponível: a nítida distinção entre narrador e pesquisador, que é fundamental. O pesquisador é guiado por seu próprio interesse ao procurar um narrador, pois pretende conhecer mais de perto, ou então esclarecer algo que o preocupa; o narrador, por sua vez, quer transmitir sua experiência, que considera digna de ser conservada e, ao fazê-lo, segue o pendor de sua própria valorização, independentemente de qualquer desejo de auxiliar o pesquisador. Procurará por todos os meios relatar, com detalhes e de forma que lhe parece mais satisfatória, os fatos que respondem aos seus próprios intentos, e tudo isto pode convir ou não ao pesquisador, o qual tentará então trazer o narrador ao “bom caminho”, isto é, ao assunto que estuda (QUEIROZ, 1988, p. 17-18).

Esta autora acrescenta a questão da utilização do relato:

Mais tarde, ao utilizar o relato, o pesquisador o fará de acordo com suas preocupações e não com as intenções do narrador, isto é, as intenções do narrador serão forçosamente sacrificadas. Assim, o propósito deste último fica sempre em segundo plano, desde o início da coleta de dados. Em primeiro lugar, porque não coincide nunca inteiramente com os propósitos do pesquisador; foram os desejos deste que deslançaram o relato, sendo então predominantes sobre o intento do narrador. Em segundo lugar, porque o pesquisador utilizará em seu trabalho as partes do relato que sirvam aos objetivos fixados, destacando os tópicos que considerará úteis e desprezando os demais (QUEIROZ, 1988, p. 18).

Aqui temos a ideia de que a posição do narrador da tradição oral difere da do pesquisador. O pesquisador realiza uma re-produção da tradição oral, mas a forma como faz isto não reproduz sua riqueza de significados, sua sentimentalidade e sua totalidade. A totalidade do relato oral não pode ser reproduzida pelo pesquisador e por isso ele deve selecionar. O processo de seleção, por sua vez, é feito a partir da perspectiva do pesquisador. O pesquisador, geralmente, realiza um recorte da totalidade a partir de uma

ressignificação, muitas vezes arbitrária, e uma abjuração de sentimentos que é muito mais pobre do que a tradição oral viva.

Mas de onde vem este recorte e resignificação de caráter empobrecedor? Vem, por um lado, das concepções, problemas, objetivos, “teorias” (geralmente ideologias), metodologias, utilizadas pelo pesquisador. O pesquisador pode, através de uma concepção romântica, já aludida anteriormente, querer pensar a tradição oral como uma memória não-oficial em contraposição à memória oficial. A partir deste pressuposto, ele delineará um conjunto de ações, incluindo a ideia de tentar abarcar a totalidade da tradição oral, sem se dar conta de sua impossibilidade prática e de sua incomunicabilidade através de uma pesquisa. A tradição oral será interpretada, nesta perspectiva, como uma cultura contestadora, pura, que revelaria uma versão dos “oprimidos” do processo histórico. Aqui se deixa de lado uma percepção crítica da tradição cultural, que, mesmo a produzida pelas classes sociais inferiores, não é uma consciência revolucionária, embora tenha elementos de negação da sociedade existente, mas convivendo com elementos de aceitação, o que caracteriza uma consciência contraditória. Assim, a pesquisa parte de um pressuposto falso e por conseguinte tende a apresentar resultados igualmente falsos.

Mas existem outras formas pelas quais o pesquisador pode oferecer um empobrecimento da tradição oral. Ele pode partir de “teorias” e/ou metodologias que, por estarem na moda nos meios acadêmicos e científicos, são projetadas sobre a realidade mesmo sem ter nenhum valor explicativo ou correspondência com o processo real. Determinadas ideologias (supostas “teorias”) trazem uma projeção de problemáticas que não se encontram na população produtora/reprodutora da tradição oral, e que realiza uma imposição sobre ela, fazendo todo um processo que não tem mais nada a ver com a tradição oral concreta. Aqui poderíamos recordar a “imposição de problemática” de Thiollent (1987), mas isso vai além dessa questão, pois além de impor um problema que muitas vezes é do pesquisador e não do narrador, ainda há a seleção de perguntas guiada pelas concepções do primeiro, marcados geralmente por filiação a um determinado paradigma hegemônico e ideologias correspondentes, bem como a seleção das respostas e a interpretação, também submetidas ao mesmo processo.

Neste caso temos um conflito de intencionalidades, já apontado por Queiroz (1988), entre o narrador da tradição oral e o pesquisador. Mas além disso existem outras dificuldades, tais como os valores, sentimentos e formação cultural do pesquisador que se

diferencia do pesquisado. Estas dificuldades vão gerar um conflito cultural. Estes dois tipos de conflitos entre o narrador da tradição oral e o pesquisador podem fazer parecer que a pesquisa da tradição oral é uma impossibilidade. Porém, existem formas de superação destes obstáculos.

O primeiro ponto seria não entender como natural o conflito de intencionalidades e, ao mesmo tempo, tomá-lo em consideração no processo de pesquisa, isto é, ter consciência de sua existência. Ou seja, não deve haver a naturalização do conflito entre pesquisador e narrador, pois ela é uma tendência, mas que não se manifesta em todos os casos. Isso deve ser acompanhado pela percepção de que tal conflito ocorre em muitos casos. O mesmo ocorre com a questão do conflito cultural. A necessidade de desnaturalização e percepção dos conflitos é um pressuposto que precisa ser explicado e que remete à questão do que gera tal conflito. O conflito não é algo natural e sim derivado da contradição da perspectiva do pesquisador e da do narrador e essa necessita ser explicada. A consciência desta conflitualidade é importante para a pesquisa, mas insuficiente. O conflito de intencionalidades cria obstáculos para uma compreensão real da tradição oral, mas pode ser resolvido se a intencionalidade do pesquisador não traz em si elementos (valores, preconceitos, sentimentos, etc.) que a impossibilitam e que são derivados de sua perspectiva de classe, burguesa ou burocrática. Ou seja, o conflito existe se o pesquisador expressa determinados interesses de classe, que são os da classe dominante ou suas classes auxiliares. Quando existe o conflito, neste caso, ele é insolúvel⁵. Isto vai gerar uma concepção deformadora da tradição oral através do processo de seleção e ressignificação produzido pelo pesquisador.

No caso do conflito cultural, estratégias metodológicas e o estudo das condições sociais de produção e reprodução da tradição oral podem ser suficientes para permitir uma comunicabilidade e compreensão entre o universo cultural do narrador da tradição oral e o pesquisador, mas a efetivação disto também depende da perspectiva de classe, pois o tipo de conflito cultural e a possibilidade de superá-lo estão intimamente ligados a ela.

Assim, a convergência perspectival é condição de possibilidade para que o pesquisador consiga superar as limitações criadas por este conflito. A convergência de perspectiva de classe entre o pesquisador e o narrador da tradição oral não significa, tal como na concepção romântica, que o pesquisador apenas resgatará o que já está lá e sim que

⁵ A não ser em casos raros no qual um pesquisador muda sua perspectiva de classe.

consegue ver o que está lá, mas vai além, percebendo também o seu processo social de produção e as potencialidades e tendências, o consciente e o “ainda-não-consciente”, para utilizar linguagem blochiana (BICCA, 1987). Isto quer dizer que não se trata de uma concordância cega ou elogio puro da tradição oral das classes inferiores e sim uma convergência de perspectiva de classe, o que perpassa valores, sentimentos, concepções, que são expressão dos interesses históricos destas classes, que apontam para sua libertação e abolição enquanto classe explorada/dominada ou subordinada. Por conseguinte, é bem diferente da ideia de “deixar como está”, que tem por detrás de si uma concepção nostálgica e conservadora que aponta para a intocabilidade da cultura e memórias das classes inferiores. Tendo em vista os aspectos conservadores da tradição oral das classes exploradas e sua consciência contraditória, então não basta resgatar ela em seu estado presente, mas ver suas contradições, possibilidades, potencialidades, tendências.

Portanto, é necessário romper com o que os bachelardianos chamariam de “obstáculos epistemológicos”: a concepção romântica e a concepção iluminista⁶. A concepção romântica, já abordada aqui em várias oportunidades, revela uma semelhança com o aspecto conservador da tradição oral, pois ao se apegar à memória e cultura das classes inferiores em seu estado existente, acabam lhe fazendo o elogio e perdendo a perspectiva histórica e crítica. Para alguns adeptos da concepção romântica, o que importa é apenas resgatar, com o máximo de detalhes possíveis, a tradição oral. É o velho hábito de transformar a necessidade em virtude. No entanto, temos algo mais aqui, que é um certo “culturalismo”, no qual o pesquisador quer se identificar com a cultura daqueles que ele pesquisa e só atribui importância a este aspecto. A valorização romântica é da “cultura popular”, da tradição oral, fazendo de conta que não percebe que esta “cultura” reforça o processo de exploração e dominação nas quais estes explorados estão submetidos. A reprodução da memória coletiva e das produções culturais das classes inferiores em seu estado atual apenas é a outra face de sua manutenção na condição de classe explorada, dominada, subordinada. É uma situação análoga a do antropólogo que, romanticamente, defende ardorosamente as culturas indígenas e sua conservação e abstrai o seu processo de destruição pela expansão capitalista. Esta aparente defesa do “outro” revela, na verdade, uma omissão diante de relações sociais concretas que destroem uma cultura através do apelo a

⁶ Aqui se revela uma das antinomias da episteme burguesa e que emergiram em distintos momentos históricos (cf. VIANA, 2019).

uma “identificação cultural” que mais se parece com uma preocupação de colecionador de raridades do que com um compromisso efetivo com as populações indígenas. Por conseguinte, a concepção romântica é um obstáculo à compreensão da tradição oral por não ultrapassar o existente e nem perceber o processo social que está por detrás dele.

A concepção iluminista, por sua vez, é outro obstáculo cujo ponto de partida é a ideia de que o progresso, a razão, a ciência, são os elementos fundamentais para se analisar a tradição oral. Obviamente que por detrás desta posição existe uma gama de valores conservadores, fundados numa concepção racionalista e hierárquica do saber. Assim, a “mentalidade primitiva” deve ser compreendida e para isto basta utilizar os recursos técnicos e metodológicos da pesquisa. Trata-se de outra concepção ingênua e que possui um caráter conservador muito mais nítido. Deste ponto de vista, basta estar armado com as melhores “teorias” e/ou metodologia para se ter acesso à tradição oral, mesmo que o critério para definir quais são as melhores “teorias” e metodologias seja, na maioria dos casos, o paradigma hegemônico, o consenso na esfera científica, geralmente comandado pela lógica mercantil e sem uma ligação concreta com a realidade concreta ou com alguma profundidade seja teórica ou metodológica ou ambas.

No entanto, ao lado de uma concepção mais conservadora também desfilam concepções consideradas críticas, mas que não ultrapassam o universo da concepção iluminista:

Ao situarem a memória simultaneamente como fonte de alternativas e resistências vernaculares ao poder estabelecido e como objeto de manipulação ideológica hegemônica por parte das estruturas do poder cultural e político, os historiadores fizeram muito mais do que simplesmente incorporar a memória à sua coleção de ferramentas, fontes, métodos e abordagens. A própria memória coletiva vem se convertendo cada vez mais em objeto de estudo: ela tem sido entendida, em todas as suas formas e dimensões, como uma dimensão da história com uma história própria que pode ser estudada e explorada (FRISCH, apud THOMSON; FRISCH; HAMILTON, 1998, p. 77).

Assim, a memória coletiva, a tradição oral, se torna, nesta abordagem, um “objeto de estudo”. Como tal, ela pode ser compreendida e analisada, de forma que pode ser reconstruída pelo historiador. A preocupação, aqui, derivada da perspectiva do pesquisador, é apenas a abordagem da memória coletiva e suas consequências. Temos neste caso uma concepção que não apresenta uma convergência perspectival, pois se limita a olhar a tradição oral com os olhos acadêmicos, com seus interesses próprios (BOURDIEU, 1994; VIANA, 2015b), não refletindo sobre sua condição e compromissos na sociedade contemporânea

(BOURDIEU, 1983). Isto é tão evidente que o autor, poucas linhas depois, afirma que a “história formal”, a historiografia, “vem se transformando numa dimensão cada vez mais importante de como lembramos o passado e entendemos sua relação com a vida e a cultura contemporâneas” (FRISCH, apud THOMSON, FRISCH E HAMILTON, 1998, p. 79). Isto expressa uma valoração da historiografia, que é um processo comum nas esferas e subesferas sociais. O problema reside no fato dos interesses e valores das esferas e subesferas sociais dos cientistas sociais sobrepujar interesses e valores mais amplos, além de serem, por isso mesmo, um obstáculo ao desenvolvimento de uma teoria da tradição oral, no caso específico abordado.

A partir destas reflexões fica evidente a necessidade de preceder a análise da tradição oral por uma análise das suas condições de reprodução na própria análise científica. Também fica evidente que, partindo da posição positivista da neutralidade de valores, torna-se impossível superar os obstáculos para uma análise da tradição, já que a convergência perspectival se torna necessária no caso dos estudos sobre as classes inferiores. Isto aponta para o fato de que a reprodução da tradição oral pela pesquisa científica é problemática e possui múltiplos obstáculos. Abordamos as dificuldades neste processo e isto revela que o maior problema para o acesso à tradição oral não está nela mesma e sim naqueles que tentam acessá-la.

Desta forma, chegamos à conclusão da necessidade, para superar os obstáculos para a acessibilidade à tradição oral, de uma análise de suas condições de reprodução no discurso científico. Juntamente com isto, observamos que é preciso também compreender os obstáculos apresentados pela concepção romântica e iluminista, o que já remete às concepções elaboradas sobre a tradição oral e que as suas condições de reprodução já se iniciam na própria definição e concepção ao seu respeito, oriundas de determinadas “teorias” e concepções. Assim, a partir de determinada concepção de tradição oral observamos que algumas análises dela não correspondem ao que ela realmente é e que por isso seria necessário compreender tais análises, que realizam a sua reprodução e daí identificamos que as condições de reprodução desta tradição são marcadas pela perspectiva do pesquisador que, dependendo de qual é ela, pode se tornar um obstáculo.

Uma análise da tradição oral que supere esses obstáculos pressupõe uma perspectiva de classe, a do proletariado. Isso permite a convergência perspectival que é necessária para a reconstituição fidedigna da tradição oral. A convergência perspectival, no

entanto, não significa concordância com os narradores da tradição oral ou com ela mesma e sim com valores, sentimentos e concepções que apontam para a libertação humana, o que lhe permite a crítica de tal tradição, além do seu simples resgate. Entre estes valores, sentimentos e concepções está o compromisso com a verdade (um valor e um objetivo), com a transformação radical e total das relações sociais (o que se opõe tanto ao iluminismo quanto ao romantismo e expressa os interesses, mesmo não-conscientes, da população que gera determinada tradição oral). Assim, com a convergência perspectiva se torna possível não apenas resgatar a memória coletiva via tradição oral como também analisá-la e, se necessário, criticá-la. Esta é a forma de abordar a tradição oral e superar os limites existentes para o resgate da memória coletiva e contribuir, efetivamente, para que as classes inferiores criem melhores condições de luta para sua autolibertação.

Referências

- ALVES, Jean Paraízo. *Religiosidade e Lógica Popular*. In: VIEIRA, Renato; VIANA, Nildo (orgs.). *Educação, Cultura e Sociedade. Abordagens Críticas da Escola*. Goiânia: Edições Germinal, 2002.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 5ª edição, São Paulo: Hucitec, 1990.
- BICCA, Luiz. *Marxismo e Liberdade*. São Paulo: Edições Loyola, 1987.
- BOURDIEU, Pierre. *O Campo Científico*. In: ORTIZ, Renato (org.). *Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- GINSBERG, Morris. *Psicologia da Sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.
- GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da História*. 7ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.
- GUIRAUD, Pierre. *A Semântica*. São Paulo: Difel, 1976.
- GURVITCH, Georges. *Os Quadros Sociais do Conhecimento*. Lisboa: Moraes, 1969.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- JAIDE, Walter. *As Ambigüidades do Conceito de "Geração"*. In: BRITTO, Sulamita. *Sociologia da Juventude II, Para Uma Sociologia Diferencial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MANNHEIM, Karl. *O Pensamento Conservador*. In: MARTINS, José de Sousa (org.). *Introdução Crítica à Sociologia Rural*. São Paulo: Hucitec, 1986.

MANNHEIM, Karl. *Sociologia do Conhecimento*. Vol. 2. Lisboa: Rés, 1980.

PERCHERON, Jean-Luc. *Filosofia e Autogestão*. Revista Cultura & Liberdade. Ano 2, nº 02, 2002.

QUEIROZ, Maria Isaura. *Relatos Oraís: Do Indizível ao Dizível*. In: SIMSON, Olga M. V. *Experimentos com Histórias de Vida*. São Paulo: Vértice, 1988.

REICH, Wilhelm. *O Que é Consciência de Classe*. Lisboa: Textos Exemplares, 1976.

ROLLEMBERG, Denise. *Exílio. Refazendo Identidades*. Revista da Associação Brasileira de História Oral. Rio de Janeiro, nº 02, junho de 1999.

SIRINELLI, J. *A Geração*. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. 2ª edição, São Paulo: FGV, 1998.

STOETZEL, Jean. *Psicologia Social*. São Paulo: Nacional, 1976.

THIOLLENT, Michel. *Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária*. 5ª edição, São Paulo: Polis, 1987.

THOMSON, Alistair; FRISCH, Michael; HAMILTON, Paula. *Os Debates Sobre Memória e História: Alguns Aspectos Internacionais*. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. 2ª edição, São Paulo: FGV, 1998.

VIANA, Nildo. *A Dinâmica da Violência Juvenil*. 2ª edição, São Paulo: Ar editora, 2014.

VIANA, Nildo. *As Esferas Sociais. A Constituição Capitalista da Divisão do Trabalho Intelectual*. Rio de Janeiro: Rizoma, 2015.

VIANA, Nildo. *Hegemonia Burguesa e Renovações Hegemônicas*. Curitiba: CRV, 2019.

VIANA, Nildo. *Juventude e Sociedade*. Ensaio sobre a Condição Juvenil. São Paulo: Giostri, 2015.

VIANA, Nildo. *Memória e Sociedade*. A Luta em Torno da Rememoração. Goiânia: Edições Redelp, 2020.

VIANA, Nildo. *O Modo de Pensar Burguês*. Episteme Burguesa e Episteme Marxista. Curitiba: CRV, 2018.

VIANA, Nildo. *Senso Comum, Representações Sociais e Representações Cotidianas*. Bauru: Edusc, 2008.

Catolicismo Popular: Uma Herança Múltipla¹

Edmilson Borges Silva*

Introdução

Em um país construído pela expropriação dos povos autóctones, não sem sua resistência, pela imposição do colonizador externo com sua fé, modo administrativo e pela humilhação do negro no trabalho escravo, desterritorializado, forçado, do chicote às tentativas de impor o esquecimento de suas tradições e religiosidade é que uma forma *sui generis* de expressão da fé irá surgir, o catolicismo popular.

Em suas distintas solidões, nos mistérios da relação com a natureza, no sofrimento e no assombro praticado pelos “monstros” semelhantes, o ser humano sempre esteve em busca de respostas para a vida. Na observação do tempo e do espaço, no ciclo vital que se repete, a sensação de que é criatura, parece acompanhar o desejo de eternidade dos seres humanos.

Em diversos cantos geográficos, essa busca foi construída de forma diferente, ao longo da história a magia foi lapidada, ordenada, enfim, institucionalizada. Na divisão social da vida humana os semelhantes se dividiram em classes, cor, raça, sexo, idade e tipos de magia.

Então, no templo dos Deuses, existe a fé, a igreja dos pobres e pretos e, esta é, quase sempre, para os que se julgam sacerdotes escolhidos do senhor, expressão da magia, isto é, credices, manifestação bruta da irracionalidade e da vida simplória daqueles que o labor é rotina de vida. Noutra ponta existe a fé e a igreja dos que racionalizaram, ritualizaram de forma litúrgica sua manifestação – adestraram a magia. Com esta fé e igreja, estão aqueles que vivem a dominar o mundo, em navios estão em camarotes separados da ralé, sendo o fim, as armas e o livro do rito liturgicamente ordenado para submeter os gentios, os pagãos e todos que assombram os “nobres” civilizados.

Dito isto, faz-se necessário, retornar ao tema em questão – o catolicismo popular – uma espécie de subproduto da fé beligerante que é necessário ser domado, normatizado, educado para ser possível uma convivência “civilizada” no templo de Deus em que os seus

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. E-mail: edborgesdasilva@gmail.com

* Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais. Mestre e doutorando no Programa de sociologia da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás.

anfitriões – o grupo de sacerdotes – devidamente paramentado, está apto a dizer o certo para que se possa “brincar nos campos do senhor”.

O catolicismo popular do presente é em parte, produto do que no passado sua face oficial, tradicional, formal, institucionalmente disseminou e em parte o que este oficial conseguiu tolerar da assimilação com outras matrizes religiosas. Hoje, marginalizado pela transformação de sua matriz religiosa que se apurou com o desenvolvimento e as lutas sociais e religiosas, ao se reinventar, sem mudar na essência, precisa controlar a fé popular para que esta não fuja ao seu controle e lhe crie constrangimentos sérios por demais.

No entanto, do oficial flui o oficioso – o que no silêncio se desenvolve. A fé institucional, desde sua gênese do que é o Brasil, sempre foi acompanhada de uma sombra afetada por ventos do atlântico e do pacífico e dos sussurros uivantes das florestas dos alegres trópicos, produziu-se na lavra os louvores²destoantes que precisou ser batizado e se chamou, catolicismo popular.

No tempo e no espaço se fazem as relações sociais

O autor Narber (2003) recorrendo a uma série de pares que estudou os movimentos messiânicos no Brasil e o cangaço na região nordeste, enumera como características do catolicismo popular brasileiro, mas, embora esteja presente em todo território nacional, alerta ele, que a presença é maior no Brasil rural, são as seguintes crenças que caracterizam essa expressão religiosa: a punição divina, o conformismo com o sofrimento, o infortúnio por não atender as obrigações com os santos depois de uma promessa atendida, aproximar de Deus por meio da promessa e obrigações, do tipo na relação patrão/empregado e uma visão milenar da história, Narber conclui citando Patrícia Pessar (1981) “a manipulação de problemas históricos e seculares mediante meios sobrenaturais” (Apud NARBER, 2003, p. 26).

Em um país inventado na invasão e ocupação colonial, com desterro do nativo, introdução da mão-de-obra escrava vinda de outro continente, diante da “incivilidade” do nativo, lugar de profunda extração de todas as riquezas materiais, por meio da máxima exploração humana, a ser enviada à metrópole. Neste sentido, a colônia não assumia responsabilidades, era lugar de profundo descuido, não necessitava criar uma infraestrutura

² Nome de uma exposição permanente sobre tradições populares no Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás.

para atender a gente que aqui habitava. Gente com necessidades materiais, mas, também, culturais e neste caso, profundas necessidades espirituais dada à mentalidade operativa da época.

Essa gente maltratada em sua dignidade e sob constante ameaça à sua existência, submetida à exploração e opressão, iria, com certeza, criar caminhos, formas de dar algum sentido à vida e criar condições de continuar sobrevivendo, já que o sagrado é um item permanente na lista de aquisições dos bípedes, mamíferos espalhados no mundo,

Fala-se até em “volta do sagrado” e do misticismo, caracterizados neste momento histórico pela abundância e pela variedade dos movimentos de “reavivamento religioso” dentro e fora do cristianismo. Sem negar a vitalidade dos movimentos recentes, é preciso reconhecer que o Sagrado nunca desapareceu de nosso mundo (HIGUET 1984, p. 23).

É deste desamparo que se busca o amparo, o colo necessário para alimentar alguma esperança nessa vida Severina³. O Estado concentra a renda nacional e tem na Igreja, enquanto instituição, com seu quadro de autoridades hierarquizadas, uma aliada incondicional, com isso, o rebanho alçado às incertezas da vida e tendo o céu como teto a ele recorre, filiando-se nesta Igreja que colabora na sua punição.

Esta Igreja, pequena, na vastidão de terras do “país continental”, não seria capaz de acompanhar e controlar toda essa gente “Maria Isaura Pereira de Queiroz mostra que as crenças e os padrões aqui descritos, encabeçados pelo catolicismo cultural rural, eram adaptações dessas fraquezas” (NARBER, 2003, p. 177):

Do ponto de vista religioso, o povo brasileiro foi obrigado a se adaptar a duas condições fundamentais, desde os primeiros tempos da colonização: quantidade mínima de sacerdotes e falta de conhecimentos religiosos. [...] Apesar das diferenças entre o culto oficial e o culto popular, a grande maioria dos brasileiros se considera muito bons católicos, a tradição lhes ditando o apego a esta forma religiosa” (QUEIROZ, 1973 apud NARBER, 2003, p. 177).

Essa religiosidade de características, aparentemente apenas conservadora, veio sendo forjada ao longo dos séculos, numa colônia que nasce Católica, não se escolhe a religião, nela se nasce e é introduzido pela família, “Em 1950, antes do declínio mundial sacerdotal dos últimos cinquenta anos, Emanuel de Kadt indicou que ainda existia um grave

³ E não há melhor resposta que o espetáculo da vida: vê-la desfiar seu fio, que também se chama vida, ver a fábrica que ela mesma, teimosamente, se fabrica, vê-la brotar como há pouco em nova vida explodida; mesmo quando é assim pequena a explosão, como a ocorrida; mesmo quando é uma explosão como a de há pouco, franzina; mesmo quando é a explosão de uma vida severina (NETO, 1989, p. 122).

problema” (NARBER, 2003, p. 177), embora “No Brasil, o censo de 1950 mostrou que mais de 93% da população se declarava católica” (KADT, 1970 apud. NARBER 2003, p. 177) isso não configurava poder proporcional da igreja.

Essa hegemonia Católica não se traduzia em um domínio decisivo das hierarquias religiosas, mas se produziu relações em que o vínculo umbilical nunca foi rompido em sua totalidade. No entanto, a carência efetiva dessa relação, as condições sociais de extrema miséria, associadas a uma tradição religiosa múltipla, na relação direta dos povos indígenas com a natureza, dos negros com suas variantes religiosas e o catolicismo Ibérico, toda essa variação de matrizes religiosas reforçou no povo sua necessidade de estabelecer profundas relações com o sagrado. Então, o que explica essa necessidade religiosa e o não controle determinante da igreja sobre essa fé? O autor supracitado responde assim essa questão:

À primeira vista, portanto, o Brasil parece ser um país em que ‘a Igreja’ deveria ter influência substancial sobre o povo. A análise [...] Mostrará que essa opinião é errônea. Há muitas razões complexas para tal situação, mas uma razão muito simples e importante é a vastidão do território e o baixo número de padres por habitante. Se não tomarmos em consideração as vastas, porém despovoadas, regiões do Norte e do Centro-Oeste (as quais falseiam grandemente as médias), o tamanho médio das paróquias para o restante do Brasil é de mais ou menos 480 quilômetros quadrados. No Nordeste é quase o dobro. O número médio de habitantes por padre é 16.600 (KADT, 1970 apud. NARBER, 2003, p. 177).

Em outra frente de análise, mas tendo os pobres do território nacional como foco, Antônio Candido analisa a interiorização do país, as fugas em função da intensa exploração e como vai se dando a formação cultural destes desvelados à procura da luz, que corroboram para os argumentos acima,

A expansão geográfica dos paulistas, nos séculos XVI, XVII e XVIII, resultou não apenas incorporação de território às terras da Coroa portuguesa na América, mas a definição de certos tipos de cultura e vida social, condicionados em grande parte por aquele grande fenômeno de mobilidade. Não cabe analisar aqui o seu sentido histórico, nem traçar o seu panorama geral. Basta assinalar que em certas porções do grande território devassado pelas bandeiras e entradas – já denominado significativamente Paulistânia – as características iniciais do vicentino se desdobram numa variedade subcultural do tronco português, que se pode chamar de “cultura caipira” (CANDIDO, 1975, p. 35).

Em momento anterior, falou-se de características do catolicismo popular, influenciado pelo milenarismo, a tradição messiânica. São inúmeros os movimentos com esse foco religioso que travaram lutas homéricas com o frágil Estado nacional. Esse Estado, desde sua mais tenra infância, beligerante diante de qualquer ameaça real, na maioria das vezes, uma ficção criada para desviar ou afetar outras demandas regionais e envolver a

autoridade central, sempre afeita a essas pelegas localizadas em quase toda a cercania do território nacional.

Canudos, um dos mais famosos movimentos messiânicos, foi arrasado fisicamente e moralmente. Os “lunáticos” de canudos foram atacados pelos vociferantes desqualificados soldados de um exército despreparado que, nos termos de hoje, seriam criminosos de guerra.

Mas, o que de tão perigoso traziam esses movimentos que ajudaram a compor a experiência da fé não oficial do povo, vivendo no imenso território rural do Brasil? Uma definição do que é messiânico pode ajudar enxergar o perigo latente dessa fé “revolucionária” para o Estado brasileiro da época,

Essas doutrinas religiosas que [...] prediziam o nascimento na terra de uma era de felicidade perfeita são chamadas de “milenares”, elas se opõem à sociedade existente, que é considerada injusta quanto opressora, e proclamam sua queda iminente. Essas doutrinas são chamadas de “messiânicas” sempre que o início desse mundo perfeito depender da chegada de um “filho de Deus”. [...] os movimentos milenares podem ser dirigidos por um grupo de idosos ou por líderes eleitos entre os fiéis, e então não são considerados messiânicos; um movimento só é messiânico se for dirigido por um líder sagrado, um mensageiro do além (QUEIROZ, 1975 apud. NARBER, 2003, p. 19).

A fé, motivações civis, políticas e a terra para realizar as partilhas foram as razões de Canudos, fincado no sertão baiano; a fé, a fome e a capacidade de produzir e distribuir entre os pares eram as razões de Caldeirão no Ceará. Pobres maltrapilhos, renegados pelo Estado, pelos poderosos das cercanias e pela Igreja que teimava em não reconhecer a fé dessa gente e colaboravam com o Estado beligerante. Esses movimentos, tem suas manifestações demarcadas desde o século XVIII, mas são no século XIX, os exemplos mais pulsantes da história do Brasil, no entanto, a notória lentidão da Igreja para reconhecer erros, só no século XX, publica uma nota para América Latina, reconhecendo a fé e a colaboração com a igreja dessa gente que entoa o *kyrie eleison* até os dias atuais.

Em 1979, em Puebla, no México, uma conferência de bispos latino-americanos emitiu um documento oficial reconhecendo nas manifestações de religião popular, como peregrinações e expressões não oficiais de fé, um meio pelo qual o povo “se evangeliza” para a Igreja, o que é uma afirmação positiva feita pela igreja, se não exatamente um claro endosso (NARBER, 2003, p. 187).

De uma fé proibida – para os negros – a uma fé reinventada, incorporavam os santos da tradição, para não esquecer sua origem e sua relação com o sagrado; de uma fé da solidão marcada pelo abandono da santa madre igreja, de uma fé experimentada nos “campos do senhor” onde o “soli” ardia a pele, o bem e o mal, eram faces do mesmo rosto, onde se

aprendia amar e matar como rotinas da vida sujeitada ao sofrer, assim, fala um viajante, “[...] [têm] o depravado Costume de matarem por qualquer Couza muitas vezes Sem Se Saber a Cauza, e o motivo; outras Sem Sepoder averiguar o agressor por terem Sido as antesedencias frívolas, etc⁴.” (*sic*) (CANDIDO, 1975, p. 41).

O conteúdo dessa esperança

Dessa fé, desconfiada da dura vida proporcionada pelas instituições, tinha que nascer uma esperança de algum reino salvador e redentor de tanto sofrimento, ainda que aceito o sofrimento como obra desse criador o qual exige uma paga em troca da redenção.

Se o tempo dos que sofrem é um tempo longo e sempre “avexado” na reprodução da vida, o tempo em solo de colônia é estranho e para as gerações seguintes marcados pela angústia e a dor no estômago:

De certa velha, ouvi há muitos anos que o seu maior desejo seria comer e fazer comer aos seus filhos e netos de tal maneira que se esquecessem do que era fome. No limiar da morte, o seu papel de mãe lhe parecia falhado na medida em que dera à luz tanta gente que não podia comer à vontade (CANDIDO, 1975, p. 30).

Viver é sempre uma premente necessidade humana, quando não possível, sobreviver. Então, o espaço e o tempo precisam possuir sentido, significado, precisam-se vincularem ao futuro, mas, o passado é uma energia alimentadora até do que não é, e, do que não foi, “A verdadeira imagem do passado perpassa, veloz. O passado só se deixa fixar, como imagem que relampeja irreversivelmente, no momento em que é reconhecido” (BENJAMIM, 1994, p. 224).

Em muitas situações, o passado contém o espólio dos vencidos, por deveras é a insistência de quem não desiste, a inspiração da poesia necessária que alimenta uma alma dilatada na fornalha, vigiada pelo espírito do irmão de açoite que serve ao opressor, por isso, uma possibilidade para “Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo” (BENJAMIM, 1994, p. 224).

Na contemplação de hoje, o grito silenciado do passado, nos lugares de memória de hoje, o sussurrar do lamento é audível aos ouvidos dos que ainda pelejam na transformação do mundo. As correntes trinam no momento em que os vencedores firmam o açoite dos

⁴ Carta existente no arquivo público do Estado, cit. por Américo de Moura, “Governo do Morgado de Mateus”, RAM, vol. LII, p. 137 (CANDIDO, 1975, p. 41).

“desbravadores”, nas narrativas das riquezas que dividem países e povos, o canto rouco é destoante do coro afinado, convidado ao banquete dos vencedores, daí a música de lamentos, resignação e reação não ser bem vinda, pois,

Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. Considera sua tarefa escovar a história a contrapelo (BENJAMIM, 1994, p. 225).

“Escovar a história a contrapelo” tarefa que os do “banzo” se entregaram a exaustão, seus herdeiros criaram a alegria do terreiro, ébrios foram à lapinha renovar a história que o messias nasceu e está vindo ao seu encontro. “A paixão do povo emudecido tornada comunicável, a história narrada da sua paixão se torna memória subversiva, e como tal simplesmente teologia crítica da sociedade” (SUESS 1979, p. 23).

A história dos vencidos não está sistematizada, mas o que Benjamim (1994) ajuda a compreender, é que no delineamento do narrador de quem tripudiou, no duro e necessário exercício de se colocar na perspectiva dos derrotados, é possível encontrar nos “entulhos” dessa narrativa, o testemunho, os sinais de sofrimento, os sinais de resistência de quem sofreu as agruras da luta. Na síntese vitoriosa, esconde as desgraças de quem resistiu a expropriação. Por isso, num trabalho, quase arqueológico, com a devida sensibilidade de quem se coloca nas trilhas múltiplas que esconde os derrotados e exalta os vitoriosos, é possível encontrar os do “banzo” que resistiram, lutaram e sofreram e sofrem a negação histórica. Por isso, “escovar a história a contrapelo”, inverter a lógica, olhar pelas fendas do murundu, se descobre o grito silenciado, a história não escrita mas contada, os gemidos e a poesia de quem foi vítima lutando, dos narradores dos monumentos que procuram ocultar a barbárie.

Dessa fé forjada nas paredes entremeadas com barro, no leito em forma de jirau, a prece noturna divide a vida com o prenúncio de seu fim – ataque do barbeiro e o espaçar do coração –; da fé avivada nas fogueiras do rito ao santo onde o tubérculo assa, o compadrio na fé e na vida se formava; na vida escudo de canhões e na vida escondida com o medo do aço explosivo a fé se afirmava. Do veneno peçonhento, a fé curava; da doença desconhecida a benção, ato de fé sarava; a fé reunia e reunidos desconfiavam e malhavam a vida alheia, pela fé se fazia longos caminhos em busca ou em agradecimento à benção recebida pelo santo protetor.

Na fé regada com o licor da vida, disputada com os que dispunham sobre o direito de viver ou morrer, nasce mais uma tentativa de na Igreja forjar a validade do martírio do Cristo. No entanto, para que uns não percam o banquete, outros não podem sair da lavra, para tanto, um discurso precisa ser elaborado para que essa fé destoante seja enquadrada, civilizada e ritualizada no rito da submissão dos que elaboram teologia em parceria com os poderes opressores do Estado, portanto, mover o tempo de forma que o sentido seja recuperado e reelaborado deve ser algo perigoso, com isso:

Alguns autores brasileiros se referem à natureza Romântica da “Igreja dos Pobres” e à sua utopia comunitária como evidência de sua natureza retrógrada. No entanto, existe também um Romantismo revolucionário e/ou utópico, cujo objetivo não é uma volta ao passado, uma impossível restauração de comunidades pré-modernas, e sim um desvio que, saindo do passado, vai direto ao futuro, a projeção de valores passados em uma nova utopia. A essa tradição, que funde nostalgias góticas (ou pré-históricas) com o Iluminismo, que se estende de Rousseau a William Morris e de Ernst Bloch a José Carlos Mariátegui, também pertence a teologia da libertação (LÖWY, 2000, p. 111).

O catolicismo popular não é uma genuína criação do povo, é a manifestação daquilo que não abriu mão, a fé. Mesmo tendo ao longo da história sua principal representante, a Igreja, aliada ao Estado e descuidada desse rebanho errante sem lugar de pouso. Portanto, o catolicismo popular é a criação de inúmeras comunidades que assimilou, modificou e associou o pouco que viu, ouviu e criou numa síntese onde está garantida a religação com o infinito. Sua ingenuidade geral é sinal de encanto direto, seu conformismo é produto da vinculação com a Igreja, seu acréscimo é multivetorial e sua novidade é a afirmação da vida onde o sagrado se profanou e o inverso é verdadeiro porque a vida é total, nas subdivisões que precisam ser vividas.

Aforismas com seus resumos morais que colaboram para ofuscar a luta de classe e culpabilizar as vítimas, são escapes que viram mantras no cotidiano, vejam exemplos: “os pobres são pobres porque são pobres”, “a riqueza é uma construção dos que ela possui”, “o hálito cultural refinado é uma exigência do saber que só poucos possuem”. Poderíamos enumerar tantas afirmações como essas, salutar a um espírito desconfiado de que nada é para sempre e que o mundo não é assim porque Deus quis. Os pobres são pobres porque a riqueza produzida numa sociedade é apropriada por uns que arrotam prosa hermética, em que o disfarce é o céu como redenção ou o trabalho como prosperidade.

Sim, numa sociedade que trabalha para conservar o *status quo*, sua fonte de inspiração é conservadora e afeta os seus explorados que podem reproduzir esses valores,

mas daí, ser irracionais em seus louvores, saudosistas em sua memória e semelhantes dos que ascenderam economicamente, mas não se curaram de sua pobreza cultural, pode ser uma verdade relativa, uma consciência contraditória que garante a conservação e relâmpagos de tencionamento com a exploração e opressão. A imagem que o texto a seguir apresenta é prenehe de verdades:

Muitas coisas que hoje se atribui à cultura popular e também ao catolicismo popular, antigamente eram bens de cultura oficial. Muitos cantos, danças costumes e dialetos que hoje são tidos por folclore são “bens de cultura que desceu”. Em muitíssimas áreas, o catolicismo popular serve como invólucro de crisálida conservador de um catolicismo outrora oficial. Exerce esta função em camadas sociais “estacionárias” que na América Latina formam o povo. Em muitos louvores irracionais do catolicismo popular, encontramos ainda a memória de uma cultura perdida: algo entre saudade e saudosismo do passado perdido. Quanto ao chamado “promovido social” que se tornou “rico”, “poderoso” e “culto”, encontra-se muitas vezes – com respeito ao status social – de práticas sincretistas. Devido ao “retardamento” cultural, a sua imagem do mundo pode ser completamente inadequada, popular-católica (SUESS 1979, p. 36).

Quando delegamos nossa autonomia ou quando por ela não forjamos a luta em sinal de uma submissão à autoridade, seja religiosa ou civil, da terra ou do céu, isto será algo sempre a desconfiar. Daí, entender que o passado das promessas, tensões e privações, herdado na consciência do presente – presente esse que não é realização da promessa de emancipação humana e sim continuidade da miséria – pode ser a energia necessária para fazer o exercício de imaginar e lutar pelo futuro, não voltado ao passado de privações, mas indo ao futuro que a força utópica é capaz de suscitar.

A miséria, é uma bomba de efeitos larguíssimos: faz perder a consciência de sua dignidade humana, degrada a nobreza interior, amedronta e acovarda, transforma em marginais, multiplica a prostituição, ocasiona a resposta assistencialista nos ricos de bom coração, é pasto para a demagogia política e para a agitação ideológica (MARCUSE 1973, apud SUESS 1979, p. 36).

Está certo Suess na ancoragem que faz em Marcuse, no entanto, a pobreza material de uns é o espelho da pobreza espiritual de outros, numa lógica onde a exploração é a condição da ordem, o algoz não dorme tranquilo, tem sempre a possibilidade de a presa bater à porta em busca de dobrar a sua razão diária. O catolicismo popular, combatido em todas as frentes, militarmente na história, secularmente pela Igreja e em tempos recentes na disputa inflacionária de Igrejas, vai se encurtando, diminuído seu alcance, recuando nos campos que já não são mais do senhor, pode preservar uma pulsação de terreiro, um canto de lavadeira, um gingado de raça, uma aliança com os espíritos do mato, a luz do candeeiro de quem trilha

as cordas da viola e assim, entre a latência e os processos de acionamento de sua dormência ressurgir na cruz de aroeira e ainda ser capaz de florir,

De fato no Brasil, o problema do sincretismo está presente de modo especial, porque a formação que hoje designamos brevemente como catolicismo brasileiro se alimenta de fontes muito diversas que subterraneamente conservaram o seu próprio leito. A colonização portuguesa aparece com finalidades econômicas, políticas e religiosas. Com este “sincretismo” dos interesses se associa o encontro da cultura e religião indígena, africana e branca. O encontro se dá sob o signo da conquista e sujeição. Cada nova cultura surge sobre as ruínas da sua predecessora (SUESS 1973, p, 40).

O que foi ou é problema, também pode ser raiz de sua força. São as comunidades que efetivamente beberam nessas fontes que são portadoras do que se pode chamar catolicismo popular, e não amplas áreas submetidas ao medo de Deus e seus representantes terrenos de farda, batina ou terno. Esse medo de Deus e da farda, que campeava o sertão, também foi fonte de uma síntese de uma vida sertaneja que tinha por base o trabalho e a fé.

Os processos de resistência, manifestação da diferença no leito da “normalidade”, e ainda, “escovar a história a contrapelo” são sempre caminhos de manifesto desgaste e exposição, quando neste leito procura-se as nascentes seguindo contra a corrente, para ser igreja sendo algo bem diferente de sua teologia e liturgia normativa. Não são poucos os eventos que denotam, emergindo de sua teologia, os relampejos que inspiram sínteses de expressão de fé, os quais se confundem com a vida cotidianamente vivida.

Conclusão

O novo, – em suas raras e insistentes aparições – e os ensaios de solidariedade de grupo, indicativo de futuro, se manifestam em um contexto que a norma é, salve a si mesmo, preservando as instituições que, ideologicamente, portanto, apenas na representação formal, estão a serviço de todos. Neste lugar, onde o falso se torna regular, que o contrário surge e, a contragosto, se expressa. Sendo assim, não há pureza em sua manifestação, existe proficuidade em um rebento cheio de promessas prontas para vir a ser, vai depender do colo que nina e das condições de erigir como força exigente.

As comunidades eclesiais de base são um rebento datado em um contexto favorável ao seu surgimento e o seu conteúdo “[...] é resultado de uma combinação ou convergência de mudanças internas e externas à Igreja que ocorreram na década de 50, e que ele se desenvolveu a partir da periferia e na direção do centro da instituição” (LÖWY, 2000, p. 69).

Não é desprezível que o conteúdo dessas comunidades, guardado em tuias do sertão ao longo dos séculos, “esperando a chuva cair” para germinar em solo que seu combatente já está de tocaia há muito tempo, assim, as buscas por viver dignamente é um ciclo de calma e erupções na busca de acertar o rumo e constituir outras regularidades que adentrem os que vivem no beiral da fartura:

No entanto, o que aos olhos do padre, do pastor ou do médium de gravata constitui a falha das religiões populares é o que as constitui de fato, ou seja, é o que as faz serem formas populares de produzir e viver a religião. Assim como a dúvida é o que faz a fé do crente e, depois, uma razão contra a própria dúvida, os desvios e as diferenças que, aos olhos dos sacerdotes letrados, separam os dois domínios são o que faz a religião popular ser, a seu modo, um modo de religião (BRANDÃO 2007, p. 254).

É assim, na norma cabem todos os submissos, na história cabem os que decidem viver e rompem-na sofrendo as consequências – que podem ser impiedosas. Oprimidos podem guardar afinidades com o opressor, todavia, guardam silenciosa negação de seu semelhante opressor, com isso, na fundição, a matéria bruta e o vil metal ganham formas alegres, coloridas, dançantes, sensuais e até de oração. Na trajetória dos insistentes, estes não abrem mão de ser cúmplices e criador na invenção do mundo e de si mesmo.

Referências

BENJAMIM, Walter. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. Brasiliense: São Paulo, 1994.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Os Deuses do povo um estudo sobre a religião popular*. Edufu: Uberlândia, 2007.

CANDIDO, Antônio. *Os parceiros do rio bonito*. Livraria duas cidades: São Paulo, 1975.

HIGUET, Etienne. *O misticismo na experiência católica*. In. Ciências da religião, ano II, nº 2, junho de 1984. Paulinas: São Paulo, 1984.

LÖWY, Michael. *A guerra dos deuses*. Vozes: Petrópolis, 2000.

NARBER, Gregg. *Entre a cruz e a espada: violência e misticismo no Brasil rural*. Terceiro nome: São Paulo, 2003.

NETO, João Cabral de Melo. *Os melhores poemas*. Global editora: São Paulo, 1989.

SUESS, Paulo Gunter. *O catolicismo popular no Brasil: tipologia de uma religiosidade vivida*. São Paulo: Loyola, 1979.

Monteiro Lobato, Racismo e Literatura: narrativas de um eugenista

Neilson Silva Mendes*
Fernanda Nunes Maia**

Introdução

Neste artigo analisamos as expressões racistas presentes na literatura de Monteiro Lobato com o objetivo de traçar um paralelo entre o autor e sua obra. Isto porque, o nome desse autor esteve envolto em um debate a respeito do caráter racista, conforme a interpretação de muitos educadores, dentre eles o Regina Dalcastagné e Antônio Gomes da Costa Neto¹, dentre outros, os quais consideram a narrativa de Lobato influencia negativamente a formação da identidade negra, de outro lado, há um grupo de professores, tais como Marisa Lajolo e João Luís Ceccantine de diversas áreas negando o caráter racial na obra de Monteiro Lobato. O embate a respeito da narrativa de Lobato chegou até o Supremo Tribunal Federal².

Para o primeiro grupo o autor revela um engajamento político cujo intento era reproduzir as ideias raciais do século XIX, ou seja, as expressões racistas na boca das personagens não são neutras. Elas expressam as expectativas do autor. A partir disso, considerar a literatura de Lobato um produto de sua consciência sobre a realidade, uma expressão da sociedade que ele desejava? Isto é, ele reproduzia o seu ideal, sobretudo, quanto ao lugar do negro e seu futuro no Brasil.

A nossa hipótese parte de um princípio elementar, a obra literária não é neutra, de alguma forma ela expressa a subjetividade de seu autor. Além disso, no caso em tela a biografia do autor nos permite um paralelo entre sua prática, seus discursos políticos e as agressões raciais reproduzidas na sua narrativa literária.

Para tanto, lançamos mão de refletir as seguintes obras: “Caçadas de Pedrinho”, “Histórias de Tia Anastácia” e o romance “O Presidente Negro”. E a análise qualitativa através da comparação entre a obra ficcional e o discurso político do autor presente,

* Mestre e Ciências Sociais e Humanidades (P.P TECCER - UEG), Esp. em História e Cultura Africana e Afro-Americana (UEG), graduado em História (UNIMEP), Professor de História na Universidade Estadual de Goiás - UEG.

** Graduada em História pela Universidade Estadual de Goiás.

¹ Ela professora de Literatura da UNB e Antônio Neto Mestrando da UNB, ambos consideram a obra prejudicial a formação da criança por seu caráter racista. A Lista dos opositores é grande, porém o espaço nos faz restringir a lista.

² O Conselho Nacional de Educação recomendou que o livro “Caçadas de Pedrinho”, não fosse mais distribuído em escolas públicas, ao voltar atrás na decisão provocou o Instituto de Advocacia Racial e Ambiental (Iara) a reivindicar a proibição da circulação do livro.

sobretudo no livro que reúne as cartas de Lobato trocadas com diversos eugenistas³ no Brasil. Com isso, conseguimos comparar se a obra e seu autor expressam o mesmo pensamento.

Assim, nossa contribuição com o debate envolvendo o autor procurou responder se estamos diante de um autor racista, de um sujeito convicto de que a sociedade deveria se organizar tendo como premissa a divisão da humanidade entre raça superior e inferior ou se, trata-se apenas de expressões recorrentes na época em que o autor produziu sua narrativa.

O texto que segue procurou responder essas questões indo além das narrativas ficcionais do autor, nos debruçamos sobre suas cartas publicadas no livro Barca de Gleyre. Nesses documentos encontramos um escritor envolvido com eugenistas de sua época. Consideramos salutar nos debruçarmos sobre a biografia desse autor e sua obra para estabelecer um paralelo entre o autor e sua criação.

Optamos em estruturar o texto sem a clássica divisão em tópicos, posto que o espaço destinado a essa produção requer uma síntese na apresentação das narrativas, das fontes e da argumentação e considerações finais.

Estereótipos raciais e a cosmovisão

A literatura auxilia a compreensão sobre o ambiente sociocultural da época em que a obra foi produzida, diferente da história, a literatura é apresentada em uma forma de gênero. Ela dá base para se averiguar os aspectos sociais e culturais; afinal, a literatura também traz as configurações de um tempo e, sobretudo expressa a subjetividade do autor. Gabriela Bieger Reyes afirma que

A literatura como fonte auxilia na compreensão do ambiente sociocultural do período referente a obra, pois a transfiguração da realidade e sua transposição para a ficção traz em si significados para o entendimento da sociedade de homens e mulheres de seu tempo. (REYES, 2015, p. 1)

Nesse sentido, a obra literária não é neutra, ela é uma interpretação da realidade ou vontade de uma realidade desejada pelo seu autor. Por essa razão, a literatura torna-se uma importante fonte no campo da pesquisa histórica, auxilia na compreensão da experiência e dos fatos históricos. Porém, não pretendemos destituir a obra literária de Lobato daquilo que ela de fato é:

³ A Eugenia cunhado pelo cientista inglês, Francis Galton, significa “os bem-nascidos”, ideia a partir da qual se defendia que alguns grupos humanos, portadores de características superiores poderia lançar mão de artifícios para evitar a contaminação das raças superiores, daí derivaram políticas de segregação e até o holocausto se realizou a pretexto da proteção da raça superior. Eugenistas, portanto, são os defensores dessa doutrina

A literatura infantil de Monteiro Lobato é, antes de tudo, literatura; ou melhor, é arte: fenômeno de criatividade que representa o mundo, o homem, a vida, através da palavra. Funde os sonhos e a vida prática, o imaginário e o real os ideais e sua possível/impossível realização. (COELHO, 2000, p. 27)

Porém, suas crenças estão expostas em suas obras, através de suas personagens. De acordo com a reportagem feita por Rodolfo Gamberini para o Globo Repórter⁴, a personagem que representa Dona Benta (Zilka Salaberry), a maior qualidade de Monteiro Lobato é dizer as verdades todas, sem medo de dizê-las e a boneca Emília reproduz as verdades do seu criador. (GAMBERINI, 2011).

Assim, a literatura de Lobato nos permite identificar o pensamento político do autor na sua arte. Porém, estamos cientes das peculiaridades do tempo em que foram escritas, uma vez que, nelas o autor apresenta espaço e tempo específicos, interpretando-os conforme sua visão de mundo.

A literatura não é uma obra de arte ingênua. Nela o escritor expressa sua percepção de mundo e ideologias com as quais ele pactua. Nesse sentido, consideramos o contexto em que esse autor produziu, ele estava bem próximo do racismo científico do século XIX, doutrinas como a eugenia, darwinismo social e evolucionismo ainda fundamentava os discursos etnocêntricos.

Nessa perspectiva os textos de Lobato recebem as teorias raciais, razão pela qual suas personagens aparecem adjetivados sob a ótica da suposta inferioridade da raça negra. Segundo essa visão o negro é de uma raça cujas as características físicas e intelectuais seriam “inferiores”. Isto é, o africano não poderia oferecer nada de positivo para a construção do Brasil moderno, conforme Schwarcz (1993) e ainda de acordo com Munanga (1999), Schwarcz (1993), Naxara (1998), os intelectuais e os homens de ciência acreditavam que a “raça branca” se sobressairia as demais. Alguns escritores da época, tais como Silvio Romero, apud Munanga (1999), acreditava que a miscigenação daria ao povo brasileiro uma identidade própria, enquanto outros defendiam que a mistura de raças degradaria a raça branca.

Lobato por sua vez compartilhava suas ideias com o amigo que como ele, condenava a miscigenação; externou seu pensamento em carta enviada a seu amigo Godofredo Rangel afirmou que “a vingança do africano seria amulatar o Brasil”.

⁴ Reportagem que foi ao ar pela Rede Globo de Televisão no programa Globo Repórter 100 Anos de Monteiro Lobato (1982): Disponível em <https://youtu.be/ozrWJz-btl0>, acesso em 22-11-2018

Dizem que a mestiçagem liquefaz essa cristalização racial que é o caráter e dá uns produtos instáveis. Isso no moral – e o físico, que feiura! Num desfile, à tarde, pela horrível Rua Marechal Floriano, da gente que volta para os subúrbios, que perpassam 18 todas as degenerescências, todas as formas e má-formas humanas – todas, menos a escravidão, vingaram-se do português de maneira mais terrível – amulando o e liquefazendo-o, dando aquela coisa residual que vem dos subúrbios pela manhã e refluí para os subúrbios a tarde (NEGRI, 2011 p. 33).

Lobato compôs o grupo de intelectuais que pensaram e propuseram soluções para a construção da identidade da nação; grupo este em que cada um esteve defendendo a verdade em que acreditava. Mas qual seria o lado em que o patrono da literatura infantil brasileira esteve⁵?

Nas linhas acima já adiantamos em parte essa resposta. Até aqui, é possível considerarmos que ele via a sociedade através de uma “lógica racial”. Oposto a inovações no campo das artes, ele também se apresentava oposto a um Brasil mistificado⁶ para ele, o negro não traria contribuições positivas à formação do povo brasileiro: “Perguntas por que não figura meu nome nas “festas” à Miss Brasil... Se não tivesse fazendo tanto calor, eu te contaria o que é a vergonhosa mistificação” (LOBATO, 1972, p. 344). E considera essa mistificação como a “contaminação da raça branca pelas raças inferiores”. Neste trecho da carta destinada a Godofredo Rangel, Lobato refere-se à mistificação como vergonhosa.

Suas próprias palavras definem a sua visão sobre o tema “raças”. Essa expressão revela o desalento de um homem acerca de suas expectativas com relação ao futuro da nação, pois para ele, essa mistura comprometeria a identidade brasileira. Além de suas manifestações inequívocas expressando sua visão radicalizada da sociedade, apresentadas em muitas de suas cartas; sua obra literária expõe o mesmo pensamento em relação ao negro, a miscigenação e a formação da identidade brasileira.

Nesse sentido, vamos considerar aqui que sua obra carrega traços de uma ideologia racial confessa em cartas trocadas com eugenistas como Godofredo Rangel. Em razão disso, ainda hoje sua obra literária, sobretudo, a literatura infantil, tem sido fonte de debates a respeito do teor racista de sua narrativa. Seu livro, “Caçadas de Pedrinho⁷” foi questionada

⁶ O termo mistificado é utilizado por Monteiro Lobato para designar a mistura de raças.

⁷ O livro conta a descoberta do Marquês de Rabicó: uma onça anda rondando as proximidades do Sítio do Pica-Pau Amarelo. Pedrinho e Narizinho decidem então organizar uma expedição para caçar o animal, mas sem que Dona Benta ou Tia Nastácia soubessem, que com certeza se oporiam à aventura. Após a caçada da onça, eles encontram Quindim, um rinoceronte falante, e decidem levá-lo para viver no sítio. Este livro compunha o Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE)

pelo Instituto de Advocacia Racial Ambiental (IARA) e pelo professor Antônio Gomes da Costa Neto, eles alegam que o livro contém estereótipos racistas. (BRASIL, 2014, p. 1).

De acordo com Mariana Oliveira (2012), em 11 de setembro de 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF), realizou uma audiência afim de abordar o uso do livro “Caçadas de Pedrinho” nas redes públicas. Essa audiência foi convocada pelo ministro Luiz Fux, o relator do mandado de segurança do livro. (OLIVEIRA, 2012).

Luiz Fux negou o pedido de anulação do livro, alegando que o Supremo Tribunal se julga incapaz de resolver o caso. (Supremo Tribunal 2014). O Conselho Nacional de Educação (CNE) reexaminou o caso e, decidindo que fosse colocado no livro uma nota de rodapé, orientou os professores a trabalhar o livro de uma forma mais adequada, estando atentos aos estereótipos raciais contidos na literatura. (BRASIL, 2014, p. 1).

Reiteramos aqui, que as produções literárias não se tratam apenas as narrativas ficcionais. Monteiro Lobato é um bom exemplo de como sua arte está relacionada a sua cosmovisão. Portanto, não vamos desconsiderar que a história “Caçadas de Pedrinho” apresentem estereótipos e ideologias raciais acidentalmente, não! Os estereótipos, objetos de questionamentos na Suprema Corte, na verdade são a expressão da visão deste autor sobre “raças”. Pois, para ele, o processo de miscigenação em andamento, seria o decurso de um adoecimento mental: “Tomo como sintoma a doença mental que está se desenvolvendo no Brasil: tênia nos miolos”⁸ (LOBATO, 1972, p. 332). Esse trecho reforça sua oposição a miscigenação.

Contudo, tanto suas obras infantis analisadas “Caçadas de Pedrinho” e “História de Tia Nastácia” e “O Presidente Negro”, o único romance “adulto” escrito por ele, Lobato expressa através da voz inconfundível de Emília, ofensas racistas a tia Nastácia. Dessa feita, em Tia Nastácia ele agredia uma “raça inteira”: “Mais corajosa, a negra aproximou-se, viu que era mesmo onça” [...]. (LOBATO 1933 p. 11).

Nesse trecho, ignora a individualidade de Tia Nastácia referindo-se a ela como componente de uma raça como tal, seu nome, nega-se assim a individualidade e a expõe como raça, nivelando-a a sua espécie. Isto é, numa interpretação dessa narrativa à luz das cartas de Lobato nos leva a concluir que a expressão pode ser entendida como “uma preta qualquer” quem é ela? Seu nome? Não interessa, já está identificada racialmente. Raramente,

⁸ Tênia é a designação dos vermes do gênero taenia que, comumente conhecidos como solitárias, parasitam o intestino humano.

o narrador a chama pelo nome, sempre é chamada de negra ou preta. “Resmungou a preta, pendurando o beijo” (LOBATO, 1933, p. 21).

Essas obras revelaram um sujeito falando “pela boca” de personagens ou narradores, mas o que se nota, no entanto, é a expressão de uma mente racista infundindo suas ideias na narrativa literária. E, isso assegura a perpetuação de uma visão racista iniciada na infância, onde a criança associa o negro a elementos negativos, sempre inferior ao homem de “raça branca”.

Lobato defendia suas convicções expressando na literatura, as vezes de forma sutil, a imagem negativa que adotara em relação aos africanos e descendentes; foi um homem participativo na sociedade, apresentava um espírito de liderança, era anticonvencional por excelência, não tinha medo de falar o que pensava e nem das consequências acarretadas por sua fala. Em outra carta ao interlocutor Godofredo Rangel, Lobato mais uma vez revela não apenas sua personalidade, mas suas convicções aliadas ao pensamento supostamente avançado da época: eugenia e o racismo científico; esse afinamento com o racismo se expressa ao longo da obra “Histórias de tia Nastácia”: -“Estou como plano de espremer tia Nastácia para tirar o leite do folclore que há nela”. (LOBATO, 1937, p. 7). Porém, há quem acredite na vertente em que ele estava relatando em suas obras os acontecimentos do momento, de uma forma a mostrar os preconceitos que os negros sofreram após a abolição da escravatura.

Nas suas cartas não deixam dúvidas quanto ao pensamento racial do autor. É difícil separar, nesse caso, o escritor e sua obra, pois sua narrativa literária não deixa dúvidas de que, os estereótipos e expressões racistas em sua literatura resultam de suas convicções pessoais, de suas aspirações de se consolidar uma sociedade dividida entre brancos e negros.

Essas cartas, disponíveis no livro *A Barca de Gleyre* (1972). Segundo Negri, Ruy Castro negava o comportamento racista de Lobato: “As pessoas que acusam Monteiro Lobato de racismo é que querem ‘extinguir a raça negra’ certamente nunca leram uma linha do que ele escreveu. Trata-se de uma atitude ‘politicamente correta de galinheiro’”. (NEGRI, 2011 p. 26).

Nós divergimos completamente da visão de Ruy Castro. Provavelmente sua defesa se fundamenta apenas no seu conhecimento da obra literária, pois para quem analisa suas cartas ou outros escritos encontrará um homem convicto de que o racismo científico é uma verdade com a qual se deve pensar e agir na sociedade, ou seja, só se pode afirmar que

estamos diante de um autor que não apenas era racista, mas também engajado e desejoso de se criar uma sociedade racialmente dividida para evitar a contaminação do progresso brasileiro.

Lobato refere-se à miscigenação como algo vergonhoso:

Mas que feio material humano formiga entre tanta pedra velha! A massa popular é positivamente um resíduo, um detrito biológico. Já a elite que brota como flor desse esterco tem todas as finuras cortêsias das raças bem amadurecidas (NEGRI, 2011, p. 30).

O trecho citado compõe a carta enviada a Arthur Neiva, um médico e amigo eugenista que residia na Bahia. Lobato, não esconde a vergonha e o desprezo que sente pela miscigenação, e para ele a população pobre, preta e mestiça da Bahia é análoga ao esterco. Essa visão esclarece muito sobre os termos utilizados por ele na literatura infantil, sua adjetivação quando se referia a alguma personagem negra resulta de sua crença na suposta inferioridade da raça negra.

A naturalidade que Lobato expõe suas convicções racistas dissipa qualquer possibilidade de considerar neutralidade na sua produção literária. Um homem que lamenta o fato de não termos aqui no Brasil uma *Ku Klux Klan*⁹ (*KKK*.) Quando o presidente Ulysses Grant toma conhecimento do grupo, identifica a *KKK* como terrorista e torna-a ilegal.

Enfim, a *KKK* retoma forças após 1915, desta vez, seu alvo não foi somente os negros e os defensores dos direitos civis, mas passaram a perseguir também os “judeus”, “estrangeiros”, “médicos charlatões”, “marginais” e “prostitutas”, as vítimas desse movimento recebia a letra K na testa, para que servisse de exemplo para outros.

Lobato, além de admirador dessa organização supremacista que exterminava negros nos Estados Unidos, ele lamentava o fato de não termos no Brasil um *KKK*:

País de mestiços, onde brancos não tem força para organizar uma *Ku Klux Klan* (sic), é país perdido para altos destinos: [...]. Um dia se fará justiça ao *Ku Klux Klan*; tivéssemos aí uma defesa dessa ordem, que mantém o negro em seu lugar, e estaríamos hoje livres da peste da imprensa carioca – mulatinho fazendo jogo do galego, e sempre demolidor porque a mestiçagem do negro destrói a capacidade construtiva” (NEGRI, 2011, p. 26).

⁹ Um Grupo racista que surgiu no estado americano do Tennessee em 1886, após a Guerra Civil Americana ou Guerra de Secessão (1861/1865), era uma seita para militares que tinha o objetivo intimidar os negros libertos à base de violência. De acordo com Marcos Junior (2013), a “*KKK*” foi criada pelo General Nathan Bedford Forrest e seus membros eram os veteranos da confederação sulista e militares que lutaram na Guerra. Afim de preservar as identidades, os membros do *Klan* usavam roupas brancas com capuzes que cobriam o rosto e os que tivessem interesse de entrar deveriam passar por um ritual. Acredita-se que essa seita chegou a ter até 5 mil membros.

Lobato, considerado patrono da literatura infantil o qual como já mostramos por diversas vezes utiliza estereótipos raciais ao se dirigir e ao fazer referência as suas personagens negras. Diante disso, não é mais possível considerarmos a possibilidade de desvincular o homem e seus discursos e o artista, são uma pessoa só, não há neutralidade nos contos infantis.

Não negamos, contudo, sua importância ao introduzir obras literárias destinadas ao público infantil. Esse divisor de águas, porém, apresenta em suas obras um teor racista, no modo em que trata a personagem de Tia Nastácia. A figura do negro em sua literatura é sempre maltratada, certamente, ao agredir a identidade de tia Nastácia, sua intenção era afetar todos os negros. Raramente refere-se as personagens chamando-as pelo nome, ou chama de negra ou preta. “– Mas isso não é para entender, Emília – respondeu a negra. – É história”. (LOBATO, 1937, p. 18). Ou ainda “A princesa ficou desejosa de possuir tal toalha, e mandou a preta saber do moço se queria vendê-la”. (LOBATO, 1937 p. 18). Mesmo ele sendo o narrador, não deixa de insultar ora ou outra as personagens negras de sua obra, expressando-se de forma coerente a sua defesa da eugenia e sua visão radicalizada do povo brasileiro. Esses elementos raciais presentes em sua produção literária podem assegurar a reprodução do pensamento a partir da infância, uma vez que, a criança tem acesso a uma linguagem racial e poderá com certa naturalização reproduzi-la.

A criança em contato com essa linguagem racista não terá dificuldade em atribuir os mesmos adjetivos a pessoas negras ou a vê-las com a mesma indignidade que as personagens são tratadas na narrativa literária. Sua interlocução com Godofredo Rangel, seu amigo revela um homem preocupado com o Brasil, porém nos cabe indagar que Brasil Lobato defendia? Ou quais os brasileiros que ele considerava dignos de serem integrados ao progresso nacional?

Como já é sabido, tratamos neste artigo de um autor com renomado prestígio e que conquistou várias gerações com suas narrativas. Todavia, não podemos deixar de revelar o caráter engajado de suas obras, se não se podia ter aqui uma KKK, ele se encarregara de, fundado no racismo científico, negar e atacar a identidade do negro.

Nossa investigação identificou um autor envolvido com doutrina eugênica e com as pretensas teorias do racismo científico, as quais ele considerava como referências importantes para superar o atraso brasileiro, os quais para Lobato estava preso a presença das raças inferiores.

Quando em 1929 ele teve contato com o livro de Renato Kehl “A Esterilização sob o Ponto de Vista Eugênico”, Monteiro Lobato escrevendo ao autor, externou seu contentamento com a tese: “Lamento só agora travar conhecimento com um espírito tão brilhante como o seu” (NEGRI, 2011, p. 28/29). Kehl, tinha princípios parecidos com o que foi difundido na Europa, conhecido como “eugenia negativa”¹⁰. Reiteramos, porém que toda forma de aplicação da eugenia é negativa.

Nesse livro, Renato Kehl, segundo Negri (2011), defendia a prática da eugenia como um poderoso instrumento para livrar a sociedade dos indivíduos que ele considerava degenerados. Lobato o elogia dizendo: “um D’ Quixote científico (...) a pregar para uma legião de panças” (gíria usada nos anos 20 que significava pessoas ignorantes). (NEGRI, 2011, p. 29).

Adiante, conforme Negri (2011), Lobato se mostra ainda mais entusiasmado com as doutrinas raciais, por isso, não é difícil explicar porque a repetição de tantos estereótipos raciais em suas produções literárias. Nos parece muito claro que as expressões racistas presentes nos seus textos, não era meramente a reprodução de termos da sua época, era outrossim, uma construção discursiva fundamentada nas suas crenças e nas suas expectativas sobre o futuro do “Brasil como nação e do brasileiro como povo”, para tanto seria preciso, como explicita a narrativa dele, desconstruir a imagem do negro.

Ofender Tia Nastácia nos parece, segundo a posição política do autor, uma forma de agredir simbolicamente a raça: “A boneca fez um muxoxo de pouco caso. Depois, voltando-se para tia Nastácia: - E você, pretona”? (LOBATO, 1933, p. 24). Preta, pretona, negra, não é um adjetivo que expressa a individualidade de Tia Nastácia, e sim a nivela junto ao seu grupo, assim, pela fala das personagens ele coisificava a individualidade.

Monteiro Lobato se dedicou a reproduzir o estigma da raça. Suas personagens são relacionadas a animais ou objetos: “E tia Nastácia, esquecida dos seus inúmeros reumatismos, trepou que nem uma macaca de carvão pelo mastro de São Pedro [...]. (LOBATO, 1933, p. 23). Temos aqui um caso de atribuição identitária. E, a criança exposta a esse tipo de discurso, passe a encarar com naturalidade a relação ente o negro e essa imagem construída pelo autor.

¹⁰ A eugenia negativa proibia que os seres humanos considerados “inferiores” se reproduzissem. Porém, reiteramos que qualquer interpretação ou ressignificação da doutrina eugênica é negativa.

Embora Lobato seja conhecido por sua criação destinada ao público infantil, ele publicou um romance: “O Presidente Negro” ou “Choque das Raças”: “Mais uma vez faz referência a eugenia: “Ponho-me às vezes a imaginar como seriam as coisas cá na terra se um sábio eugenismo desse combate a desonestidade por meio da completa eliminação dos desonestos. Que paraíso!” (LOBATO, 1926, p. 6).

A nossa hipótese já salientada é de que estamos diante de um autor engajado, consciente que poderia travar no campo literário a sua guerra racial, o seu ataque ao que considerava responsável pelo atraso do Brasil. O trecho a seguir revela um indivíduo convicto da superioridade racial branca, onde comenta em outro momento em seu livro “Barca de Gleyre” sobre o livro “O Presidente Negro”, Monteiro Lobato diz a Godofredo Rangel:

“O clou será o choque da raça negra com a branca, quando a primeira, cujo índice de proliferação é maior, alcançar a branca e batê-la nas urnas elegendo um presidente preto! Acontecem coisas tremendas, mais vence por fim a inteligência do branco. Consegue por meio dos raios N, inventados pelo professor Brown, esterilizar os negros sem que estes deem pela coisa. (LOBATO, 1972, p. 335).

Sempre se inclina a afirmar a raça branca como sendo a superior, acreditando sempre que a inteligência branca venceria a ignorância do negro. Refere-se ao presidente como preto, e não pronuncia o nome dele, acredita-se que a tal invenção do professor iria acabar com os negros sem que eles ao menos percebessem. Isso nos parece uma metáfora para a sua ideia eugênica e mais uma vez Lobato se apresenta favorável a eugenia.

Isso nos leva a uma outra hipótese referente ao fato de os negros de sua literatura não terem família, podemos concluir daí sua defesa o seu desejo da desapareição dessa raça. Isto é, os “carvões”, “macacos” e “pretos”, referência aos personagens negros, não podiam procriar:

A permanência no mesmo território de duas raças díspares e infusíveis perturbam a felicidade nacional. Os atritos se faziam constantes e, embora não desfechassem como outrora nas violências da Ku Klux Klan, constituíam um permanente motivo de inquietação (LOBATO, 1926, p. 97).

Negri (2011) corrobora para reconhecermos em Monteiro Lobato um homem racista convicto, tão atraído pelas doutrinas raciais que em viagem aos Estados Unidos reitera sua crença para com a purificação da sociedade através da aplicação das doutrinas eugênicas; o recorte acima nos apresenta um sujeito ávido em difundir o pensamento

eugenista no Brasil. Várias vezes que Lobato faz elogios as práticas e movimentos racistas, seja a *Ku Klux Klan* ou eugenia, criticando sempre a mistificação, acreditando que ela degradaria a raça superior.

Enfim, diante do exposto, nosso diagnóstico quanto a Monteiro Lobato, considerado o patrono da literatura infantil, pioneiro nesse gênero no país, como já dissemos, é o de um indivíduo racista convicto e um intelectual engajado na difusão de suas ideias. Consideramos que o autor das cartas e o dos livros infantis são a mesma pessoa e por isso, tanto num lugar quanto noutro ele externa seu pensamento contrário ao pluralismo racial.

Considerações finais

A questão para nós, não é concluir que a literatura de Monteiro Lobato contém ideologias e estereótipos raciais, a questão é afirmar que sua literatura como um elemento de sua subjetividade expressa aquilo que ele era, um racista convicto, consideramos, portanto, as expressões raciológicas presentes em sua obra, é na verdade, seu engajamento em reproduzir na sua literatura aquilo que ele acreditava ser o negro por um lado e por outro como a sociedade deveria se construir.

Sua literatura está intrinsecamente ligada ao racismo científico do século XIX, sua linguagem carregada de adjetivação, revela, do nosso ponto de vista, a reprodução dos discursos raciológicos adaptados no Brasil, isto é, ele não foi o único a expressar o lugar e a identidade do negro no Brasil. Lobato foi a expressão racial da elite brasileira.

Através das cartas trocadas com Godofredo Rangel (1903/1948), Arthur Neiva (1935) e Renato Kehl (1929), todos adeptos da eugenia, Lobato se entusiasmou com a eugenia, expressou assim, sua crença nessa doutrina como solução para o mal da miscigenação. Condenou a miscigenação, via nela a vingança dos africanos.

Por isso, ao termino dessa pesquisa, encontramos um Monteiro Lobato racista convicto, suas personagens negras, além de sofrerem com adjetivações racistas, em geral não integram nenhum núcleo familiar. Nesse ponto, não podemos fazer qualquer afirmação sobre o fato de os negros em suas narrativas não terem famílias, porém, uma pergunta podemos deixar aqui e fazemos com base no que verificamos em seu livro “O Presidente Negro”, onde encontramos a defesa da esterilização “em massa” para livrar o Brasil da mestiçagem, estaria aí a razão para suas personagens negras serem sozinhas? Pois, um negro

ou negra sozinho não poderia dar continuidade a proliferação do que ele acreditava em uma raça infecta.

Enfim, crianças que tem acesso as obras como a de Lobato tem mais probabilidade de portar uma visão racializada da sociedade, posto que, ao ter contato com uma obra carregada de ideias racistas, quando o negro está sempre associada a animais ou agredido com ofensas raciais, assim, a criança tende a reproduzir aquilo que ouviu ou leu, “ou seja,” o que formou a sua consciência social.

Ao finalizar, portanto esse trabalho, concluímos que, de fato Monteiro Lobato, “como filho de seu tempo” reproduziu em suas obras a sua percepção de mundo e sua ideologia, apresentando mais de uma vez o quão era favorável a doutrina eugênica, referindo-se ao negro sempre de forma desprezível.

Isto não significa, portanto, o pensamento hegemônico ser isento de críticas, não exime os indivíduos de estabelecerem juízo sobre o pensamento corrente a respeito da época em que vivem. Assim, assumir o racismo como uma verdade em si, não é algo acidental, trata-se de uma escolha fundamentada naquilo que formou a cosmovisão do autor. Em suma, Lobato internalizou as teorias raciais as quais passaram a nortear sua conduta, não por acidente, mas por escolha, por sua convicção.

Referência

Brasil (STF). Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=282504>. Acessado em 23.11.2018.

COELHO, Nelly Novaes. *Literatura Infantil: teoria, análise, didática*. São Paulo: Moderna, 2000.

Globo Repórter. *100 anos de Monteiro Lobato* (1982). Rodolfo Gamberini. 33min28s. Disponível em: <https://youtu.be/ozrWJz-btI0>. Acessado em: 06/01/2020

JUNIOR, Marcos. Disponível em: <https://www.estudopratico.com.br/ku-klux-klan-resumo-historico-desta-seita/>. Acesso em 16.07.2018.

LAJOLO, Marisa. Monteiro Lobato. São Paulo: Brasiliense, 1985. Disponível em: www.unicamp.br/iel/monteirolobato/outros/projetotematico.pdf acessado em 23.04.2018

LOBATO, José Bento Monteiro Lobato. *O Presidente Negro ou O Choque das Raças* (Romance Americano do ano de 2228) 1945. 13ª edição. Editora Brasiliense.

LOBATO, José Bento Monteiro, 1882-1948. *A Barca de Gleyre* (Correspondência com Godofredo Rangel; prefácio de Edgard Carvalheiro) 14ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

LOBATO, Monteiro. *Caçadas de Pedrinho*. 60ª edição, 1994. 13ª reimpressão. São Paulo/SP, 2004

LOBATO, Monteiro. *Histórias de Tia Anastácia*. 32ª Edição, 1995 10ª reimpressão. São Paulo/SP: Editora Brasiliense, 2004.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Estrangeiro em sua própria terra: representações do brasileiro (1870 a 1920)*. São Paulo: Anablume, 1998.

MUNANGA, Kabengele (org.). *Superando o racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria da Educação Fundamental, 1999. 202p. Disponível em: www.geledes.org.br

NIGRI, André. *Monteiro Lobato e o Racismo*. Revista Bravo. 2011.

OLIVEIRA, Mariana. 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2012/09/audiencia-sobre-livro-de-monteiro-lobato-no-stf-termina-sem-acordo.html> pesquisado em 20.07.2018.

REYES, Bieger Gabriela. XII Seminário de Estudos Históricos. 8 a 11 de setembro de 2015. Disponível em: <https://www.feevale.br/Comum/midias/c2a481da-1fa5-4fea-a9c5-1ca79eb0f055/Gabril%20Bieger%20Reyes.pdf>. Acessado em 02.10.2018

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questões raciais no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia de Letras, 1993.

Educação do Futuro e Precarização do Presente: ensaio sobre a pedagogia empresarial no Brasil

Evandro Ribeiro Lomba*

Uma análise inicial

Vê-se um movimento cada vez mais agudo de precarização estrutural da educação pública, principalmente no que tange às universidades no Brasil, tendo em vista o cenário da *crise estrutural do capital* – para lembrar o que Istvan Mészáros muito bem descreveu sobre a crise atual – que assola o país e também as nações centrais do capitalismo contemporâneo. Segundo sua análise, 4 elementos são essenciais para descrever essa fase histórica:

- 1) Seu *caráter* é *universal*, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular da produção, aplicando-se a este e não aquele tipo de trabalho, com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade etc.);
- 2) Seu *alcance* é, de fato, *global* (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises no passado);
- 3) Sua *escala de tempo* é extensa, contínua – se preferir, *permanente* – em lugar de limitada e *cíclica*, como foram as crises anteriores do capital; e
- 4) Em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu *modo* de se desdobrar poderia ser chamado de *rastejante*, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro: a saber, quando a complexa maquinaria – agora ativamente empenhada na “administração da crise” e no “deslocamento” mais ou menos temporário das crescentes contradições – perder sua energia (MÉSZÁROS, 2010, p. 69-70)

A crise afeta toda a sociabilidade humana, levando a uma série de precarizações laborais, como também, das instituições formais de ensino (questões tanto como recurso para infraestrutura, como também os currículos mais enxutos e cada vez mais voltados para o mercado de trabalho). A educação possui um papel nas relações capitalistas de reproduzir a ideologia dominante, ou seja, a ideia de submissão da classe trabalhadora às condições impostas da classe burguesa, numa forma de “domesticar” o seu pensamento e comportamento. Entretanto, para Mészáros, a educação possui outro significado, assim

* Graduando em Administração pela Universidade Veiga de Almeida - atuando como pesquisador do programa de iniciação científica nas áreas de: Ciências Sociais Aplicadas e Educação. Atualmente é pesquisador dos grupos: Pesquisas e Estudos sobre Problemas Socioeconômicos e Administrativos do Brasil Contemporâneo, GRUPAB (UVA) e Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas das Fundamentações Filosóficas e Pedagógicas das Ciências Exatas, Humanas e Afins - NIFFIPE (UVA) sobre a orientação do Profº Drº. Néilton Gomes Azevedo.

como a vida humana material, ou seja, fora do metabolismo social do capital, da relação trabalho, capital e Estado.

Portanto, o papel da educação é soberano, tanto para elaboração de uma estratégia apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a *automudança consciente* dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente. É isso que se quer dizer com a concebida sociedade de produtores livremente associados (MÉSZÁROS, 2008, p.65).

Na circunstância atual, é interessante notar o quanto a classe dominante visa mercantilizar novos segmentos estratégicos para geração de lucro. A educação de nível superior nos últimos tempos vem passando por uma fase de privatizações, tendo em vista o crescimento dos interesses do empresariado no controle ideológico do conhecimento. Segundo FRIGOTTO (2017), é importante assinalar como a ideia de capital humano vem paulatinamente substituindo a noção de educação pública, gratuita e laica. A lógica do mercado intensifica sua ação ideológica com o conceito de “empreendedorismo”, como forma mais arquitetada da convicção de “investimento em si” e por isso “tornar a crise um lugar de oportunidade” (vê-se neste discurso uma maneira de anular as lutas sociais). Isto acaba alastrando-se pelo sistema educacional e afetando outros níveis. “No Brasil, a ditadura civil militar efetivou reformas da pré-escola à pós-graduação, tendo o ideário do capital humano como concepção” (FRIGOTTO, 2017, p.27).

É a partir, sobretudo, das últimas décadas do século XX, que se afirma um processo de desmanche do setor público e da escola pública, como se protagonizou pelos homens de negócio e suas instituições e organizações empresariais. Primeiramente, estimulando o mercado educacional, criando poderosos grupos que fazem do ensino um lucrativo negócio. Mas o desmanche deveria atingir a escola pública mediante a adoção dos critérios mercantis na sua gestão, na escolha das disciplinas que deveriam compor o currículo e na definição dos conteúdos e dos métodos de ensinar e avaliar. A formação e a função docentes, como consequência, deveriam ser alteradas (FRIGOTTO, 2017, p. 28).

As reformas curriculares, o crescente aumento de universidades públicas e programas de concessões de bolsas (PROUNI e FIES) nos últimos anos mostram um avanço social importante, entretanto subordinado para uma adequação, de maneira geral, às chamadas “modernizações do mercado”, tencionando amoldar uma força de trabalho às condições materiais que o sistema do capital impõe para produção e reprodução de sua sociabilidade. Metamorfoses que permeiam o trabalho tanto na esfera produtiva, como também nos serviços. Isto é fruto das modificações da gestão da força de trabalho, assim como o engendramento de um maquinário mais técnico e informatizado que espolia de forma mais intensa a classe trabalhadora, conjunturalmente, chamado de precarização

laboral. A necessidade dos dirigentes do capital em obter respostas para enfrentar os impactos da crise estrutural dispararam tais características mencionadas:

Quanto mais aumentam a competitividade e a concorrência intercapitalista, mais nefasta são suas consequências, das quais duas são particularmente graves: a destruição e/ou precarização, sem paralelos em toda a era moderna, da força humana que trabalha e a degradação crescente do meio ambiente, na relação metabólica entre homem, tecnologia e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias e para o processo de valorização do capital (ANTUNES, 2009, p. 36).

É notório o quanto o Estado tem um papel fundamental na manutenção da ordem capitalista vigente. Almeja-se regularizar os interesses, primordialmente, da classe burguesa, deixando como secundárias as prioridades que favoreçam o povo brasileiro. Devido aos entraves econômicos que ecoam nos últimos tempos, a classe dominante procura o apoio estatal para garantir sua sobrevivência, uma vez que o “Estado mínimo” está arranjado para contingenciar e cortar orçamento em políticas sociais e privilegiar o capital financeiro, deixando de lado as reais necessidades sociais.

Vale lembrar a afirmação de Marx e Engels sobre o Estado:

Vemos, portanto, como a própria burguesia moderna é o produto de um longo processo de desenvolvimento, de uma série de revoluções nos modos de produção e troca. [...] conquistou finalmente o domínio político exclusivo no Estado representativo moderno. O poder político do Estado moderno nada mais é do que um comitê para administrar os negócios comuns de toda a classe burguesa (MARX; ENGELS, 2004, p. 47).

Assim, a classe dominante escolheu os seus melhores representantes para comandar as suas maiores conveniências. O fascínio desse movimento é ver que após a concretude no impeachment¹ da presidenta Dilma Roussef, o neoliberalismo no Brasil toma a face mais radical de sua implementação, cujo comando de Michel Temer foi um primeiro passo e que, agora com Bolsonaro, segue a cartilha imposta pelas grandes corporações capitalistas como FMI, OMC e com a supervisão do governo americano de Trump.

A classe trabalhadora está altamente tomada por um discurso conservador, de extrema-direita e religioso que no horizonte tenta “trazer a honra e glória para o Brasil” através da execução mais tola e boçal do neoliberalismo que devastou a economia dos vizinhos Chile e Argentina. Mas é claro que a grande mídia jamais irá mostrar isso e conscientizar a classe trabalhadora.

¹ Ver mais afundo no artigo do professor Gaudêncio Frigotto presente no livro Escola “Sem” Partido: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira (2017).

Por isso, precisamos sempre resgatar e deixar vivo o legado de István Mészáros no que permeia sobre uma sociedade melhor para a classe trabalhadora, fora dos reformismos de centro-esquerda ou de uma própria “esquerda reformista” que não pensa em um horizonte *Para Além do Capital*:

A necessidade de uma mudança estrutural radical e abrangente na ordem sociometabólica estabelecida carrega consigo a exigência da *redefinição qualitativa* das *determinações sistêmicas* da sociedade como a perspectiva geral de transformação. Ajustes parciais e melhorias marginais na ordem socio-reprodutiva existente não são suficientes para cumprir o desafio. Pois poderiam apenas reproduzir em uma escala ampliada – e, de fato, com o passar de nosso tempo histórico opressivamente restrito, necessariamente também agravada – os perigos identificáveis de forma clara tanto no domínio da destruição econômica e militar, como no plano ecológico. É por isso que somente a instituição e a consolidação da *alternativa hegemônica* ao controle sociometabólico do capital pode oferecer uma saída para as contradições e antagonismo de nosso tempo (MÉSZÁROS, 2008, p. 108).

Empreendedorismo, Recurso Privado e Precarização Educacional

Nota-se a busca pela adequação, ou seja, reformismo da educação às fases do capitalismo, visando uma “qualificação” da força de trabalho para aspectos notavelmente subjetivos que focam em “domesticar” ainda mais os trabalhadores e trabalhadoras às “modernizações” que espoliam constantemente as atividades laborativas.

Vê-se que, com a ampliação das teorias do *capital humano*, alinhados à *moderna gestão de pessoas*², os “homens de negócios” almejam uma maior lucratividade com a privatização das universidades públicas e/ou o investimento consideráveis em setores de pesquisa e inovação estratégicos presentes em cursos voltados para áreas de engenharias e tecnologias, cuja criação de novas ferramentas é fundamental para garantir uma sobrevivência ao capitalismo e sempre alimentar a produção de mercadorias e a geração de serviços.

No atual governo Bolsonaro, corta-se na fonte os investimentos em pesquisa e manutenção das universidades com a prerrogativa de que “não há alternativa para controlar as contas públicas” e “necessidade” de realização de cortes orçamentários, ou seja, reduzindo investimentos em políticas sociais para alimentar o capital financeiro, apenas colocando em prática o pensamento neoliberal. A formulação de uma educação a

² A noção de “moderna gestão de pessoas” é divulgada por teóricos da administração, como exemplo Idalberto Chiavenatto no livro *Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações* (2014). Este conceito sinaliza aspectos mais subjetivos como administrar por *competência*, por *habilidades de cada indivíduo* e por *juízo*. Gradativamente esses conceitos ganham desdobramentos para adequar-se aos interesses do empresariado, mas visando uma submissão da classe trabalhadora a relação trabalho assalariado e capital.

baixo custo para o setor público é a “alternativa” estratégica para tirar esse “peso das costas”. Vemos, então, que o projeto “Future-se” é a manifestação mais arquitetada de uma manifestação do empresariado na educação hodierna, visando o utilitarismo das “tecnologias da informação” alinhados às novas feições da gestão do trabalho – como o *toyotismo* e sua organização que exigem proatividade, multifuncionalidade, trabalho em rede, etc. – engendrando todo esse modelo nas universidades para modelar, baseado no discurso de “flexibilidade”, “competência” e “empreendedorismo”.

Como apresenta-se o projeto Future-se:

O Ministério da Educação (MEC) lançou nesta quarta-feira, 17 de julho, o Future-se. Inédito e inovador, o programa propõe uma mudança de cultura nas instituições públicas de ensino superior: maior autonomia financeira a universidades e institutos federais. [...] Assim como ocorre na reforma da Previdência, sustentabilidade financeira e responsabilidade com o futuro são pilares do projeto. O fomento à captação de recursos próprios e ao empreendedorismo são algumas das propostas (MEC, 2019).

Com a crise brutal no mercado de trabalho, consequência direta das problemáticas inerentes ao sistema do capital, buscaram-se novas formas de subordinação da classe trabalhadora aos seus imperativos. O trecho de Mészáros a seguir sintetiza bem esse movimento atual:

Enquanto isso, nesse plano como em vários outros, os problemas se acumulam e as contradições tornam-se cada vez mais explosivas. A tendência objetiva inerente à natureza do capital – se crescimento dentro de um sistema global conjugado com sua concentração e sua sempre crescente articulação com a ciência e tecnologia – abala e torna anacrônico a subordinação socioestrutural do trabalho ao capital (MÉSZÁROS, 2011, p. 54).

Formulando a pseudológica da autonomia, do empreendedorismo e do sucesso que isso pode se dar, um discurso nebuloso e mistificador que altera o sentido do trabalho, pois introduz um pensamento para uma parcela da classe trabalhadora, por meio dos meios convencionais da mídia, como também pelas redes da *internet*, de que é possível ser “empresário de si mesmo” baseado na mais apologética manifestação americana do *self made men* e que assim pode conseguir um grande sucesso, através da perseverança, do *hard work* e que “a crise é um lugar de oportunidades”. Com o projeto que vem sendo estruturado pelo Ministério da Educação, nota-se todo esse linguajar pró-mercado em sua composição. Como podemos observar, a seguir, nos eixos do projeto:

Gestão, Governança e Empreendedorismo

- Promover a sustentabilidade financeira, ao estabelecer limite de gasto com pessoal nas universidades e institutos – hoje, em média, 85% do orçamento das instituições são destinados para isso. Para a administração pública, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabelece percentual máximo de 60%;

- Estabelecer requisitos de transparência, auditoria externa e compliance;
- criar ranking das instituições com prêmio para as mais eficientes nos gastos;
- Gestão imobiliária: estimular o uso de imóveis da União e arrecadar por meio de contratos de cessão de uso, concessão, fundo de investimento e parcerias público-privadas (PPPs);
- Propiciar os meios para que os departamentos de universidades/institutos arrecadem recursos próprios, com estímulo à competição entre as unidades;
- Autorizar naming rights (ter o nome de empresas/patrocinadores e patronos) nos campi e em edifícios, o que possibilitaria a modernização e manutenção dos equipamentos com ajuda do setor privado (MEC, 2019).

Nota-se que esse tipo de gestão está calcado nos preceitos do “livre mercado”, gerando competição e meritocracia para aqueles que se destacarem como melhores nessa empreitada. É uma lógica perversa que está sendo esboçada para as universidades, instaurando uma pedagogia visando os interesses empresariais, voltada para individualização, ganância e subordinação ainda maior de todas as instituições ao imperativo do capital para sua manutenção em momento considerável de sua crise estrutural.

Para trabalharmos com um exemplo dos efeitos da administração privada fora da educação, os desastres ecológicos que afetaram a região de Minas Gerais são a feição da lógica que visa o custo mínimo e o lucro máximo, fazendo parte da barbárie em que os interesses particulares afetam toda a vida humana. A lógica da burguesia é a produção e acumulação de riqueza e não a preocupação da satisfação das necessidades humanas. Questões educacionais, ambientais e de saúde sobre o domínio de grupos empresariais possuem a tendência de sofrer com os sintomas da crise estrutural.

Há dez anos a ecologia poderia ser tranquilamente ignorada ou desqualificada como totalmente irrelevante. Agora, ela é obrigada a ser grotescamente desfigurada e exagerada de forma unilateral para que as pessoas – impressionadas o bastante com o tom cataclísmico dos sermões ecológicos – possam ser, com sucesso, desviadas dos cadentes problemas sociais e políticos (MÉSZÁROS, 2011, p. 51).

Nota-se em seguida mais aspectos sobre o movimento do cenário educacional:

Pesquisa e inovação

- Instalar centros de pesquisa e inovação, bem como parques tecnológicos;
- Assegurar ambiente de negócios favorável à criação e consolidação de startups, ou seja, de empresas com base tecnológica;
- Aproximar as instituições das empresas, para facilitar o acesso a recursos privados de quem tiver ideias de pesquisa e desenvolvimento;
- Premiar os principais projetos inovadores, com destaque para universidades de pequeno porte (MEC, 2019).

Com a guerra ideológica que o atual governo trava com as universidades, cujos centros de pesquisa são caluniados como “não produtivos”, devido à visão pró-mercado estar calcada em ver aquilo que gera riqueza (dinheiro), vê-se o movimento de “dar incentivos” ao empresariado de por as mãos nas universidades públicas, gerenciando-as em busca de novos “planos de negócios”, alunos com “espírito empreendedor” e dispostos a alimentar as “necessidades da sociedade”, que na verdade são necessidades do capital, por novas tecnologias, novas formas de mercantilizar produtos e serviços, assim tentando amenizar os efeitos da crise contemporânea:

Com referências à educação, a costumeira defesa de uma escola subordinada e subserviente ao complexo econômico, de um processo formativo que eduque especificamente para a produção mercadológica, agora tecnificada, acaba se encaixando perfeitamente às pretensões dos atrasados empresários brasileiros e de seus pares estrangeiros (SANTOS, 2017 p. 127).

Não só as escolas profissionalizantes, mas agora as universidades caminham paulatinamente para atender mais agressivamente as conveniências dos “homens de negócios”. Em suma, este é um projeto de educação para que a pesquisa e os projetos de extensão não sejam estruturados para o estímulo ao debate, acumulação de saberes técnicos ao trabalho e da relação entre sociedade e produção, trazendo os anseios de muitos educandos para dentro da vida universitária e esses pensamentos sejam transformados coletivamente em ações estratégicas, objetivando a eliminação de estrutura social de classes antagônicas. “Entende-se, portanto, o incentivo de Gramsci aos operários para se ‘especializar’ nas conquistas mais inovadoras da ciência, da tecnologia e da indústria associando-se aos objetivos políticos da própria classe” (SEMERARO, 2015, p. 235). Parece que o tecnicismo ganha outros contornos para o nível superior, tendo como base a teoria do capital humano, impondo essa competitividade entre os alunos e uma maior proximidade com os recursos privados.

Internacionalização

- Estimular intercâmbio de estudantes e professores, com foco na pesquisa aplicada;
- Revalidação de títulos e diplomas estrangeiros por instituições públicas e privadas com alto desempenho, de acordo com os critérios do MEC;
- Facilitar o acesso e a promoção de disciplinas em plataformas online;
- Firmar parcerias com instituições privadas para promover publicações de periódicos fora do País;
- Possibilitar bolsas para estudantes atletas brasileiros em instituições estrangeiras (MEC, 2019).

A criação do *cyberespaço*, ou seja, a virtualização das relações educacionais é uma representação do barateamento dos “custos” das universidades, visando além de uma formação parcelar, fragmentada e individualizada, mas também a redução da figura dos professores a meros “tutores”, reificando cada vez mais o trabalho desses educadores ao maquinário digital, ou seja, o professor torna-se um apêndice da máquina.

Sobre a divulgação das publicações cada vez maiores em plataformas digitais *online*, observa-se que é como um “*outdoor*” para que os grandes empresários sejam atraídos por uma já excelente produção acadêmica existentes em diversas universidades, mas que agora vão ser cada vez mais selecionadas para os interesses da classe burguesa no que suas organizações são deficitárias e como novas tecnologias “empreendedoras” podem ser úteis para geração lucro.

Entregar o financiamento das universidades às grandes corporações é realmente um movimento do neoliberalismo mais radical no Brasil. É a implementação de uma que venha beneficiar a classe dominante que objetiva moldar um currículo cada vez mais direcionado para as relações de mercado, assim como uma individualização e fragmentação da classe trabalhadora já no seu processo de formação escolar.

Algumas considerações sobre o mundo do trabalho e uma educação emancipadora

O modo de produção capitalista, atualmente, passa por uma aguda *crise estrutural*. As modificações na esfera produtiva como nos serviços são uma grande feição imposta pelos “homens de negócios” para salvaguardar – de forma desesperada - seus interesses no processo de acumulação dos lucros gerados, por exemplo: atividades precárias, sem proteção legislativa e com baixos salários, que espoliam de forma mais intensa a classe trabalhadora, sendo estas legitimadas pelo Estado. Este tipo de *morfologia do trabalho* é uma característica do capitalismo contemporâneo:

Nesse contexto em que o trabalho material é ocultado como valor diante das criações atribuídas à genialidade de alguns iluminados e das riquezas geradas pelas maravilhas tecnológicas, a maioria dos trabalhadores, isolados, precarizados e dispersos, são empurrados a se desdobrar em múltiplas ocupações temporárias, em uma variação contínua de tarefas que solapa a base dos seus direitos e das organizações sindicais e políticas, gerando um efeito devastador não apenas na vida pessoal e familiar, mas na própria estruturação do país, na formação do tecido social e da identidade coletiva. Flutuantes, desenraizados e descartáveis, os que são privados do trabalho e os crescentes contingentes que vivem de expedientes eventuais e da “economia informal” acabam desconectados também do conjunto da sociedade, de modo que suas reações se limitam a reivindicações pontuais e a surtos esporádicos de revoltas facilmente neutralizadas (SEMERARO, 2015, p. 236-237).

O mundo do trabalho tem sido um cenário de brutal precariedade nos últimos tempos e agudiza-se no governo Bolsonaro. As propostas - por trazerem o empreendedorismo como uma solução que vai “modernizar” as relações trabalhistas - são uma pífia ideia que está sendo engendrada primordialmente para as universidades, almejando direcionar cada vez mais jovens para algumas atividades laborativas que necessitam de alguma especialização para assegurar os interesses da classe dominante, enquanto uma outra parcela da população, que está à margem das oportunidades de ingressar nas universidades públicas e privadas, vive da renda informal fazendo bicos dos mais variados tipos, como por exemplo, de camelô, submetendo-se a qualquer tipo de trabalho que lhe proporcione comprar um prato de comida para sua família.

Contrário à maré empresarial, precisamos pensar um tipo de educação libertadora, que visa a autonomia e a práxis do ser social. Uma vida educacional que tenha relação com o trabalho e com a vida, e não com a reprodução da lógica do capital, ou seja, a produção que gera riqueza para uns e miséria para outros.

Por isso, contrariamente à concepção dualista e elitista, a escola “escola única ou unitária” deve estabelecer “a unidade entre escola e vida” e torna-se não só ativa, mas “criativa”, em condição de conduzir à autonomia e a responsabilidade e de integrar dialeticamente conhecimento e sociedade, trabalho intelectual e industrial, de modo a articular o que é específico da Universidade (o seu caráter científico e o desenvolvimento de pesquisas) e da Academia (os centros especializados de caráter prático-produtivo, a indústria, a banca, a administração, o comércio, a agricultura etc.) com todas as “atividades vinculadas à vida coletiva, ao mundo da produção e do trabalho (GRAMSCI apud. SEMERARO, 2015, p. 241-242).

Assim como Semeraro (2015), continuamos a ver que o trabalho não pode ser meramente operacional e subordinado à lógica do capital:

Nesse desenho revolucionário, o trabalho não pode se limitar à mera função operativa e executiva (“técnica-trabalho”), mas precisa tornar-se campo fecundo para desenvolver o conhecimento (“técnica-ciência”) e, acima de tudo, imprescindível experiência política coletiva para alcançar uma integral concepção de mundo “humanista histórica”, sem a qual o trabalhador não poderá sair da subalternidade e se tornar dirigente para recriar o modo de produção e organizar a sociedade sobre as bases da socialização do poder e de uma “democracia política voltada a fazer coincidir governantes e governados (GRAMSCI apud. SEMERARO, 2015, p. 241-242).

A educação empresarial, que está cada vez mais próxima de se concretizar no país, é uma maneira pela qual se tenta “domesticar” a classe trabalhadora e seus filhos inviabilizando um pensamento crítico do momento atual da crise e, cujo discurso dos economistas do governo é que ao “organizar as contas públicas” e atrair novos investimentos se solucionará, como num passe de mágica, o pauperismo e o desemprego

que estão sob nossos olhos evitando, assim, uma revolta em grande escala. Sabemos que o real sentido das reformas é aumentar consideravelmente a taxa de lucro e manter intacta a ordem vigente.

Por fim, destacamos as considerações de Semeraro (2015) que sintetizam muito bem o caminho que as lutas pela educação pública, gratuita, laica e de qualidade dever ter como norte:

Deslocadas “fora da fábrica”, grande parte das lutas sociopolíticas atuais não se limitam a reivindicar empregos e melhores condições de vida dentro de um sistema e se moderniza sem mudar, mas colocam radicalmente em questão todo o processo produtivo e a ordem que lhe é inerente. Ao reivindicar o que é público, o acesso aos bens comuns e uma concepção de trabalho constitutivo do ser social, esse movimento apresenta profundas sintonias com as propostas elaboradas por Marx e Gramsci, de revolucionar de cima a baixo o mundo implantado pela burguesia para dar lugar ao “autogoverno dos trabalhadores associados” livres de criar pelo trabalho uma nova civilização capaz de constituir o ser humano na sua integralidade e de interagir humanamente, também, com a ontologia da natureza (SEMERARO, 2015, p. 243).

Considerações Finais

O mundo do trabalho passa por uma série de transformações, fruto dos avanços das chamadas “tecnologias da informação”, que são cada vez mais engendradas na esfera produtiva, proporcionando uma nova morfologia do trabalho, alinhada às gestões do trabalho mais intensas, controladoras e com mais dados sobre o labor individualizado.

Vê-se que a educação, através da gestão reformista do Estado, metamorfoseia-se para adaptar-se às demandas do mercado no que tange a formação, ora especializada para algumas atividades laborativas, ora parcial, fragmentada e rasa para outras, numa dicotomia inerente ao sistema do capital.

O projeto “Future-se”, notavelmente, é uma forma de retirar a autonomia das universidades e dos centros de pesquisas para subordiná-las às necessidades das grandes corporações que carecem frequentemente de inovações que as tornem mais dominantes sobre outras. Além disso, vemos que o pensamento crítico e a formação autônoma sobre a lógica imperativa do capital tornam-se censurados e mistificados, pois a tendência é a reformulação dos currículos para que se crie um *cyberespaço* cada vez mais virtualizado e voltado para manutenção da ordem vigente com disciplinas de empreendedorismo, gestão da inovação, marketing e publicidade.

As análises feitas neste artigo, são uma breve introdução à uma temática recente que os atuais dirigentes do Estado almejam implementar. O debate precisa ser cada vez

mais estimulado por pesquisadores, professores, alunos e trabalhadores ligados ou não a rede educacional, pois é necessário caminharmos em busca de uma educação emancipadora e do conhecimento e a práxis, pois estes reformismos estão fadados a precarizar de forma aguda a educação no Brasil contemporâneo. A luta deve ser por uma educação pública e *Para Além do Capital*.

Referências

ANTUNES, Ricardo. *A Atualidade Histórica da Ofensiva Socialista: uma alternativa radical ao sistema parlamentar*. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. *A Educação Para Além do Capital*. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. *Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2009.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. *Escola "Sem" Partido: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MEC. *Mec Lança Programa para Aumentar a Autonomia Financeira de Universidade e Institutos*. Portal do MEC, Brasília, 17/07/2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=78211>. Acesso em: 22 de jul. de 2019.

MÉSZÁROS, István. *A Crise Estrutural do Capital*. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

SANTOS, Deribaldo. *Educação e Precarização profissionalizante: crítica à integração da escola como o mercado*. São Paulo: Instituto Lukács, 2017.

SEMERARO, Giovanni. *A Concepção de Trabalho Em Gramsci: constituição ontológica e princípio educativo*. FACULDADE DE EDUCAÇÃO. Trabalho & Educação – n.0. Belo Horizonte: Fae/UFMG, v.24, n.1, jan/abr, 2015.

O Código de Águas de 1934 como uma Estratégia Varguista para Implantar um Novo Modelo Produtivo

Leonice Aparecida de Fatima Alves Pereira Mourad*
Mariana de Assunção Rodrigues**

O período que compreende a primeira fase da Era Vargas (1930-1945) demonstra ter sido uma época em que o Estado passava por importantes transformações, no que diz respeito aos rumos das políticas públicas e ao desenvolvimento da economia nacional. A partir deste período se alteram as funções e a estrutura estatal, antes significativamente influenciada pelas oligarquias rurais especialmente em assuntos ligados à economia e à política, o que provocava reflexos na sociedade como um todo.

Sabe-se que a produção econômica do período anterior girava em torno, sobretudo, da agro exportação, cujo principal produto era o café. O Brasil assumira nesta época o lugar de maior fornecedor cafeeiro e a economia dava indicativos de crescimento pela dinamicidade do mercado externo, cabendo referir que além do café, o país possuía outros produtos exportáveis como a borracha e o cacau (FAUSTO, 1997, p. 212).

Quando a crise de 1929 se instaurou, o Brasil sentiu os desdobramentos desse acontecimento. A superprodução, sobretudo do café, e a falta de mercados que absorvessem a demanda nacional impactou, não só a economia, mas também a política do país, de tal sorte que foi um momento de significativas transformações.

Vargas, que assumiu o poder em 1930, ao se deparar com tal conjuntura, viu-se na situação de romper com esta estrutura, fazendo com que o país assumisse um projeto moderno e mais inovador do ponto de vista político e econômico. Para Ianni (1979), foi a partir da Revolução de 1930, que o país “exprime as rupturas estruturais a partir das quais se tornou possível reelaborar as relações entre o Estado e a sociedade”.

Ainda na mesma perspectiva, o autor afirma que foi a partir deste marco que o Brasil teve condições de desenvolver-se em um padrão efetivamente burguês, pois assumia o protagonismo da condução do processo econômico a fim de se desvencilhar da imagem de Estado oligárquico. (Ibidem)

* Formação em direito, história, sociologia e geografia, DR, em geografia e história, lotada no departamento de metodologia de ensino responsável por ensino de ciências sociais da Universidade Federal de Santa Maria.

** Graduação em Geologia, Licenciatura e Bacharelado em História, pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), mestrado em Geociências pelo Programa de Pós-Graduação em Geociências (FAGEO/UFMT). Doutoranda Projeto CAPES-COFECUB (Brasil-França /UnB - Université Toulouse III Paul Sabatier).

O Estado, desta forma, passou a investir na modernização da economia brasileira por meio da revisão das legislações, as quais regiam tanto as relações sociais quanto as relações produtivas. Além disso, houve a criação de novos órgãos que tinham por objetivo planejar e concretizar as políticas públicas de planejamento e produção, bem como de distribuição dos recursos.

Os setores industrial e de infra estrutura, passaram-nos primeiros anos de governo - por um período de crise e recessão. Pode-se dizer, no entanto, que foi no período do governo Vargas que estes setores demonstraram ter um papel relevante e, desta maneira, a tentativa, pelo menos na primeira década do governo, foi de equilibrar a situação em que se encontrava o setor agroexportador, sobretudo no que diz respeito ao café no mercado internacional, além de fazer com que houvesse uma diminuição de importações, apoiando o crescimento industrial. (FAUSTO, 1997, p. 217)

O desenvolvimento da siderurgia representava um importante projeto para o país, afinal, desde as primeiras décadas do século XX a produção de ferro no Brasil era relevante, principalmente no que diz respeito à demanda das ferrovias. Durante o período de desenvolvimento e crescimento industrial, algumas empresas expandiram suas explorações sendo possível notar o crescimento de usinas. Vargas se preocupou, sobremaneira, com questões de cunho energético e de maneira particular, com os minérios. Questões ligadas a siderurgia, ao petróleo e à energia elétrica eram elementos cruciais para o desenvolvimento industrial pós crise de 1929.

Cabe destacar que os setores ligados ao modo de produção burguês-capitalista, bem como as forças militares nacionais, passaram a controlar a dimensão política e a determinar as direções que a economia do país deveria tomar. (IANNI, 1979, p. 21)⁴¹

O governo Vargas, para romper com o modelo vigente, além de incentivar o desenvolvimento do setor industrial, teve de reestruturar a configuração do Estado no que dizia respeito as políticas econômicas. Para isso foi necessário a criação de órgãos e instituições que alcançassem todas as esferas da sociedade nacional. Além do mais, o estabelecimento de novos padrões e valores foram feitos para tornar o país mais moderno e inovador. “O governo federal suscitou e incentivou a sistematização de informações, a realização de debates, a análise de problemas, a tomada de decisões e a própria execução de medidas de política econômica.” (Ibidem, p. 23)

⁴¹ Ianni denomina modo de produção burguês-capitalista salientando o papel de setores urbanos e industriais.

O processo de inovação, desta forma, estaria a cargo destes órgãos que seriam formados por técnicos competentes para desenvolver atividades que poderiam fomentar descobertas e inovações no setor produtivo. Os órgãos criados teriam a possibilidade de tratar de questões ligadas à economia de maneira a provocar uma mudança significativa no desenvolvimento do país.

No que se refere aos recursos naturais, indispensáveis no projeto de tornar o país moderno e inovador, foram instaurados *marcos regulatórios*, com vistas de formar um setor produtor de insumos básicos para a desejada indústria.

Entende-se por *marco regulatório* o conjunto de leis, diretrizes ou normas que regem o funcionamento de setores de utilidade pública. Tais setores são explorados por agentes privados, os quais, por meio deste conjunto de normas, prestam serviços ou obtêm o direito de exploração. Normalmente a regulamentação é feita por um organismo governamental, que por meio dela, fiscaliza o seu cumprimento perante os agentes exploradores. Vale ainda dizer, que um marco regulatório também é criado para estimular a confiança dos aplicadores econômicos.

Para a efetivação desse projeto, além do incentivo a siderurgia, houve estímulo à mineração, a geração e distribuição de energia elétrica, entre outros. Desta maneira se fez necessário estabelecer institutos e órgãos, tanto para o desenvolvimento, quando para que a fiscalização dessas atividades fosse efetivada.

Entre 1930 e o fim do governo Vargas em 1945, o Estado criou diversos órgãos reguladores no âmbito dos recursos naturais, entre eles destaca-se o Instituto Geológico e Mineralógico do Brasil, a Estação Experimental de Combustível e Minérios, o Laboratório Central e Industrial Mineral, além do Conselho Nacional do Petróleo, entre outros.

Entretanto, foram os marcos regulatórios que deram o respaldo jurídico necessário para o desenvolvimento do setor, sendo importante destacar seu caráter restritivo a investimentos internacionais, em consonância com o *nacional-desenvolvimentismo* proposto para o momento.

Nosso objeto de estudo no presente artigo consiste o Código de Águas, e em sua relação com um projeto de economia e de Estado presente no país no contexto de sua edição. O objetivo é apresentar a relação entre o controle dos recursos naturais e o modelo de Estado. AS fontes utilizadas são fontes legislativas, consistindo nos próprios marcos regulatórios.

A ideia era facilitar o desenvolvimento industrial permitindo que o Estado controlasse os setores considerados estratégicos para a economia e política, além de permitir uma segurança maior perante o mercado exterior, sendo esses os marcos ou arcabouços jurídico-institucionais que regularizaram a apropriação, o uso e a exploração dos recursos naturais.

Deste modo, foi através da promulgação dos Códigos de Minas⁴², Código Florestal⁴³ e o de Código de Águas⁴⁴ a partir de 1934, que o governo conseguiu regulamentar juridicamente a exploração desses recursos em uma perspectiva nacionalista, a qual também seria empregada na última fase do governo Vargas (1951-1954).

Antes da elaboração dos códigos, não existia no Brasil uma regulamentação que tratasse especificamente dos recursos naturais, havendo algumas leis dispersas tratando da matéria. No caso da água essa era abordada juntamente com a questão mineral, sendo referida geralmente no que diz respeito ao direito de propriedade com o objetivo de resguardar o interesse público perante o privado.

Em 1934, com a promulgação do Código de Águas, foi separada a propriedade do solo da propriedade de outros recursos naturais, fazendo com que as quedas d'água, minas e demais riquezas do subsolo fossem destinadas a exploração pública ou mediante concessão, fomentando o setor industrial. (SILVESTRE, 2008, p.17)

No que se refere aos recursos minerais, os desdobramentos destas regulamentações provocaram mudanças no âmbito da mineração, pois antes do Código de Minas o direito minerário garantia, ao proprietário da terra, a posse do subsolo e conseqüentemente de possíveis jazidas, exceto se esses proprietários fossem estrangeiros.

O Código de Minas, como um dos produtos da ruptura do modelo de produção até então exercido, estabelecia que a propriedade do subsolo pertenceria ao Estado, cabendo ao próprio dar ou não concessão de exploração destes lugares. O proprietário passou a ter somente a preferência no aproveitamento dos recursos minerais. Assim, o Estado garantia o usufruto deste bem direcionando seu aproveitamento no setor de desenvolvimento industrial. Além do mais, havia a insistência para a exclusividade de autorizações para brasileiros e empresas brasileiras na exploração destas áreas.

Desta maneira o governo Vargas percebeu a necessidade de transformações nas ações estatais como imprescindível e, a partir delas o Estado acabou por assumir uma função organizadora no sentido de ampliar a complexidade das relações econômicas fazendo-se mais presente no cenário nacional.

Neste item do nosso artigo, temos como proposta, realizar um estudo sobre o Código de Águas, estabelecendo dialogo com autores para que realizar essa análise historiográfica.

⁴² Decreto nº 24.642, de 10 de julho de 1934

⁴³ Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934.

⁴⁴ Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934.

O Código de Águas procurou atender as necessidades provenientes da conjuntura da época. É sabido que o país passava por transformações no setor produtivo e precisava de alternativas para a produção de energia com fins de viabilizar a industrialização, bem como a urbanização crescente. “Ao projetar, (...) o avanço (desenvolvimento) da industrialização. O governo enfrentava algumas questões que um processo dessa natureza coloca: o reforço do aparelho estatal, (...) e a questão do planejamento.” (DRAIBE, 1985, p.103).

Para que o aparelho estatal tivesse autonomia de tomada de decisões um corpo legislativo para respaldar as ações do Estado precisava ser feito. Dentre os marcos regulatórios já referidos neste trabalho, o Código de Águas foi o último a ser instituído.

Composto por três livros, o Código é bastante abrangente, compreendendo as questões ligadas às águas em geral e sua propriedade (Livro I), aproveitamento das águas (Livro II) e forças hidráulicas – regulamentação da indústria hidrelétrica (Livro III). Levando em conta que o uso da água naquele período estava regido por uma legislação não concordante com as necessidades e interesses que este perfil de Estado apresentava, “pode-se afirmar que a gestão da água teve seus antecedentes com a criação da Comissão de Estudos de Forças Hidráulicas, do Serviço Geológico e Mineralógico do Ministério da Agricultura.” (SILVA, s/d, p.15).

Antes do Código de Águas, as questões ligadas aos meios hídricos confundiam-se com a luta pela terra e demais recursos naturais. Até a década de 1930, as águas eram tratadas da mesma maneira que as minas e a comercialização de energia hidráulica eram provenientes de correntes particulares, as quais dependiam de concessão estadual ou municipal. (SILVESTRE, 2008). É relevante destacar que o proprietário exercia o controle sobre a terra e, desta forma, sobre os recursos a ela associados, inclusive a água.

Pelo Código de Águas cabia ao Ministério da Agricultura e seus Conselhos a orientação e fiscalização do uso da água. O Estado ao instituir o Código previa que com ele seria mais eficiente o incentivo e o controle do aproveitamento industrial das águas, sobretudo da energia hidrelétrica. Além disso, as reformas administrativas que o governo vinha fazendo, propiciaram um melhor corpo técnico e melhores materiais para a execução dos seus projetos desenvolvimentistas, assim como aconteceu os outros códigos referidos neste texto.

No Livro I, Título I, o Código de Águas estabeleceu a existência de águas públicas, comuns e particulares⁴⁵. As águas públicas eram aquelas destinadas ao uso comum, onde havia curso contínuo de fluxo laminar⁴⁶ ou turbulento⁴⁷, como canais, lagos e lagoas navegáveis ou

⁴⁵ Capítulos I, II e III, respectivamente.

⁴⁶ Linhas de corrente retas ou levemente curvas que se deslocam paralelas, fluxo d'água calmo.

⁴⁷ Linhas de corrente que se misturam formando espirais e turbilhões.

flutuáveis, incluindo golfos, baías e portos; ou dominicais, ou seja, aquelas situadas em territórios da União.

As águas particulares são compostas pelas nascentes e os corpos d'água encontradas na propriedade, exceto os classificados como águas comuns de todos ou águas públicas.

A desapropriação dos corpos aquosos poderia ser dada por necessidade ou utilidade pública. Em escala hierárquica todas poderiam ser desapropriadas pela União, as dos municípios pelos estados, e as particulares pelos municípios. (Art.32)

O Código de Águas deliberava também penalidades para o mau uso das águas, bem como a poluição destes meios. “Art. 109. A ninguém é lícito conspurcar ou contaminar as águas que não consome, com prejuízo de terceiros”. Os infratores deveriam arcar com os gastos pelas perdas e danos causados pela má utilização. Conforme encontramos no texto legal:

Art. 111 – Se os interesses relevantes da agricultura ou da indústria o exigirem, e mediante expressa autorização administrativa, as águas poderão ser inquinadas, mas os agricultores ou industriais deverão providenciar para que as se purifiquem, por qualquer processo, ou sigam o seu esgoto natural. (BRASIL, 1934).

Contudo, por conta do desenvolvimento, não houve muita atenção para esses dispositivos legais e o usufruto da água foi livre. Gradativamente, alguns efluentes líquidos e os resíduos sólidos, tanto das indústrias, quanto das cidades, foram lançadas em leitos de rios poluindo os corpos aquáticos e prejudicando seus ecossistemas. Além disso, o escoamento e infiltração da água em solo contaminado pela agricultura, poluía os mananciais.

O Livro III diz respeito às forças hidráulicas e regulamentação da indústria hidrelétrica. Para que houvesse aproveitamento de quedas d'água de uso público ou particular, dever-se-ia ter uma concessão, assim como para outras explorações já referidas. Configurava como aproveitamento de utilidade pública, as quedas d'águas e outras formas de energia hidráulica, onde a potência⁴⁸ fosse superior a 150kws. (Art.140)

Diferente do Código de Minas no qual o subsolo pertencia a União, para o Código de Águas as quedas existentes em cursos particulares pertenciam aos proprietários dos terrenos marginais. (Art.146) Apenas àquelas de domínio público ou de uso comum seriam incorporadas ao patrimônio da Nação, sendo “inalienáveis e imprescritíveis” (Art. 147). Na sequência apresentamos o artigo 178 que refere:

Art. 178. No desempenho das atribuições que lhe são conferidas, a Divisão de Águas do Departamento Nacional da Produção Mineral fiscalizará a produção, a transmissão, a transformação e a distribuição de energia hidroelétrica (...) (BRASIL, 1934).

⁴⁸ “Entende-se por potência (...) [aquela] dada pelo produto da altura da queda pela descarga máxima de derivação concedida ou autorizada.” (Art. 142).

Nota-se pela leitura deste artigo outra criação administrativa governamental. Não só o Ministério da Agricultura e o Departamento Nacional de Produção Mineral estavam incumbidos da fiscalização dos recursos aquáticos, mas também a Divisão de Águas, tinha atribuição para este trabalho.

O Estado criava, naquele contexto, meios para centralizar sua ação perante os recursos naturais. Neste caso “[a] divisão de Águas [representava o] Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica sobre a necessidade de troca de serviços – interconexão – entre duas ou mais empresas, sempre que o interesse público o exigir” (§ 1º)

O Código de Águas de 1934 fez parte do conjunto de medidas adotadas pelo governo Vargas, com o fim de modernizar e desenvolver a estrutura produtiva do país. Este arcabouço jurídico objetivava atender as necessidades nacionais, que possuía e possui uma abundância relativa de corpos aquáticos, além de grande potencial energético, que alimentava as intenções desenvolvimentistas do Estado.

Cabe ainda mencionar que as necessidades e os interesses coletivos, enfatizados no Código de Águas e nos demais marcos regulatórios, estavam mais ligados aos interesses da indústria que a sociedade como um todo.

Considerações Finais

No presente texto procuramos identificar e compreender – introdutoriamente - a relação entre as políticas econômicas elaboradas na primeira fase no Governo Vargas (1930-1945) e a implementação de um modelo de desenvolvimento identificado pela historiografia como o “nacional-desenvolvimentismo”, tomando como referência a discussão acerca da política industrialista que teve nos recursos energéticos seu principal elemento. Para tanto, escolhemos o estudo dos marcos regulatórios constantes no Código de Águas.

Convém referir que o Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934, também chamado de Código de Águas, teve sua promulgação diretamente associada ao esforço do governo Vargas no sentido de garantir o uso industrial da água, em consonância com a construção do projeto de um Brasil desenvolvido propagado por Vargas.

Entende-se então a ênfase do uso da água para fornecimento de energia elétrica, bem como para a garantia de atividades agrícolas ambas identificadas como adequadas para o pleno desenvolvimento da economia nacional, ademais se caracterizava como meio de controle do

acesso à terra, ao mesmo tempo que permanecia como fonte de rendimentos importantes para o Estado.

A leitura da legislação objeto de nosso estudo evidencia uma ligação entre setores agrários dinâmicos e setores industrialistas, conforme consta na bibliografia consultada. Vale dizer ainda que a grande disponibilidade de meios aquáticos no território brasileiro favorecia e ainda favorece a exploração e utilização da água para fins domésticos e industriais.

A importância desse estudo está diretamente relacionado a compreensão do caráter histórico da legislação que regulamenta a utilização dos recursos hídricos. Pensar a origem da sistematização dos marcos regulatórios da água na forma de um Código - como o elaborado na Era Vargas - cuja importância e institutos alcançam os dias atuais, nos permite relacionar a legislação com projetos políticos e econômicos, assim como compreender a dinâmica social do período em análise, identificando diferentes grupos de interesses que foram capazes de pautar o Estado na elaboração das políticas públicas.

Também devemos apontar que, em que pese a hoje considerada reduzida eficácia desse dispositivo legal no período em análise, este pode ser identificado como o primeiro esforço de compilação de legislações até aquele momento dispersas, sendo inegável a centralidade do estudo dos mesmos para a compreensão do projeto desenvolvido por Getúlio Vargas, cujos reflexos são sentidos até hoje.

Por fim cabe referir a adequação da política de águas de Vargas, a nosso juízo, em relação aos projetos fomentados pelo Estado Brasileiro naquele momento, onde a questão dos recursos naturais passa a ser estratégica, viabilizando o projeto nacional desenvolvimentista presente naquele contexto.

Referências

BRASIL. *Decreto nº 24.643 de 10 de julho de 1934, Código de Águas.*

CARRARO; André; FONSECA Pedro C. Dutra. *O desenvolvimento econômico no primeiro governo de Vargas (1930-1945).* Disponível em http://www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_53.pdf. Acesso em 02/06/2018.

DRAIBE, Sônia Miriam. *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FAUSTO, Boris (dir.). *O Brasil Republicano: economia e cultura.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

IANNI, Otávio. *Estado e Planejamento no Brasil (1930-1970).* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). *O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2007.

RICCIARDI, Ciro T. Russomano. *Ineficácia do Novo Código Civil frente ao Direito Minerário*. Disponível em http://www.conjur.com.br/2005-nov-05/cidigo_civil_frente_direito_minerario. Acesso em 26/06/2018 às 17:00.

SILVA, Elmo Rodrigues. Um percurso pela história através da água: passado, presente e futuro. *XXVII Congresso de Engenharia Sanitária e Ambiental*. s/d. Disponível em <http://www.bvsde.paho.org/bvsaidis/saneab/xi-009.pdf>.

SILVESTRE, Maria E. Duarte. *Código de 1934: Água para o Brasil Industrial*. Revista geo-paisagem, ano 07, nº 13, 2008. Disponível em <http://www.feth.ggf.br/%C3%81gua.htm>. Acesso em 06/05/2018 às 18:30.